

30 ANOS AO SERVIÇO
DA CONSULTORIA
APPC 1975**2005**



APPC

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
PROJECTISTAS E CONSULTORES
PORTUGUESE ASSOCIATION OF
ENGINEERING AND MANAGEMENT
CONSULTANTS

30 ANOS

ao serviço da Consultoria

TÍTULO

APPC - 30 anos
ao serviço da Consultoria

EDIÇÃO

APPC, Março de 2005

CONCEPÇÃO E PAGINAÇÃO

Imarca.Com, Lda

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Nastintas

Tiragem: 1500 exemplares

Lisboa, Março de 2005

ÍNDICE

	PARTE I (1973 - 1988)	11
I.	NASCIMENTO DA APPC	12
	Antecedentes Remotos	12
	Antecedentes Próximos	15
II.	PRIMEIROS ANOS	19
	Actividade da Comissão Instaladora	19
	Primeiros Corpos Sociais	27
	Programas de Acção	29
III.	QUALIFICAÇÃO DOS ASSOCIADOS	31
	Admissão de Sócios	31
	Código Deontológico	33
IV.	AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ACTIVIDADE	34
	Guia dos Projectistas e Consultores	34
	Anuário	35
	Colóquio INTERNACIONAL APPC-FIL 81	37
	SIMPÓSIO Comemorativo do 10º Aniversário da APPC	40
	Conferência Profissional Feaco 86	41
	APPC e FIDIC	47
	PARTE II (1988 - 2004)	57
V.	APOSTA INTERNACIONAL	58
	Abertura ao Leste	58
	Organizações Europeias de Consultores de Engenharia	59
	Internacionalização da Actividade dos Consultores de Engenharia. Exportação de Serviços	60
	Relacionamento com o ICEP	62
	Missões Empresariais	64
VI.	CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO NACIONAL	67
	Revisão dos Estatutos	67
	Lançamento do Boletim e do Anuário Bilingue	68
	Aquisição da Sede	69
	Qualidade como Prioridade	71
	Jantares-Debate	75
	Grupos de Trabalho	81
VII.	FUNCIONAMENTO DO MERCADO NACIONAL	86
	Enquadramento Legal	86
	Iniciativas de Revisão e Divulgação do Quadro Legal	88
	Concorrência Desleal	91
VIII.	REFORÇO DA PROJECCÃO EXTERNA	94
	Assembleia Geral da EFCA em Lisboa	94
	Conferência e Assembleia Geral da FEACO em Lisboa - 2002	97
	Na Sequência de LISBOA	99
	Comunicação com o Exterior	101

	PARTE III (2004 - 2005)	105
IX.	COMEMORAÇÕES DO 30º ANIVERSÁRIO DA APPC	106
	Conferência e Jantar de Lançamento das Comemorações dos 30 Anos da APPC	106
	Conferência e Jantar-Debate de Encerramento das Comemorações	115
	PRESIDENTES DA APPC	131
	ANEXOS	133
1.	PRIMEIROS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS	135
2.	I CONGRESSO NACIONAL DE PROJECTISTAS E CONSULTORES	136
3.	COMISSÕES PÓS-CONGRESSO	139
4.	CORPOS SOCIAIS DA APPC de 1975 até 2006	141
5.	PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO INTERNA	155
6.	PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO PÚBLICA	157
	FONTE S E BIBLIOGRAFIA	159

A P R E S E N T A Ç Ã O

No âmbito das Comemorações dos 30 anos de vida da APPC ocorreu que seria interessante fazer a história da nossa Associação. É este o propósito da presente publicação.

Pareceu, também, que teria alguma lógica desdobrar este repositório de factos marcantes da vida da Associação em três partes:

- A primeira, relativa ao período que vai da realização do 1º Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, em Maio de 1973, nas instalações da AIP - Associação Industrial Portuguesa, até à Assembleia Geral da FIDIC, em Maio de 1987, na cidade de Lausanne, onde o Presidente da Direcção da APPC, Eng. José de Araújo Coutinho, e o Secretário-Geral, Arq. Raul Branco, tomaram assento como delegados oficiais portugueses.
- A segunda, correspondente ao período que vai daquela Assembleia Geral da FIDIC, até às actuais Comemorações.
- A terceira, que dá relato sucinto das Comemorações do 30º Aniversário da APPC, e que abrange parte do ano de 2004 e início de 2005.

PARA MEMÓRIA FUTURA

- 3 ANOS de luta continuada na valorização da actividade nacional de Consultoria e Projecto.
- 3 ANOS de esforços na afirmação do Sector Empresarial de Consultoria e Projecto.
- 3 ANOS na consolidação da APPC - Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores.

A anterior Direcção elegeu o trigésimo aniversário da APPC como marco simbólico de encerramento de um ciclo de vida e início de outro. Por isso entendeu associar a estas comemorações:

- Uma nova imagem para a Associação, com um novo símbolo, um novo logotipo, um novo Directório e um novo formato do Boletim;
- Uma publicação, como registo histórico daqueles esforços e de todos quantos se empenharam ao longo destes 30 anos, nestes combates.

Tal como noutras áreas de intervenção do tecido nacional - político, económico e administrativo - este ciclo contém também uma clara mudança geracional.

Estas comemorações e, em particular esta publicação, são por isso, também uma evocação e uma homenagem a todos quantos se empenharam nesta construção e um incentivo a todos quantos se perfilam na sua continuidade.

Nesta evocação e homenagem, uma referência especial deve ser feita a todos aqueles que, ao longo destes anos, tiveram responsabilidades na condução dos destinos da Associação, nomeadamente os seus diversos Corpos Sociais e Grupos de Trabalho. Entre eles não queremos deixar de destacar os Presidentes das anteriores Direcções: Eng. J. Araújo Coutinho, Dr. C. Borges de Araújo, Eng. J. Caldeira Rodrigues e Eng. Artur Ravara, elementos determinantes na construção e consolidação da nossa Associação.

Quando esta publicação - repositório de memórias - foi elaborada contou ainda com a participação entusiástica e empenhada de todos eles.

Infelizmente, no final de 2004, viria a falecer o Eng. Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, nosso antigo Presidente, técnico competente, dirigente empresarial reconhecido, cidadão interventivo, democrata empenhado e amigo solidário. A ele, como representante de todos quantos se empenharam neste percurso, dedicamos o esforço da elaboração desta publicação - "30 ANOS AO SERVIÇO DA CONSULTORIA".

Lisboa, Março de 2005



Fernando Silveira Ramos
Presidente da APPC

1 PARTE I

(1973 - 1988)

Vista à distância de 30 anos, parecerá coisa fácil a criação de uma Associação que defendendo, naturalmente, os interesses dos seus Associados, tinha que dar uma imagem de isenção.

Sem tradição no nosso País, o seu aparecimento, na época em que teve lugar, poderia suscitar algumas dúvidas, ou, pelo menos, reservas, quanto aos seus reais objectivos. Depois, a existência de uma organização que pretendesse clarificar a situação do universo de projectistas e consultores, e que os representasse, podia, se não houvesse equilíbrio, correr o risco de se tornar antipática aos principais clientes dos seus Associados, que começaram a solicitar o apoio da APPC para reclamar de actos tidos por irregulares, sem assumirem eles próprios, formal e individualmente, a posição de reclamantes.

Com a prudência que se conseguia, lá foi a APPC acolhendo inúmeras reclamações, assumindo-as depois como suas.

Numa época em que os gabinetes de consultores, ainda com poucos anos de vida, se aproximavam da falência por paralisia do mercado interno e desaparecimento do mercado externo, que quase se limitava aos territórios ultramarinos, foi importante a acção da APPC junto das instâncias oficiais, no sentido de evitar o que então parecia inevitável.

Mas para que a sua voz fosse ouvida, era necessário fortalecer a sua imagem, sem o que também não tinha sentido a sua projecção internacional.

Ninguém pretenderá ser reconhecido internacionalmente quando nem sequer é conhecido no seu próprio País.

E assim passaram alguns anos.

I - NASCIMENTO DA APPC

ANTECEDENTES REMOTOS

Em 1913, as associações profissionais de engenheiros consultores de três países - Bélgica, França e Suíça - fundam a Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils (FIDIC). No seu primeiro ano de vida a FIDIC criou um grupo de trabalho com o objectivo específico de proceder ao levantamento, em todo o Mundo, da actividade dos engenheiros consultores. No que respeita aos países do Sul da Europa, as conclusões foram breves: em Itália, havia alguns engenheiros actuando como consultores; em Portugal, Espanha e Grécia, a profissão não existia.

Vinte anos depois a FIDIC tinha dez membros e, no intuito de alargar a profissão, criou membros correspondentes em oito países europeus, dos quais seis, incluindo Portugal, estiveram presentes no congresso de Zurique de 1932.

Após o congresso, as referências ao não identificado correspondente português desaparecem, e é só em 1987 que a Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores (APPC) se torna membro de pleno direito da FIDIC, elevando o número de países então filiados para cinquenta e dois.

Na realidade, pode dizer-se que, em Portugal, "até aos anos 50 os projectos de engenharia logo que atingissem uma dada importância eram elaborados pelas entidades oficiais, pois praticamente não havia projectistas no exercício de profissão liberal capazes de executar trabalho de certa envergadura".

Os primeiros agrupamentos de engenheiros, com um mínimo de organização permanente, devem ter surgido nos fins da década de quarenta, mas é só em 1957 que um desses gabinetes (Gabinete de Estudos e Projectos do Prof. Eng. Alberto Abecasis Manzanares), constituído em 1951, toma personalidade jurídica com a denominação de HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. A segunda empresa juridicamente constituída surge quatro anos depois (CETEL - Centro de Estudos Técnico Económicos, Lda.), e é a

partir daí que começam a tomar forma jurídica diversas sociedades de estudos.

O primeiro movimento associativo irrompe em 1966 quando, no seguimento de trocas de impressões com um Director do Banco Mundial, uma empresa (COBA, Consultores de Barragens e Aproveitamentos Hidráulicos, Lda.) toma a iniciativa de promover entre as organizações portuguesas de "consulting" uma reunião para estudo do seu eventual agrupamento para efeitos de promoção da técnica nacional no exterior.

Em resposta, uma das empresas convidadas (HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda.) sugere que a reunião se realize na "sede da Associação Industrial Portuguesa, tanto mais que, por certo, se reconhecerá a vantagem em que as aludidas organizações nela estejam inscritas ou venham a inscrever-se".

Daí nasceu, a 12 de Abril de 1967, a 81.ª Secção da Associação Industrial Portuguesa - Consultores Técnicos e Projectistas.

Em 1970, a secção tinha nove membros e, três anos mais tarde, dezoito, embora alguns não tivessem por actividade principal a prestação de serviços de engenharia.

Um segundo movimento associativo, este com claros intuítos comerciais, levou à criação, em 1970, do CTPI, numa tentativa de coordenação dos esforços isolados que as mais representativas organizações do Sector vinham a desenvolver para a exportação dos seus serviços para o Brasil, Espanha, Grécia, Marrocos e Venezuela. O CTPI associava dez empresas, das quais oito eram membros da secção Consultores Técnicos e Projectistas da AIP.

O desconhecimento geral da recente actividade dos engenheiros consultores e dos gabinetes de estudos técnicos portugueses só começou a ser atenuado a partir dos finais dos anos sessenta, graças à crescente visibilidade dos serviços prestados, nomeadamente no Ultramar, e às acções desenvolvidas pelos movimentos associativos.

Em 1965, na sede da Ordem dos Engenheiros, no "Simpósio sobre as Atribuições do Engenheiro Civil no Projecto e na Execução de Edifícios", fizeram se já, contra vozes discordantes, afirmações que anunciavam o

papel dos gabinetes de engenharia no desenvolvimento do País: "(...) o progresso tem de se basear na existência de organismos que, dispondo dum conveniente conjunto de especialistas, muito contribuem para a eficiência dos grandes projectos. Se algum progresso rápido se pode conseguir é pelo desenvolvimento desses organismos. Será talvez difícil que tenhamos a coragem de reconhecer publicamente esta verdade, mas isto resulta de uma inferioridade individual."

Em 1968, a 81.ª Secção da AIP fez preparar um "Relatório preliminar sobre os principais problemas que afectam as actividades de "engineering" em Portugal", em que aqueles problemas foram analisados "sob três perspectivas diferentes, mas complementares: relações entre os projectistas e os seus clientes, relações entre os projectistas entre si, relações entre os projectistas e o Estado."

Em 1970, o Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) publica um "Guia dos Consultores Nacionais", afirmando que "à semelhança dos países industrialmente mais desenvolvidos, onde as empresas recorrem cada vez mais aos consultores externos, procurou-se facultar, através de um processo fácil e expedito, o acesso às fontes de informação que, potencialmente, residem nos referidos consultores."

Na sequência desse Guia, um órgão da imprensa diária de Lisboa (Diário Popular) publica, em Dezembro de 1970, numa série de três artigos, um estudo sobre "A actividade de consultadoria e "engineering", nova em Portugal", em que mostra já clara percepção da actividade: "(...) ao que parece, uma grande parte dos gabinetes classificados na lista do INII são firmas comerciais, cuja principal actividade é a representação de marcas estrangeiras e a venda de equipamentos.

Estas firmas podem ter gabinetes técnicos habilitados a fornecerem serviços aos seus clientes, mas a sua actividade não pode ser considerada como de consultora, pois para se prestar serviços independentes não se deve estar vinculado a interesses comerciais. Esclarecido este aspecto, (...) a publicação do INII teve o mérito de tornar conhecida uma lista por completo ignorada."

ANTECEDENTES PRÓXIMOS

Neste clima de visível afirmação da actividade, e correspondendo a uma necessidade sentida pelos que a exerciam, em Maio de 1972, no âmbito da 81.ª Secção da AIP - Consultores Técnicos e Projectistas, há uma primeira reunião para propor e discutir a realização de um congresso. Assim vai surgir a Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, que, pouco depois, em Setembro do mesmo ano, anuncia a realização do Congresso e os seus temas.

Com a realização do Congresso pretendia-se salientar "a importância da actividade dos projectistas e consultores para o desenvolvimento tecnológico e social do País e debater os principais problemas que a mesma enfrenta. Como resultado da importância referida, tem-se como objectivo o reconhecimento oficial desta actividade e a consequente promulgação de legislação adequada ao seu desenvolvimento."

Mas, como viria a ser defendido no próprio Congresso: "a realização do I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores parece indicar que chegou, entre nós, o momento de se procurar lançar as bases de organização do Sector.

E, a exemplo dos engenheiros consultores nacionais que não esperaram pelo Estado ou pela legislação apropriada para constituírem as suas empresas, também a organização do Sector deve ser trabalho dos seus membros."

E, pouco antes, nas vésperas da realização do Congresso, na Secção de Consultores Técnicos e Projectistas da AIP, já se "sublinhava a necessidade de fazer suceder ao Congresso uma Associação permanente do Sector."

No Congresso, que se realizou nos dias 7 a 10 de Maio de 1973, nas instalações da antiga FIL (AIP), participaram 400 pessoas, das mais variadas formações e exercendo diferentes actividades, embora dentro do âmbito mais geral da actividade de projectista e consultor. As comunicações apresentadas, em número de 38, os relatos elaborados, um por cada um dos sete temas do Congresso, a forma aberta, mas organizada, como foram dirigidas as correspondentes sete sessões de trabalho, permitiram uma ampla, e por vezes viva, troca de opiniões. No final de cada

sessão, as correspondentes "conclusões e recomendações", elaboradas pelas mesas, foram discutidas e aprovadas e seriam, mais tarde, juntamente com os relatos, publicadas no Relatório do Congresso.



1º Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, em Maio de 1973. Cobertura pelo Diário de Notícias. Na Mesa, entre outras individualidades, o Ministro Mota Campos, o Secretário de Estado do Fomento Ultramarino, Dr. Rui Martins dos Santos e o Eng. Manuel Rocha, Director do LNEC

Das "conclusões e recomendações" do tema "Organização do Sector", destaca-se aquela que constituiu uma Comissão Executiva, formada por três membros pertencentes à Comissão Organizadora do Congresso, para, num prazo de dois meses, propor aos congressistas a constituição de uma Comissão Permanente, destinada a dar continuidade aos trabalhos do Congresso.

Em 2 de Julho de 1973, aquela Comissão Executiva, no cumprimento do seu mandato, enviou a todos os congressistas uma circular, na qual, após transcrever das "conclusões e recomendações" do Congresso a parte que especificamente lhe respeitava, propunha a constituição da Comissão Permanente, com 25 membros, e os princípios gerais e

condições de funcionamento desta Comissão. Juntamente com a circular, era enviado um boletim de voto, a devolver até ao dia 12 do mesmo mês, que permitia, a cada congressista, manifestar a sua opinião sobre as propostas feitas.



1º Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, em Maio de 1973. Cobertura pelo Diário de Notícias. Aspecto geral da assistência. Em primeiro plano, os Arquitectos Carlos Ramos e Maurício de Vasconcelos e um pouco atrás o Eng. Silveira Ramos

Decorrido o prazo para a devolução do boletim de voto, a Comissão Executiva convocou para uma reunião, a realizar dia 26 desse mês de Julho, as 25 entidades que tinha proposto para membros da Comissão Permanente.

Nessa reunião, a Comissão Executiva deu conhecimento aos presentes de que tinha recebido 78 boletins de voto, dos quais 12 (15,4 %), discordavam das propostas feitas, 16 (20,5 %) davam o seu acordo na generalidade, mas propondo a substituição de alguns nomes da Comissão Permanente e 50 (64,1 %) davam o seu acordo à constituição da Comissão Permanente, tal como tinha sido proposta.

Em face destes números, a Comissão Executiva deu por findo o seu mandato, considerando constituída a Comissão Permanente, tal como proposta.

Segundo a orientação fixada nos "princípios gerais e condições de funcionamento", a Comissão Permanente elegeu um presidente (o representante da 81.^a Secção da AIP - Consultores Técnicos e Projectistas) e nomeou, entre os seus membros, uma Comissão Executiva, a quem incumbiu do estudo, com prioridade absoluta, do anteprojecto dos estatutos do organismo que representaria os projectistas e consultores nacionais.

A Comissão Executiva iniciou de imediato os seus trabalhos e, dois meses depois, a 26 de Setembro de 1973, envia aos membros da Comissão Permanente um primeiro anteprojecto dos estatutos, convocando para o dia 2 do mês seguinte uma reunião dessa Comissão para início da discussão do anteprojecto que tinha preparado. Após várias sessões de trabalho e sucessivos ajustamentos ao anteprojecto inicial, foi possível redigir uma terceira versão do anteprojecto dos estatutos, que veio a ser aprovada na reunião da Comissão Permanente de 6 de Fevereiro de 1974.

No dia 5 do mês seguinte, com a constituição da Comissão Instaladora da APPC, prevista no projecto dos estatutos, com poderes para "requerer os necessários actos para a obtenção do reconhecimento legal da Associação, incluindo a outorga de actos notariais, bem como a realização dos demais actos de gestão necessários àquele fim", a Comissão Permanente deu por finda a sua missão, considerando-se extinta.

O projecto dos Estatutos da APPC foi, então, enviado a todos os congressistas, juntamente com o Relatório final do Congresso.

II - PRIMEIROS ANOS

ACTIVIDADE DA COMISSÃO INSTALADORA

A Comissão Instaladora iniciou os seus trabalhos com a preparação de um programa de acção que englobava:

- a) contactos a nível ministerial, com vista a obter-se um rápido reconhecimento legal da Associação;
- b) reuniões, entrevistas e artigos nos órgãos de comunicação social, destinados a tornar conhecida a APPC e conhecidos os seus objectivos;
- c) início das inscrições provisórias dos sócios e fomento dessas inscrições;
- d) conferências ou seminários periódicos a cargo de pessoas qualificadas dos sectores público e privado, com vista ao esclarecimento de conceitos e ideias dos próprios membros do sector e ao esclarecimento dos clientes, actuais e potenciais, das particularidades da actividade de projectista e consultor.”

Este programa começou a ser posto em execução em fins de Março: a Comissão Instaladora foi recebida pelos Ministros das Obras Públicas (Eng. Rui Sanches) e pelo Ministro do Interior (Dr. Moreira Baptista), respectivamente a 4 e 8 de Abril, tendo obtido a promessa de um rápido reconhecimento legal da APPC; promoveu a realização de uma mesa redonda no Tempo Económico, revista a ganhar prestígio, que veio a ser publicada no seu n.º 6, de 03-05-1974, onde os objectivos e o interesse da APPC foram claramente expostos; iniciou a preparação de um inquérito destinado à recolha de dados sobre a realidade do Sector, a ser enviado a todos os participantes no I Congresso, juntamente com uma carta convite para a inscrição provisória como membro da APPC.

O "25 de Abril" veio interromper, por breves semanas, os trabalhos da Comissão Instaladora, mas viria introduzir, por largos meses, alguma turbulência na orientação que tinha sido adoptada.

Logo que foram retomados os trabalhos, considerou-se do maior interesse convocar uma reunião geral para discutir as eventuais implicações das novas condições criadas em Portugal na actividade dos projectistas e consultores e na própria Associação, das quais poderia resultar alteração ao programa traçado, admitindo-se mesmo uma possível extinção da Comissão Instaladora, a ser substituída por uma Comissão de Gestão, eleita e não nomeada, com regras de actuação que deveriam ser objecto de estudo e definição.

Convocada para o dia 17 de Maio, a reunião geral foi um encontro vivo, muito participado (compareceram 75 pessoas), que se prolongou por horas: quando da suspensão dos trabalhos, ainda permaneciam na sala, além dos membros da Comissão Instaladora, cerca de 40 pessoas. Dois temas dominaram a reunião: a crise de trabalho que se adivinhava e o programa de acção proposto pela Comissão Instaladora.

Na primeira parte da reunião geral, generalizou-se o consenso de que a nova situação em Portugal iria necessariamente introduzir novos parâmetros na gestão e expansão da actividade, como reflexo de reivindicações profissionais na vida dos gabinetes e da relativa paralisação, que já se pressentia, das encomendas, designadamente nos sectores públicos e no Ultramar.

Estas impressões foram transmitidas, nos princípios de Junho, pela Comissão Instaladora, ao Ministro do Equipamento Social e do Ambiente e ao Secretário de Estado dos Assuntos Económicos do Ministério da Coordenação Interterritorial, e, em Julho, ao Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo.

Como resultado destas entrevistas, ficou a Comissão Instaladora de promover a constituição de um grupo de trabalho para o estudo da legislação sobre a actividade de projectistas e consultores estrangeiros em Portugal e de recolher dados concretos sobre trabalhos que eventualmente tivessem sido suspensos após o 25 de Abril.

O referido grupo de trabalho foi constituído em 27 de Junho de 1974, tendo por relator o Eng. Manuel Camacho Simões que, em Outubro seguinte, apresentou à Comissão Instaladora o "esboço de projecto de normas para contratação de serviços objectivando o desenvolvimento da

actividade dos projectistas e consultores nacionais". O documento apresentado ultrapassava largamente o campo específico da actividade dos estrangeiros em Portugal, por considerar que "a defesa dos interesses dos projectistas e consultores nacionais seria efémera, por parcial, se não fossem fixados simultaneamente, e desde já, princípios de actuação daqueles, a nível nacional."

Embora uma regulamentação oficial do Sector pudesse ser desejável, a percepção do muito trabalho a fazer, antes dessa regulamentação, no campo da definição de ideias e precisão de conceitos, levou a Comissão Instaladora a retardar o início da discussão do documento para depois da legalização da APPC, pendente da publicação de legislação que se anunciava para breve. Contudo, o sucessivo adiamento dessa publicação, o agravar da crise de trabalho e as notícias de um possível aumento da actividade estrangeira em Portugal levaram a que se promovesse a discussão do referido documento em reunião para o efeito convocada para 10 de Janeiro de 1975, confirmando-se, nesta reunião, que seria muito difícil fazer aprovar um documento tão amplo, sem uma longa e prévia discussão dos conceitos básicos.

Desta mesma reunião, porém, saiu reforçada a urgência da preparação de um documento especificamente destinado à actividade de estrangeiros. Para esse efeito foi constituída nova comissão, mantendo-se o Eng. Camacho Simões como relator. O novo documento foi apresentado, discutido e aprovado na reunião de 17 do mesmo mês, e, de seguida, enviado, para análise e sugestões a todos os que, entretanto, tinham sido considerados, desde Julho de 1974, como sócios provisórios da APPC. E dele viria a ser dado conhecimento ao Governo, na pessoa do Ministro Álvaro Cunhal, em 22 de Janeiro de 1975.

Paralelamente, na recolha de dados concretos sobre os trabalhos suspensos, os resultados do inquérito lançado pela Comissão Instaladora em Junho de 1974, se não justificavam, ainda, uma intervenção junto das entidades governamentais, indiciavam já o prenúncio de uma crise a exigir cuidado acompanhamento. E o evoluir da situação conduziu à constituição, em Outubro, de uma Comissão Mista, composta por representantes da Comissão Instaladora da APPC, da Secção de Consultores Técnicos e Projectistas da AIP e do CTPI, destinada a levar ao conheci-

mento das entidades governamentais "a crise do Sector e as suas causas próximas e apontar caminhos eventualmente conducentes ao remedeio, a curto prazo, da situação".

Em fins de Novembro, a Comissão Mista enviou aos Ministros sem Pasta e aos Ministros da Economia, das Finanças, do Equipamento Social e Ambiente, do Trabalho, da Coordenação Interterritorial, da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros, as exposições que tinha preparado e cujos títulos evidenciam os seus conteúdos: "A necessidade de se restabelecerem condições de sobrevivência para os projectistas e consultores privados, dada a importância de que se reveste a sua actividade para o País"; "Acções para a dinamização do Sector dos projectistas e consultores"; "Situação financeira dos projectistas e consultores".

Em consequência destas exposições, foi a Comissão Mista recebida, em 22 de Janeiro de 1975, pelo Ministro Álvaro Cunhal, e recebeu, no dia 2 do mês seguinte, cópia de um longo despacho do Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo, datado de 20 de Janeiro de 1975, que pretendia, à boa maneira da época, conduzir "o mercado da projectação a adequar-se ao programa de austeridade do País e, em consequência, ao redimensionamento dos Gabinetes, à redução das suas despesas gerais, à redução do leque salarial no Sector e, de um modo geral, da privilegiada mais valia e acumulação de capital que se presumia em certos tipos de unidades produtivas dominantes no Sector."

Pouco depois, após o "11 de Março", o sonho de uns tantos, seguramente poucos, de capitanearem uma grande empresa pública de projectos, formada na base da nacionalização das maiores organizações privadas então existentes, chegou a ser suscitado em alguns corredores dos que disputavam o poder político. Como diria, mais tarde, o saudoso Eng. Olívio Bento: "a intranquilidade instalava-se entre nós com foral de Cidade e o futuro afigurava-se sombrio. As actividades privadas e os seus dinamizadores eram atacados sem critério..."

Entretanto, em princípios de Fevereiro de 1975, tinha a Comissão Instaladora decidido lançar um novo inquérito que permitisse passar da fase qualitativa à avaliação quantitativa do mercado e, simultaneamente, que fosse o início da recolha, que se pretendia sistemática, de dados estatísticos destinados a conhecer as realidades do sector e a sua futura

evolução. O inquérito abrangia os semestres de 1973 e 1974 e foi alargado, para melhor caracterização da situação, a 105 gabinetes de estudos técnicos e económicos, tendo-se, para o efeito, solicitado a colaboração das secções regionais da Ordem dos Engenheiros, do Sindicato dos Arquitectos, do Sindicato dos Economistas e do Sindicato dos Engenheiros Técnicos. Os resultados desse inquérito viriam a ser tratados já pela primeira Direcção da APPC.

Na segunda parte da reunião geral de 17 de Maio de 1974, generalizou-se a discussão sobre o programa de acção da Comissão Instaladora, afluindo duas correntes de opinião: uma, no sentido da Comissão Instaladora continuar com o seu programa de acção, abrindo imediatamente as inscrições provisórias na APPC; outra, no sentido da necessidade de revisão dos Estatutos em face da evolução que se estava a verificar nos organismos sindicais. As propostas aprovadas no final da reunião consagravam, praticamente, esta última opinião.

Considerando importantes questões processuais (o I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores tinha eleito uma Comissão Permanente que aprovou os Estatutos da APPC e mandou a Comissão Instaladora para o reconhecimento legal da Associação) e considerando que a reunião não podia assumir carácter deliberativo, mas apenas consultivo, decidiu a Comissão Instaladora enviar, a 5 de Junho de 1974, a todos os participantes no Congresso, um questionário que lhe permitisse:

- a) avaliar, a manterem-se os Estatutos, o número de pessoas singulares e colectivas em condições de serem sócios da APPC;
- b) sentir as alterações de fundo que, eventualmente, a maioria das pessoas que se dedicam à actividade gostariam de ver introduzidas no Estatutos;
- c) definir a orientação a seguir no prosseguimento dos trabalhos.

O formulário do inquérito era acompanhado de uma nota circunstanciada onde se esclarecia o enquadramento da APPC, tal com decorria dos estatutos aprovados, no conjunto das organizações sindicais, patronais e profissionais ligadas à actividade de projecto e consulta.

Apesar da recepção das respostas ao inquérito ter sido prejudicada por uma greve dos CTT, entretanto declarada, na reunião de 27 de Junho de 1974, para o efeito convocada, foi possível à Comissão Instaladora informar que, com base nas respostas já recebidas (42), tinha decidido prosseguir com o processo de legalização da APPC com base nos Estatutos aprovados pela Comissão Permanente. Esta decisão saiu reforçada com a recepção das respostas que tinham ficado retidas no correio: das 83 respostas recebidas, 77 (93 %) davam o seu acordo, na generalidade, ao projecto dos Estatutos; 60 (72 %) concordavam com as condições de admissão estabelecidas; e 70 (84 %) das pessoas singulares e colectivas que responderam tornar-se-iam sócios da APPC a manterem-se os Estatutos.

Face a estes resultados, a Comissão Instaladora decidiu considerar como sócios provisórios da APPC as pessoas singulares e colectivas que tinham respondido afirmativamente ao inquérito, mas decidiu, também, não fomentar mais inscrições enquanto não fosse possível legalizar a APPC e dotá-la do órgão competente à apreciação da situação legal, "curriculum" e qualificação profissional dos sócios provisórios.

Finalmente, o aguardado decreto sobre associações foi publicado em Novembro (Decreto-Lei n.º 594/74 de 04-11-1974), numa altura em que os notários se encontravam assoberbados com escrituras de outros domínios, mas que, por força de legislação também recente, teriam de ser feitas até 31 de Dezembro, o que levou a protelar a escritura de constituição da APPC para Janeiro de 1975.

A escritura da APPC veio a ser lavrada no 4.º Cartório Notarial de Lisboa, no dia 16 de Janeiro de 1975, tendo os respectivos Estatutos sido publicados no Diário do Governo, III Série, n.º 28, de 03-02-1975.

Dois dias depois, em 5 de Fevereiro de 1975, a APPC adquiria personalidade jurídica, ao depositar no Governo Civil os documentos legalmente exigidos.

Outorgaram a escritura da constituição da APPC os membros da Comissão Instaladora com poderes para esse acto: José de Araújo Coutinho, Carlos Manuel Ramos e Mário Martins Baptista.



Instalação inicial da APPC no 2º Andar do Edifício AIP, na Praça das Indústrias

O clima de excepção que vigorou em Portugal, praticamente durante todo o mandato da Comissão Instaladora, impossibilitou, por falta de interlocutores válidos e interessados quer do sector público, quer do privado, a concretização de conferências e seminários periódicos constantes do programa de acção inicialmente traçado.

Anunciada para breve a publicação pelo Governo de um plano de emergência, de imediato se considerou o interesse da realização de um seminário que tivesse por tema a análise da contribuição do Sector de projectistas e consultores na concretização desse plano. De imediato, também se estabeleceram contactos com membros do Governo dando conhecimento dessas intenções e se começou com a sua preparação, com o objectivo declarado de realizar o seminário num curto prazo, duas semanas se possível, depois de publicado o plano.

Publicado o Programa de Política Económica e Social, aprovado em Conselho de Ministros em 07-02-1975, foi possível, assim, realizar o Seminário, nas instalações da FIL (AIP), nos dias 28 de Fevereiro e 1 de Março, com a presença de representantes do Sector Público.

No primeiro dia, depois de breve análise do Programa, foram constituídos cinco grupos de trabalho:

- 1 - Definição, planeamento e controlo da política económica a nível nacional, regional e sectorial;
- 2 - Reconversão, reestruturação, dinamização e coordenação da produção agrícola e industrial, do comércio e dos serviços;
- 3 - Estudo e fundamentação de investimentos produtivos e privados, tanto nacionais com estrangeiros;
- 4 - Estudo, fundamentação e acompanhamento das infra-estruturas e estruturas sociais e outras (transportes, habitação, hospitais, saneamento, etc.);
- 5 - Síntese e conclusões.

Os relatórios preparados pelos grupos de trabalho foram discutidos na sessão do segundo dia e as conclusões do seminário enviadas a todos os Ministros.

O Seminário, pela sua oportunidade, teve uma boa cobertura por parte dos órgãos de comunicação social, com referências e fotografias de primeira página na imprensa diária e com entrevista para o Telejornal do dia 1 de Março a um elemento da Comissão Instaladora, Mário Baptista, o principal impulsionador e organizador do evento.



O Seminário organizado pela APPC em Fevereiro de 1975, foi largamente coberto pelos órgãos de comunicação social. Na foto o Dr. Mário Baptista, da Comissão Instaladora, ao ser entrevistado para a RTP pelo jornalista Adelino Gomes

Assim, dias antes da primeira Assembleia Geral da APPC, o nome da Associação surgia em força perante o grande público, mas o êxito do Seminário não iria ter longa repercussão: naquela primeira assembleia, reunida a 7 de Março, ainda se aprovou que os grupos de trabalho formados durante o Seminário mantivessem a sua actividade, mas as esperanças postas no Programa de Política Económica e Social morreriam, com o próprio Programa, poucos dias depois, no "11 de Março".

PRIMEIROS CORPOS SOCIAIS

Convocada pela Comissão Instaladora, "aos sete dias do mês de Março de mil novecentos e setenta e cinco reuniu, pelas quinze horas, na sede da Associação Industrial Portuguesa, a primeira Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores, de acordo com os Estatutos e com a seguinte ordem de trabalhos, constante da convocatória:

- 1.º - Eleição dos Corpos Sociais do primeiro biénio;
- 2.º - Definição das linhas orientadoras das actividades a desenvolver no primeiro ano;
- 3.º - Aprovação das quotizações dos sócios efectivos e aderentes.

Foi constituída a Mesa pelos seguintes elementos presentes da Comissão Instaladora: Dr. Luís Nandim de Carvalho, que presidiu, Eng. José de Araújo Coutinho, Dr. Mário Baptista e Arq. Carlos Manuel Ramos."

Aberta a sessão, foram apresentadas quatro listas para os Corpos Sociais, das quais resultou uma quinta lista, que veio a ser a eleita.

"Passou então a dirigir os trabalhos a nova Mesa, presidida pelo Eng. Viriato Morgado, da LUSOTECNA, e secretariado pelo Eng. Pedro Serra da COBA e Arq. Raúl Branco, da GEFEL."

Como viria a ser uma constante nos primeiros anos de vida da APPC, na eleição dos Corpos Sociais, mais do que os próprios sócios colectivos, pesavam as pessoas dos seus representantes. Só depois de garantido um núcleo coeso de pessoas empenhadas, com provas dadas

em funções anteriores, se passava a discutir os sócios que completariam e equilibrariam, sobre vários aspectos - dimensão, especialidade, projecção no mercado - as listas propostas. A análise da composição dos Corpos Sociais nos sete primeiros biénios, desde 1975/76 ao biénio de 1987/88, ilustra essa constante.

Se não é possível anotar os nomes de todos aqueles que muito contribuíram para que a APPC fosse uma realidade, justo é, pelo menos, que se deixem registados os nomes das pessoas que mais se envolveram e destacaram no arranque, estruturação, consolidação e divulgação da APPC, e que, por essa razão, permaneceram membros dos Corpos Sociais ao longo de todo aquele período:

OLÍVIO SOUSA BENTO, primeiro Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o seu suplente, Viriato Luís Ferreira Morgado, sempre presentes nos trabalhos associativos, e que, muitas vezes, actuaram como autênticos membros da Direcção;

JOSÉ DE ARAÚJO COUTINHO, primeiro Presidente da Direcção, cujo desempenho veio a merecer o reconhecimento dos seus pares, que o elegeram, em 1988, quando deixou os trabalhos associativos, como primeiro sócio honorário da APPC;

RAÚL BRAGANÇA DE ARAÚJO BRANCO, primeiro Secretário-Geral da APPC, que, mesmo ainda vogal da Mesa da Assembleia Geral, já participava activamente nos trabalhos da Direcção;

ALBERTO GARRIDO BAPTISTA, competente e hábil membro da Direcção da APPC e, posteriormente, Presidente do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral.

CARLOS MAGRO BORGES DE ARAÚJO, activíssimo membro da Direcção da APPC, onde desenvolveu notável e eficiente trabalho, reconhecido, interna e externamente, reconhecimento que o levaria à presidência daquele órgão e a Presidente da FEACO.

Embora com tempo no exercício das suas funções mais reduzido, justo é ainda registar, pela actividade desenvolvida na Direcção da APPC, os nomes de Carlos Correia Lacerda e de Luiz de Herédia.

PROGRAMAS DE ACÇÃO

Ao longo de todo o período compreendido entre 1975 e 1988, correspondente aos mandatos do Eng. José de Araújo Coutinho, as actividades desenvolvidas pela Direcção da APPC foram sempre subordinadas a dois objectivos fundamentais:

- Consolidação das bases de uma Associação forte e representativa, que promovesse o desenvolvimento, em termos de estruturação, capacidade e qualidade, do Sector que representava;
- Fomento de um melhor conhecimento da capacidade profissional do Sector e de uma maior contribuição daquela capacidade para o desenvolvimento económico e social do País.

A destriça entre as acções concretas e imediatas e as acções permanentes constituiria uma constante dos programas orientadores das actividades a desenvolver nos sucessivos anos. "Deu-se sempre especial atenção às acções permanentes, pois, como refere o Eng. Araújo Coutinho, sabia-se de antemão que seria um trabalho de sapa, moroso e sem brilho, mas básico para se atingirem plenamente, a médio e longo prazo, os objectivos finais da Associação".

Simultaneamente, porém, a Direcção da APPC actuava com decisão e rapidez em relação a quaisquer entidades ou assuntos que pudessem interessar ou interferir com a actividade profissional dos seus membros, reunindo trinta e cinco, quarenta vezes por ano, ou seja, todas as semanas, com excepção dos períodos de férias. E se semanas havia sem a habitual reunião das sextas-feiras, eram aquelas em que a Direcção tinha estado envolvida em actividades no exterior.

"No domínio das acções permanentes, o esforço foi orientado no sentido de uma melhor definição de ideias e conceitos relativos à actividade do Sector Autónomo de Estudos e Projectos entre os próprios membros do Sector e no esclarecimento dos clientes, e potenciais clientes, públicos e privados, das particularidades dessa actividade", adianta o Eng. Araújo Coutinho.

Nessa orientação, decidiu a Direcção da APPC, logo à partida, editar, além do Anuário expressamente previsto nos Estatutos, duas séries de publicações: uma para difusão interna e outra para difusão pública.

Estas publicações, pela novidade e precisão de conceitos, viriam a ter assinalável sucesso, passando a ser conhecidas entre muito clientes como os "livros de capa amarela", e viriam a ser dos meios mais eficazes para a difusão do nome da Associação e da imagem do Sector que representava, inclusivamente junto das federações internacionais.

Durante os dois primeiros anos de actividade (1975/76), a grave crise que atingiu o Sector Autónomo de Estudos e Projectos, pondo em risco a própria sobrevivência de muitos dos seus membros, forçou a Direcção da APPC, com prejuízo da estruturação interna da Associação, a concentrar os esforços no sentido de alertar as entidades oficiais para essa mesma crise e para as consequências que dela decorreriam na economia e sociedade portuguesas, intensificando as acções encetadas pela Comissão Instaladora.

Mas, mesmo nestes dois primeiros anos, como nos anos seguintes, cumpre registar a permanente preocupação das sucessivas Direcções de suscitar a participação dos sócios nos documentos básicos da Associação, submetendo ao seu parecer os projectos que iam sendo preparados antes de os aprovar ou de os fazer aprovar pela Assembleia Geral.

Um simples folhear dos arquivos da APPC, nomeadamente das actas das reuniões da Direcção e das circulares dirigidas aos associados, ou mesmo uma leitura rápida dos relatórios de actividades, anualmente submetidos à apreciação dos sócios, ilustram bem aqueles factos e a forma como foi possível, num ambiente não muito propício, impor e fazer vingar a Associação.

No que se segue, referem-se, apenas, algumas das acções que, pelos reflexos que tiveram na afirmação e imagem da APPC e pelos obstáculos que tiveram de ser ultrapassados, merecem uma curta referência: a admissão de sócios, a publicação do "Código Deontológico", a edição do "Guia para Utilização dos Serviços dos Consultores Técnicos", o "Anuário da APPC", o Colóquio "O Futuro dos Consultores Técnicos em Portugal", o Simpósio Internacional "X Aniversário da APPC" e a "FEACO 86".

Num último número, ilustrando escolhos inesperados, uma breve história da filiação da APPC na FIDIC.

III - QUALIFICAÇÃO DOS ASSOCIADOS

ADMISSÃO DE SÓCIOS

A primeira Assembleia Geral da APPC, realizada a 7 de Março de 1975, delegou na Direcção a incumbência de proceder à constituição do órgão regulamentador competente para, nos termos dos Estatutos, apreciar a situação legal, o "curriculum" e a qualificação profissional dos candidatos a sócios.

Usando dessa faculdade, a Direcção decidiu, na sua primeira reunião, em 14 de Março de 1975, que "esse órgão seria constituído pela própria Direcção da APPC, que, em caso de necessidade, poderia ouvir, além dos directamente interessados, as pessoas que tivesse por conveniente para a formação de um juízo válido."

No programa da Direcção, era considerado prioritário apreciar a situação das pessoas, singulares e colectivas, que, por terem respondido afirmativamente ao inquérito enviado em 5 de Junho de 1974 a todos os participantes no I Congresso, tinham sido consideradas, pela Comissão Instaladora, sócios provisórios da APPC, e que, como tal, pagavam quotas desde Janeiro de 1975, que seriam devolvidas àqueles sócios provisórios cujas inscrições não viessem a ser confirmadas.

Não foi, porém, possível cumprir esse programa em 1975. Os esforços da Direcção no sentido de alertar as entidades oficiais para a crise que se vivia fizeram que fosse sucessivamente adiada a apreciação da qualificação da actividade profissional dos sócios provisórios, chegando-se ao final do ano na situação incómoda de todos os 75 associados da APPC, incluindo os membros dos Corpos Sociais, serem "sócios provisórios".

Em 1976, já foi possível orientar grande parte do trabalho da Direcção para a obrigação estatutária de proceder à apreciação da situação dos sócios provisórios. No final do ano, porém, no total de 68 associados, a par de 27 sócios efectivos e 5 sócios aderentes, a APPC tinha, ainda, 36 sócios provisórios.

A passagem destes sócios provisórios a efectivos ou aderentes, ou a anulação da sua inscrição com a consequente devolução das quotas

pagas, estava então condicionada por uma melhor clarificação do disposto nos artigos terceiro e quarto dos Estatutos, mais precisamente, no que se referia ao critério de independência das pessoas colectivas para poderem ser sócios efectivos da APPC e às condições de admissão de sócios aderentes.

Como elemento preparatório da proposta a submeter à Assembleia Geral, foi enviado, nos finais de Janeiro de 1977, a todos os sócios, incluindo àqueles que ainda se mantinham na posição de sócios provisórios, um questionário que permitia sondar as opiniões existentes.

O questionário era enquadrado por uma nota onde, após breve referência aos antecedentes que tinham conduzido aos Estatutos da APPC, se descrevia a evolução que o critério de independência tinha sofrido a nível internacional e se referiam as condições básicas imprescindíveis para se ser sócio aderente da APPC.

Com base nos resultados desse inquérito, a Direcção da APPC submeteu à Assembleia Geral, realizada em 25 de Março de 1977, uma proposta sobre as condições de admissão de sócios, que foi aprovada por unanimidade.

Foi, assim, possível proceder, durante o ano de 1977, à qualificação da maior parte dos sócios provisórios. Em consequência, no final deste ano, o número de associados da APPC tinha baixado para 54, dos quais 33 sócios efectivos, 12 sócios aderentes e 9 ainda se mantinham como sócios provisórios, por ainda não terem prestado os esclarecimentos solicitados.

Em 1978, procedeu-se à difusão da brochura "APPC. Condições de Admissão de Sócios". Como resultado dessa difusão, foram recebidos algumas dezenas de pedidos de admissão de novos sócios, que, tratados de acordo com as normas estabelecidas, não se traduziram no aumento da massa associativa: no final do ano, 52 sócios, dos quais 30 sócios efectivos, 14 sócios aderentes e 8 na situação de sócios provisórios.

"A partir dessa data, como refere o Eng. Araújo Coutinho, o alargamento da base associativa passou, então, para plano secundário, orientando-se as acções desenvolvidas mais para o exterior, no sentido de se criar uma boa imagem da APPC, na certeza de que, mais tarde, essa boa imagem seria o factor fundamental na angariação de novos sócios".

CÓDIGO DEONTOLÓGICO

Fazendo parte do n.º 1 do Art.º 2.º dos Estatutos "estabelecer e promover a observância dos princípios relativos à ética e regras deontológicas das actividades do Sector", no programa preconizado pela Comissão Instaladora constava, como acção a desenvolver a curto prazo, a "preparação do código deontológico da actividade, com base nos códigos adoptados nas associações internacionais congéneres e sem prejuízo dos princípios aprovados pelos organismos profissionais existentes".

Assim, em Dezembro de 1975, foi possível concluir o primeiro anteprojecto do código deontológico, com base nas recomendações e documentos da FIDIC e do CEBI.

Desse anteprojecto, analisado e discutido pelos membros da Direcção, nasceu o projecto do Código Deontológico, distribuído e posto à consideração de todos os sócios, que se teriam de pronunciar até 30 de Abril de 1976.

As críticas e sugestões dos Associados foram analisadas em reunião de Direcção de 7 de Maio 1976 e, introduzidas as alterações resultantes dessa análise, a versão final do Código foi enviada, a todos os Associados, juntamente com a convocatória para a Assembleia Geral, a reunir a 2 de Julho de 1976, destinada à sua discussão, aprovação ou modificação.

Após a aprovação nessa Assembleia, do Código Deontológico da APPC foi feita uma edição de 3000 exemplares, logo distribuídos por mais de 2000 entidades, públicas e privadas. E assim começou a boa reputação que os "livros de capa amarela" viriam a ter.

IV - AFIRMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA ACTIVIDADE

GUIA DOS PROJECTISTAS E CONSULTORES

Do programa das "acções de estruturação interna" para 1976, constava a "preparação do projecto do Guia dos Projectistas e Consultores, com base nas publicações da FIDIC e de outras Associações congéneres. Discussão e, se possível, publicação desse Guia."

Mas, em 1976, apenas foi possível iniciar a recolha de documentação para a preparação do Guia e definir que, em princípio, a metodologia a seguir nessa preparação deveria ser idêntica à adoptada para o Código Deontológico.

O trabalho desenvolvido em 1977 na preparação do Guia veio mostrar, porém, a necessidade de fazer anteceder todo aquele processo de uma discussão generalizada sobre alguns dos seus aspectos fundamentais, a fim de permitir uma posterior redacção do Guia já com a forma clara e concisa que se impunha.

Deveriam, assim, ser preparados documentos de base, onde aqueles aspectos seriam discutidos e analisados com uma maior generalidade, documentos que seriam submetidos não só à crítica dos sócios da APPC mas também de todos os que tivessem interesse na actividade dos projectistas e consultores, nomeadamente clientes e entidades oficiais. Nessa orientação, foi preparado um primeiro documento intitulado "A Realização de Empreendimentos / Conceitos Fundamentais", editado em Janeiro de 1978, do qual foi feita larga difusão.

Ainda em 1978, nessa linha de orientação, foi preparado, editado e difundido um segundo documento, "O Sector Autónomo de Estudos e Projectos / Noção de Projectista e Consultor" (Nov. /78).

E, em 1979, foram editados e difundidos mais dois: "O Sector Autónomo de Estudos e Projectos / Natureza e Âmbito dos Serviços Técnicos" (Julho/79) e "O Sector Autónomo de Estudos e Projectos / Selecção e Remuneração de Consultores Técnicos" (Dez. /79).

Em 1980, com base nesses documentos e nas críticas que suscitaram, foi elaborado e enviado aos Associados o projecto do "Guia para a

Utilização dos Serviços dos Consultores Técnicos", que veio a ser aprovado, por unanimidade, na Assembleia Geral de 27 de Março de 1981.

Cumpria-se, assim, o previsto perante as primeiras dificuldades na preparação do Guia: tratava-se de um trabalho em profundidade, a exigir o consenso generalizado dos associados e, conseqüentemente, a exigir longa ponderação, tendo-se por certo que o alargamento do prazo de preparação do Guia, resultante da metodologia adoptada, seria compensado, quando da sua publicação, por uma maior e mais rápida adesão aos princípios nele preconizados.

ANUÁRIO

Em 1985, é feita a primeira edição oficial do Anuário da APPC. O objectivo da sua publicação remontava a 1977, tanto assim que o "Relatório de Actividades" relativo àquele ano considerava "o Anuário um dos elementos básicos para a criação de uma imagem de marca do Sector Autónomo de Estudos e Projectos", adiantando-se, contudo, que "no parecer da Direcção da APPC é preferível não editar o Anuário a editá-lo sem as fichas correspondentes a grande número de sócios, especialmente, quando pela sua dimensão, a sua não participação no Anuário possa dar, desde logo, a noção de um Anuário pouco representativo e, pior, de uma Associação pouco representativa. Daí a insistência que se tem feito no pedido dos indispensáveis elementos para o Anuário e o sucessivo adiar da sua publicação, dado o insucesso das solicitações feitas."

Assim, a Direcção tinha decidido a seguinte orientação, que veio a merecer total apoio na Assembleia Geral de 17 de Março de 1978:

- a) Não fazer a edição do Anuário, enquanto o mesmo não poder corresponder à imagem que se pretende da APPC e, conseqüentemente, do próprio Sector.
- b) Iniciar a partir de Janeiro/78, a impressão das fichas dos sócios que já forneceram os indispensáveis elementos, sem aguardar, como se pretendia, os elementos de todos os sócios.
- c) Sempre que for solicitada a lista dos sócios da APPC, fazê-la acompanhar das fichas já impressas."

Nesta orientação, foi preparada a parte introdutória do Anuário, contendo informação sistematizada ("Apresentação", "Da APPC", "Dos Serviços dos Consultores Técnicos", "Da Seleção de Consultores Técnicos", "Do Código de Ética dos Clientes", "Do Código Deontológico da APPC"), começaram a ser impressas as folhas correspondentes aos sócios, e o tema "Anuário" passou a ser um tema recorrente nas reuniões com os sócios e nas Assembleias Gerais.

Uma primeira edição do Anuário, para consumo interno, foi feita em 1981 e enviada apenas a todos os sócios, para, como sugerido na Assembleia Geral de 26-03-82, aqueles que "não responderam ainda se sintam motivados a mandarem as fichas que faltam". Figuravam nele apenas dez associados.

Daí que a primeira edição da obra, em 1985, incluísse a seguinte advertência: "Esta primeira edição comemorativa do 10.º Aniversário da Associação, não abrange todos os seus sócios: dela constam, apenas, os sócios que, tendo manifestado interesse em nela participarem, forneceram as indispensáveis informações em devido tempo. "Em anexo, além da lista completa dos sócios da APPC, apresenta-se um Índice Remissivo, por campos de actividade, que permite uma consulta fácil e rápida deste Anuário". Como adiante veremos, dez anos mais tarde, o Anuário vem a ter a sua primeira edição bilingue - português e inglês.

Dos 93 sócios que a APPC tinha em 1985, apenas 38 figuraram no Anuário/85. Sendo obrigação estatutária, logo no plano de acções a desenvolver em 1976 constava a "preparação e eventual publicação do primeiro Anuário da APPC". Não se imaginava, então, que esse objectivo só viria a ser alcançado uma década depois.

Paralelamente, nesse mesmo ano de 1985, as acções da Direcção da APPC junto do Instituto de Investimento Estrangeiro (IIE) e do Instituto do Comércio Externo (ICEP) levaram à edição conjunta, IIE, ICEP e APPC, do "Portuguese Consultants", Directório dos sócios da APPC com vocação para a exportação dos seus serviços.

Desse Directório, editado em 1986, integralmente financiado pelo IIE e ICEP, e que continha as fichas dos sócios da APPC que nele pretendiam figurar (22), foi feita larga difusão por entidades nacionais e estrangeiras ligadas à exportação e ao financiamento de serviços de

consultores no mercado internacional, com destaque para o Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento (BEI) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

COLÓQUIO INTERNACIONAL APPC - FIL81

Em Maio de 1980, a Direcção da APPC dirigiu-se aos sócios informando que tinha sido "convidada pela AIP, para participar na organização da 22.ª FIL, que se realizará em Lisboa de 8 a 17 de Maio de 1981, com o seguinte tema geral: "Know-how, Engineering - Estudos, Projectos e Serviços"; mais informava que o convite tinha sido aceite, e que além de um "stand", a APPC iria "estudar a possibilidade de se realizar um encontro entre consultores técnicos nacionais, representantes de Federações Internacionais e organismos congéneres de outros países"; apelava para a participação dos sócios e solicitava "sugestões para os temas a discutir".

Com efeito, perante o convite da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e o tema geral da FIL 81, a Direcção da APPC aderiu, de imediato, ao proposto: seria uma forma de mostrar o seu reconhecimento pelo apoio nunca negado pela AIP e, simultaneamente, a forma de difundir o nome da Associação a nível nacional e de o lançar a nível internacional, se fosse possível, como se admitia pelas relações já existentes, trazer a Portugal representantes das Associações e Federações congéneres.

Constitui-se, então, uma Comissão Executiva, formada pelos membros da Direcção, presidentes da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal da APPC e por um representante da AIP, comissão que tinha a seu cargo a coordenação do espaço da FIL 81, reservado ao Sector Autónomo de Estudos e Projectos, a organização de um Colóquio Internacional e as relações públicas ao nível do Sector.

O tema geral da participação da APPC na FIL 81 seria: "Portugal sem a Técnica Portuguesa Deixaria de Ser Portugal..."; e "O Futuro dos Consultores Técnicos em Portugal" seria o tema do Colóquio Internacional.

A nível nacional, incentivaram-se os sócios da APPC a participarem com "stands" ilustrativos das suas capacidades técnicas, como o "stand"

da própria APPC proporcionaria uma maior divulgação dos objectivos e das actividades que a Associação desenvolvia.

A nível internacional procurou-se fazer participar no colóquio representantes das Federações em que a APPC, num futuro mais ou menos próximo, se pretendia filiar.

Os intentos da Comissão Executiva foram coroados de êxito e os programas então estabelecidos cumpridos sem desvios. Transcreve-se, na íntegra, mantendo as maiúsculas e minúsculas do original, o texto informativo que constava do primeiro desdobrável com a ficha de inscrição no Colóquio, desdobrável que, como os que se lhe seguiram, teve grande difusão:

"A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROJECTISTAS E CONSULTORES (APPC) é uma Associação profissional, vertical e multidisciplinar, que, sem fins lucrativos, visa promover o "desenvolvimento, em termos de estruturação, capacidade e qualidade do Sector que representa".

Do seu programa de actividades para o corrente ano sobressai a realização de um Colóquio Internacional sobre "O FUTURO DOS CONSULTORES TÉCNICOS EM

Do seu programa de actividades para o corrente ano sobressai a realização de um Colóquio Internacional sobre "O FUTURO DOS CONSULTORES TÉCNICOS EM



Colóquio Internacional APPC, 22ª FIL, em Maio de 1981



A imprensa interessou-se pela realização do Colóquio Internacional APPC - 22ª FIL

PORTUGAL", com a participação activa dos dirigentes da FIDIC e das três grandes federações europeias: CEDIC, FEACO e CEBI.

Todas estas entidades se fizeram representar ao mais alto nível: FIDIC - Fédération Internationale des Ingénieurs-Conseils, por um membro do seu comité executivo (Eng. Márcio CEZIMBRA) e pelo seu Secretário-Geral (Dr. Burt CAMPBELL); o CEDIC - Comité Européen des Ingénieurs-Conseils, pelo seu Presidente (Eng. Alec LEGGATT); a FEACO - Fédération Européenne des Associations de Conseils en Organisation, pelo seu Presidente (Prof. Johan SAGEN); e o CEBI - Comité Européen de Bureaux d'Ingénierie, pelo seu Presidente (Dr. Alessandro SEMENZA), pelo seu Vice-Presidente (Baron COPPEE), pelo seu Secretário-Geral (Dr. Paul CARLIER), e, ainda, pelo Presidente da BUROBEL (Eng. Henry ROBA).

Sua Excelência o Primeiro-Ministro dignou-se aceitar presidir à Comissão de Honra, tendo designado um seu representante, Sua Excelência o Ministro da Integração Europeia, para uma participação activa no Colóquio.

A importância do tema e o alto nível do Colóquio justificam o interesse que este merece ao "Expresso" e ao "CONSULTING ENGINEER - the Journal of Consultancy", que garantem a sua cobertura jornalística a nível nacional e internacional, respectivamente.

O futuro dos consultores técnicos em Portugal depende, basicamente, da capacidade do Sector de se reconhecer a si próprio e de se apresentar em força, criando uma imagem e um prestígio que o imponham."

O número de inscrições no Colóquio, que se realizou nos dias 11 e 12 de Maio, nas instalações da FIL, foi de 218 pessoas, e, durante dois dias, Lisboa foi a capital dos consultores técnicos europeus.

O "Expresso" dedicou-lhe um caderno especial e a APPC fez de imediato a edição e divulgação de mais um "livro de capa amarela": "Colóquio Internacional APPC - FIL 81 / Sinopse e Conclusões Gerais".

Após o efémero êxito do Seminário de 1975, o nome da APPC voltava ao contacto com o grande público, mas agora com repercussão internacional, e o Colóquio viria a ser "considerado como um marco na história do desen-



volvimento do Sector Autónomo de Estudos e Projectos em Portugal".

Ainda no ambiente do Colóquio, após a Sessão de Encerramento, no final da tarde do dia 12, nas próprias instalações da FIL, a Direcção da APPC, no seguimento das conversações havidas em Lisboa, um ano antes, com o então Presidente da FEACO, Mr. Roland Berger, reunia com o seu sucessor Mr. Johan Sagen, que recebeu, pessoalmente, a candidatura da APPC, para a submeter à próxima Assembleia Geral da FEACO, que se iria realizar no Mónaco, dentro de dias.

A admissão de Portugal na FEACO foi divulgada por quase todos os jornais diários

SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO 10.º ANIVERSÁRIO DA APPC

Como efeméride de cúpula das acções a realizar no quadro da comemoração do seu 10.º Aniversário, a Direcção da APPC organizou um Simpósio, em 28 de Outubro de 1985, que visava três objectivos: proporcionar um convívio entre os seus Associados e entidades oficiais nacionais e estrangeiras; ser mais um instrumento de estudo e informação da importância económica da actividade dos consultores para o desenvolvimento do País; aprofundar as relações com as principais Federações internacionais de consultores técnicos, nomeadamente, com a FIDIC e a FEACO.

Os contactos com as Federações internacionais começaram logo em Fevereiro/85: com a FEACO, aproveitando a deslocação do Dr. Borges de Araújo a Paris (16 de Fevereiro de 1985), para participar numa reunião do Comité Executivo destinada à discussão do tema da FEACO 86, que a

APPC iria organizar no ano seguinte; com a FIDIC, aproveitando a visita que o Presidente e o Secretário-Geral fizeram a Lisboa, para discutirem a filiação da APPC na Federação (25 de Fevereiro de 1985). Simultaneamente, as entidades nacionais mais directamente ligadas ao Sector da actividade dos sócios da APPC eram mantidas informadas dos desenvolvimentos da organização do Simpósio e convidadas a nele participarem.

O Simpósio seria subordinado ao tema geral "Consultoria: Recurso Nacional Insubstituível", e nas suas sessões seriam discutidos três temas: "A Consultoria e o Desenvolvimento Económico"; "Exportação dos Serviços de Consultoria"; "Financiamentos Internacionais".

Além do Presidente (Gordon Eldridge) e de mais dois membros do Comité Executivo da FIDIC (Donald Cullivan's e Gilberto Grillo), os três convidados como oradores, o Simpósio teve intervenções de Jan Kruit (Vice-Presidente da FEACO), R. Vearmeersch (BEI), Santos Labisa (BP), Ana Paula Laginha (ICEP), José Toscano (GCEE) e Araújo Coutinho (APPC).

Durante o Simpósio foi feita a apresentação, seguida de debate, do "Estudo de Apoios à Exportação de Serviços de Consultoria na Europa", encomendado pela APPC e elaborado por Emile Laboureau, Secretário-Geral da FEACO.

Participaram no Simpósio cerca de cem pessoas, incluindo os Corpos Sociais da APPC, um elevado número de sócios e também consultores não sócios e representantes de entidades oficiais (BP, DGEM, EPUL, GCEE, GEP, GPSN, ICE, ICEP, IIE, IPE, LNEC, LNETI).

CONFERÊNCIA PROFISSIONAL FEACO 86

Na linha de desenvolvimento das relações com entidades que conduzissem ao seu reconhecimento internacional, a APPC candidatou-se e foi admitida como membro efectivo da FEACO na Assembleia Geral realizada no Mónaco, no dia 25 de Maio de 1981, como já referido. A Direcção da APPC nomeou, então, seu delegado junto da FEACO, o Dr. Borges de Araújo, único membro da Direcção com formação de Consultor em Organização que, já com direito a voto, veio a participar na Assembleia

Anual e Conferência da FEACO, realizadas em Madrid nos dias 6 e 7 de Maio de 1982, e passou a estar presente nas posteriores Assembleias Gerais e em outras actividades.

Assim, em 21 de Outubro 1983, foi possível realizar no Estoril um encontro, alargado aos sócios, entre a Direcção da APPC e o Comité Executivo da FEACO, cujo tema foi: "A Exportação dos Serviços de Consultoria: Apoios Financeiros e Outros nos Diversos Países".

E, em 1984, a actividade da Direcção da APPC, a nível internacional, viria a ser dominada pela sua participação na Conferência e Assembleia Geral da FEACO, realizadas em Helsínquia (13 a 15 de Junho), e onde a APPC formalizou a sua candidatura à realização da FEACO 86, em Lisboa.

Aceite a candidatura, ficou estabelecido, na reunião do Comité Executivo da FEACO, realizada em Paris a 16 de Fevereiro 1985, que a Conferência Profissional iria realizar-se nos dias 21 a 23 de Maio de 1986, tendo a APPC proposto como tema central: "Os Recursos Humanos num Mundo em Transformação".



Reunião do Comité Executivo da FEACO, em Fevereiro de 1985, em Paris. Jantar onde esteve presente o Dr. Borges de Araújo. Identifica-se também, entre outros, o Secretário-Geral da FEACO, Sr. Émile Laboureau (à direita, ao centro)

Tratava-se de uma importante manifestação, que, pela primeira vez, se iria realizar em Portugal, que reunia anualmente especialistas de maior renome na Europa, e com a presença de delegações de outros continentes, nomeadamente dos Estados Unidos da América e Japão, cuja organização exigia um secretariado permanente.

Assim, logo a 2 de Outubro 1984, em reunião da Direcção da APPC, foi nomeado o núcleo base da Comissão Organizadora da FEACO 86, constituído por: Dr. Carlos Borges de Araújo (Presidente da Comissão); Arq. Raul Bragança de Araújo Branco (Secretário-Geral da APPC) e Eng. Mário Gonçalves Ferreira (Secretário-Geral da FEACO 86).

No âmbito dos trabalhos da organização da FEACO 86, a APPC fez-se representar na FEACO 85, que se realizou em Veneza, nos dias 23 e 24 de Maio, sendo o Dr. Borges de Araújo acompanhado por dois membros da Comissão Executiva da FEACO 86: Eng. Gonçalves Ferreira (Secretário-Geral) e D. Judite Gonçalves (Relações Públicas).

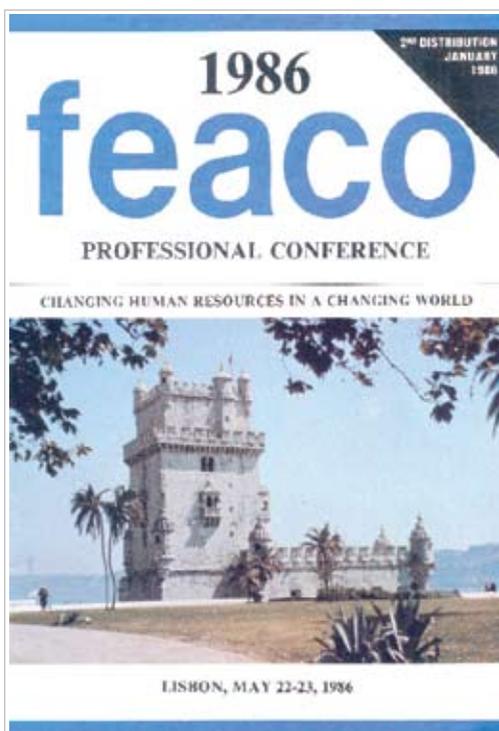
Nessa reunião, garantira-se a presença da FEACO no Seminário do 10.º Aniversário da APPC e acordou-se a realização, em Lisboa, de uma reunião do Comité Executivo da FEACO, em Janeiro/86, para análise dos trabalhos preparatórios da FEACO 86.

A FEACO 86 foi um sucesso, assegurando, de modo impressionante, uma boa imagem da APPC a nível internacional. E, a nível nacional, também, já que teve uma boa cobertura pela imprensa.

A sessão inaugural foi presidida pelo Ministro do Trabalho e Segurança Social (Eng. Mira Amaral) e o painel do último dia presidido pelo Secretário de Estado da Investigação Científica (Eng. Arantes e Oliveira).

Das dez sessões de trabalho realizadas no decorrer da FEACO 86, duas foram presididas por portugueses: Virgílio Machado e Guimarães Lobato.

Para além dos representantes das Associações filiadas na FEACO, destacam-se a presença do Presidente (Gordon Eldrige) e do Secretário-Geral (Burt Campbell) da FIDIC, do representante da United Nations Industrial Development Organization (Kristum Zaleski) e de delegados dos Estados Unidos, Canadá, China e Polónia.



Conferência Profissional FEACO 86, em Lisboa

A ensombrar o sucesso, a fraca participação de sócios da APPC e de outros consultores portugueses, que, excluídos os membros dos Corpos Sociais da APPC e os da Comissão Organizadora da FEACO 86, não atingiam as duas dezenas.

Justificava-se, assim, a circular pessoal que o Presidente da Direcção da APPC, Eng. Araújo Coutinho, quebrando por uma vez a colegialidade reinante, dirigiu a todos os Sócios e que se transcreve:

"Excepcionalmente, esta circular é da exclusiva responsabilidade do Presidente da Direcção da APPC, emitida sem o conhecimento dos outros membros da Direcção.

Coube à APPC organizar este ano a Conferência Profissional da FEACO (Fédération Européene des Associations des Conseils en Organisation), que se realizou em Lisboa, nas instalações da Fundação Gulbenkian, nos dias 21-23 do corrente mês de Maio, com a presença de 183 delegados e 107 acompanhantes, representando 21 países: Alemanha (9), Áustria (1), Bélgica (1), Canada (1), China (3), Dinamarca (12), Espanha (4), Estados Unidos (5), Finlândia (22), França (19), Holanda (44), Irlanda (3), Islândia (1), Itália (7), Japão (13), Noruega (5), Polónia (16), Reino Unido (10), Suécia (3) e Suíça (2).

É com o maior prazer que levo ao conhecimento dos Associados que a FEACO 86 foi um verdadeiro êxito, reforçando o prestígio internacional da APPC e dando uma imagem de Portugal francamente positiva, surpreendente mesmo para uma elevada percentagem de delegados.

O maior elogio da forma como foi organizada e como decorreu a FEACO 86 foi, indirectamente, feito pelo Presidente da FIDIC - Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils, que me perguntou se, na sequência da próxima filiação da nossa Associação na FIDIC, a APPC estaria disponível para organizar a Assembleia Anual da FIDIC em 1990.

O êxito alcançado deve-se ao enorme esforço desenvolvido ao longo de muitos meses pela Comissão Organizadora APPC-FEACO 86.

Não tendo participado nos trabalhos dessa Comissão Organizadora, sinto-me à vontade para enaltecer e agradecer a todos os seus membros e aos seus colaboradores o êxito da FEACO 86, não podendo deixar de mencionar como principais obreiros desse êxito o Dr. Borges de Araújo e o Eng. Gonçalves Ferreira, respectivamente, Presidente e Secretário-Geral da Comissão Organizadora, e o Arq. Raul Branco, Secretário-Geral da APPC.

E sinto que estes factos devem ser do conhecimento de todos os Associados."

Dias depois, começaram a chegar cartas de várias Associações, todas com elogios sinceros à organização. Duas passagens, apenas, da carta de Aimo Paavola, Presidente da FEACO (1985-1986), dirigida ao Presidente da Comissão Organizadora:

"The Lisbon Conference was a big success! The work done by you and your organization was of great value for FEACO and also for Portugal. Many of the participants told me that they had really been surprised by what they had seen in Portugal. We experienced a very well organized conference (...) The Lisbon Conference goes down in the history of FEACO as one of the most successful ones. (...) I have learned to know how effective, but at the same time friendly, Portuguese can be."

O êxito alcançado com a organização da conferência justificava ir mais longe: a 27 de Fevereiro de 1987, a Direcção da APPC decidiu formalizar a candidatura do Dr. Borges de Araújo para o Comité Executivo da FEACO.

Na Assembleia Geral da FEACO, realizada em Paris, a 12-05-87, em vez da habitual eleição de um novo membro para o Comité Executivo, dada a saída antes do termo do mandato do inglês Robin Moore, foram eleitos dois: o Dr. Borges de Araújo, como 1.º Vice-Presidente, e Stefan Fokdal (Dinamarca), como 2.º Vice-Presidente.

Dentro da rotação regulamentar do Comité Executivo da FEACO, o Dr. Borges de Araújo passava assim a exercer as funções de "Deputy President", pelo que subiria, automaticamente, a Presidente, em Maio de 1989.

Na nota informativa que, no próprio dia da eleição, a Direcção da APPC fez distribuir pela imprensa, acrescentava-se:

"Trata-se de um acontecimento digno de especial relevo, dado que é o primeiro português a ser designado para funções de tal âmbito, com o reforço prestigiante de tal facto ter acontecido em simultaneidade com a Conferência Mundial de Consultores em "Management", constituindo como que um reconhecimento da capacidade e do crescente papel dos Consultores Portugueses."

APPC E FIDIC

Do "Relatório da Comissão Instaladora" da APPC, transcreve-se:

"Detectada no próprio Congresso a ideia de que os estatutos de uma Associação a criar deveriam ser compatíveis com o reconhecimento do Sector a nível internacional pela sua filiação nos organismos internacionais adequados, as realidades do sector em Portugal levaram à aprovação de uns Estatutos para a APPC que satisfaziam as condições de admissão e do exercício de actividade impostas pela FIDIC (Fédération Internationale des Ingénieurs-Conseils) no caso das pessoas singulares, e as impostas pelo CEBI (Comité Européen des Bureaux d'Ingénierie) no caso das pessoas colectivas.

Os Estatutos da APPC permitiriam, assim, a sua futura inscrição no CEBI, no dia em que Portugal passasse a fazer parte do "Mercado Comum", mas não a sua inscrição na FIDIC, a menos que se verificasse alteração nos estatutos desta organização, no sentido de uma maior abertura.

A corrente que, dentro da FIDIC, vinha procurando impor esta maior abertura conseguiu que, na última reunião anual da FIDIC, realizada em Outubro passado na Cidade do Cabo, fossem alteradas as condições a que devem satisfazer os seus membros.

A leitura dos novos estatutos da FIDIC parecia mostrar que estavam criadas as condições para que a APPC pudesse, desde logo, apresentar a sua candidatura".

Após um primeiro contacto estabelecido, em Janeiro de 1975, com a Associação inglesa ACE - The Association of Consulting Engineers, a Comissão Instaladora sugeria nas "linhas orientadoras das actividades a desenvolver" em 1975, entre outras acções, a "preparação sobre uma eventual inscrição da APPC na FIDIC".

A Direcção da APPC decidiu, porém, "só solicitar essa inscrição após se ter atingido um certo nível de estruturação interna da própria APPC",

nível esse que esperava ser possível alcançar no exercício de 1976, de cujo programa constava o "início das relações com a FIDIC e preparação das decisões sobre uma eventual inscrição da APPC naquela Federação internacional".

Em 24 de Maio de 1976 foi feito um primeiro contacto com a FIDIC, à qual foram enviados os Estatutos da APPC e a quem foi solicitada a indicação das condições a satisfazer para a filiação da APPC. Os elementos pretendidos pela FIDIC (Estatutos traduzidos em língua inglesa, composição da Direcção da APPC em exercício e a lista dos seus Associados) foram fornecidos em 22 de Novembro de 1976. Finalmente, em 10 de Janeiro de 1977, foram esclarecidas as dúvidas levantadas pela FIDIC, quanto à interpretação de algumas disposições estatutárias.

Nos dias 4 e 5 de Abril, a Direcção da APPC recebeu em Lisboa o Secretário-geral da FIDIC (H. Hillebrand), que se inteirou localmente do carácter da Associação e da capacidade e forma de actuação dos seus membros, e que convidou a APPC a fazer-se representar na Assembleia Geral da FIDIC, em Helsínquia, onde seria submetida a proposta de admissão da APPC.

Foi, assim, possível à Direcção apresentar na Assembleia Geral da APPC, de 25 de Abril de 1977, a seguinte proposta, que veio a ser aprovada por unanimidade:

"PROPOSTA DA DIRECÇÃO N.º 4 / FILIAÇÃO NA FIDIC"

"Considerando que constitui um dos objectivos básicos da APPC "representar no País e no estrangeiro, os interesses específicos das actividades profissionais dos projectistas e consultores";

Considerando que a FIDIC - Fédération Internationale des Ingénieurs Conseils é a mais representativa de todas as Federações internacionais de projectistas e consultores;

Considerando as disposições tomadas nas Assembleias Gerais de 7.3.75 e de 26.3.76, com vista a uma eventual filiação na FIDIC;

Considerando que se encontram estabelecidas as condições de filiação naquela Federação,

Propõe-se que seja autorizada a Direcção da APPC a prosseguir com as diligências em curso no sentido de tornar a APPC membro de pleno direito da FIDIC”.

Confirmada a candidatura da APPC e designado o Presidente da Mesa da Assembleia-geral (Eng. Olívio Bento) para a representar na Assembleia Geral da FIDIC, foi recebida, em 4 de Maio de 1977, uma carta do seu Secretário-Geral dando notícias da oposição de alguns membros da sua Comissão Executiva à admissão da APPC, pelo facto da APPC admitir como membros empresas cujo capital pertencia ao Estado Português:

"(...) At the Executive Committee Meeting held recently in Tehran (Iran) the recommendation regarding the election of your Association to FIDIC Membership was discussed and I was given an opportunity to report in some detail on our meetings of 4th and 5th April, last. During discussion (...) it became apparent that at least one member of the Executive Committee found incompatible that the assets of the largest of APPC's member firms (PROFABRIL) are completely in the hands of Portuguese government. He considered this to be in direct conflict with FIDIC's definition of a consulting engineer being "a professional engineer in private practice". This member argued that APPC, when admitting PROFABRIL as a Member Firm, could not be eligible for FIDIC Membership. (...)"

Dias depois, esta posição é confirmada por carta do Presidente da FIDIC (Hans F.Buchi):

"With reference do Mr. Hillebrand's letter dated 29th April, 1977, I have to advise you that the Vice-President and I met on Friday 13th May to discuss the situation regarding the opposition within the FIDIC Committee to the election of your Association to FIDIC Members. You are aware from the letter referred to above that this opposition exists because the shares of PROFABRIL are in the hands of the Portuguese Government and consequently

doubts have been expressed as the possibility of PROFABRIL being placed in a situation where it has to comply with directions from the shareholders, thus losing its autonomy and independence of action. To date voting the election of FIDIC Members has always been unanimous and it is our joint opinion that it might be detrimental to the statute of FIDIC, as well as APPC, if a motion for election was defeated or was not even unanimous. (...)"

A 27 de Maio, a Direção da APPC define a sua posição, por telex enviado ao Secretário-Geral da FIDIC:

"(...) I inform that the letter from the President of FIDIC, dated 18th May, was analyzed on today's meeting of APPC Board of Directors. PROFABRIL did not attend the meeting but informed of his withdrawal from APPC in order to allow the Association of becoming a member of FIDIC. Considering, however, that the consequences of this decision need careful reflection impossible to make until next FIDIC General Assembly meeting it was decided: a) To accept the suggestion of Mr. Buchi, withdrawing APPC motion from 1977 General Assembly Agenda; b) To cancel the intended visit of Mr. Bento to Helsinki; c) To inform FIDIC of these decisions by telex and later confirm them by letter."

A confirmação seguiu por carta de 30 de Maio, dirigida ao Presidente da FIDIC:

"(...) We understand your reasons to put restrictions on our admission. The pivot of the question - PROFABRIL status - is a result of the measures taken by the Portuguese Government during a hot period of April 1974 Revolution. As matter of fact, in consequence of the Government's nationalization policy, PROFABRIL shareholders, the lawful owner of the firm, had their

shares taken by the State. You will, certainly, understand our reasons for keeping with us, within APPC, an organization of consulting engineers that we know to be, by nature, independent from the Government. Their dependence on the State, due to causes not imputable to them, having nothing to do with their political beliefs, seems to us to be more theoretical than real. Thus we shall give up our request to join FIDIC.(...)"

A Direcção da APPC submeteu esta orientação à apreciação da Assembleia Geral de 17 de Março de 1978, justificando-a por considerar ser preferível manter uma Associação unida e representativa no plano interno, mesmo que à custa da não filiação na FIDIC.

Após discussão, "posta à votação a questão da opção entre a manutenção da filiação da PROFABRIL na APPC e a tentativa de admissão na FIDIC, foi aprovada a de manter a PROFABRIL, tendo, no entanto, ficado resolvido, por unanimidade, que a Direcção deverá fazer todos os esforços, de forma a criar, na FIDIC, condições para que a candidatura da APPC seja admitida por unanimidade".

Dias depois, por carta de 23 de Março de 1978, o Presidente da FIDIC sugeria que um dos membros da APPC assumisse o papel de representante da FIDIC em Portugal, sugestão que não foi aceite pela Direcção da APPC.

A questão voltaria a ser levantada por uma longa carta da APPC, de 21 de Setembro de 1978, na qual se dava conta da posição assumida pela Assembleia Geral, e se adiantava que se a Direcção da APPC estava em condições de compreender as razões da FIDIC, estava também em condições de compreender as dificuldades de grande número dos seus membros em não compreenderem aquelas razões, uma vez que a PROFABRIL continuava a existir como empresa privada, actuando com respeito pelo Código Deontológico da APPC.

A carta terminava afirmando que, fosse qual fosse a decisão da FIDIC, a Direcção da APPC continuaria a lutar pela difusão dos princípios que a regiam e que eram os mesmos que a FIDIC defendia.

Na sequência desta carta e da correspondência que se lhe seguiu, o Presidente da FIDIC, Hein C. Frijlink, deslocou-se a Lisboa, onde teve uma longa reunião de trabalho com a Direcção da APPC, no dia 26 de Março de 1979.



Visita do Presidente da FIDIC, Sr. Hein Frijlink, em Março de 1979. Ao Jantar, com o Eng. Araújo Coutinho e Arq. Raul Branco

Com vista à filiação da APPC, Hein Frijlink via duas possibilidades:

- a) a formação de uma outra Associação sem a PROFABRIL, a exemplo do que acontecera no Japão;
- b) declarações anuais da APPC e/ou PROFABRIL garantindo que esta empresa actuava de acordo com os Estatutos e o Código Deontológico da APPC.

A primeira sugestão teria aceitação imediata da FIDIC; a segunda teria um longo percurso a percorrer, com sucesso não garantido.

A Direcção da APPC afastou de imediato a primeira sugestão, inclinándose, sem muito entusiasmo, para a segunda.

De registar a forma franca e aberta como esta e outras questões foram postas e discutidas. No final, Hein Frijlink convidou a APPC a participar no próximo Congresso Anual da FIDIC, em Copenhaga.

Dias depois, a Assembleia Geral da APPC, de 30 de Março de 1979, informada pela Direcção dos resultados deste encontro, deliberou aceitar o convite e decidiu que a APPC fosse representada pelo Eng. Olívio Bento.

O Congresso realizou-se nos dias 10 a 14 de Junho e do relatório que Olívio Bento apresentou à Direcção, transcreve-se:

"O Presidente da FIDIC, no discurso que proferiu na abertura do Congresso, dedicou algumas palavras à APPC e aos problemas que se têm levantado à sua entrada para a FIDIC, sendo notória a simpatia com que nos brindou, como organização muito activa e eficiente (...) Nova referência laudatória e amistosa lhe seria feita no fecho da Assembleia Geral."

A Direcção da APPC decidiu, então, passar a actuar junto da FIDIC como se de um membro efectivo se tratasse: mantendo a FIDIC informada das suas actividades, enviando-lhe as suas publicações, solicitando as publicações da FIDIC, e seleccionando, entre elas, as que seriam de traduzir e editar.

Nesta orientação, de imediato solicitou à FIDIC autorização para fazer a edição bilingue da brochura "Selection by Ability", que Olívio Bento tinha trazido de Copenhaga.

Por carta de 30 de Agosto de 1979, escreve o Presidente da FIDIC:

"It was a pleasure to have you with us during our Annual Conference in Copenhagen. Since that time we received Mr. Branco's letter advising us of your Association's prompt reaction to FIDIC's publications "Selection by Ability" which made a very positive impression upon us. It is another proof of APPC's keen interest in the current professional problem areas and it demonstrates how much your Association is thinking on the same lines as we do in FIDIC. (...)"

Desta publicação foram feitos cinco mil exemplares, dos quais cerca de mil foram distribuídos pela Ordem dos Engenheiros aos participantes do seu Congresso, realizado, em Coimbra, em Março de 1980.

As boas relações com a FIDIC mantiveram-se pelos anos fora, com frequente e profícua troca de correspondência. E as manifestações de apoio e franca colaboração sucediam-se.

Quando alguma entidade portuguesa, e algumas foram, se dirigia à FIDIC solicitando informações, esta respondia, mas indicava sempre a APPC como interlocutor válido em Portugal, e à APPC remetia cópia das cartas recebidas e das respostas.

Por sua vez, a APPC passou a participar em todos os Congressos Anuais da FIDIC que se realizavam na Europa, não participando nos realizados fora da Europa apenas por razões financeiras, e disso deu conhecimento à FIDIC.



Assembleia Geral da FIDIC, em Junho de 1981, em Berna. Na primeira fila, da assistência, à direita, o Arq. Raul Branco

A FIDIC correspondia sempre às solicitações da APPC, estando presente, ao mais alto nível, no "Colóquio Internacional APPC - FIL 81", no Simpósio Internacional "X Aniversário da APPC" e na "FEACO 86".

E quando a FIDIC solicitou à APPC o envio de um técnico qualificado para leccionar num seminário organizado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), para três dezenas de altos funcionários de Países Africanos de Expressão Portuguesa, a realizar na Costa do Marfim, um membro da Direcção da APPC (Luiz de Herédia) logo seguiu para Abidjan, onde, a 25 de Abril de 1985, dissertava sobre a "Seleção e Utilização de Consultores - Termos de Referência" e distribuía a documentação publicada pela APPC relacionada com este assunto. E de Abidjan seguiu para o Quénia, com o patrocínio do ICEP, para participar no Seminário organizado pela FIDIC ("Consulting Engineers in Africa. Their Development and Use"), realizado em Nairobi, nos dias 29 e 30 de Abril de 1985.

Antes, em 25 de Fevereiro de 1985, a Direcção da APPC tinha recebido o Presidente (Petter O. Miller) e o Secretário-Geral (Burt Campbell) da FIDIC, que se deslocaram a Lisboa para troca de impressões sobre a evolução da situação da PROFABRIL e da filiação da APPC. E nessa reunião, entre outros assuntos, garantia-se a participação da FIDIC no Simpósio do 10.º Aniversário.

Finalmente, e após mais uma reunião da Direcção da APPC com o novo Presidente (Gordon Eldridge) e o Secretário-Geral (Burt Campbell) da FIDIC, realizada em Lisboa a 22 de Maio de 1986, aquando da FEACO 86, foi possível chegar a um consenso: para que não restassem dúvidas de que para ser admitido e ser sócio da APPC os candidatos tinham de "exercer a actividade como consultor profissional e manter a independência perante fornecedores, empreiteiros e promotores imobiliários", a Direcção da APPC iria propor à próxima Assembleia Geral pequenas alterações aos Estatutos e ao Código Deontológico, no sentido de não permitir qualquer outra interpretação.

A proposta da Direcção da APPC viria a ser aprovada na Assembleia Geral de 27 de Março de 1987.

Nesse mesmo dia, à tarde, eram enviados ao Presidente da FIDIC cópia dos Estatutos e do Código Deontológico já alterados, e o pedido para o Comité Executivo recomendar a admissão da APPC como membro efectivo da FIDIC na próxima Assembleia Geral.

Por carta de 4 de Junho, o Secretário-Geral da FIDIC informava que o Comité Executivo, reunido em Montreal, nos dias 21 e 22 de Maio, tinha aceite o pedido da APPC, e desejava que esta se fizesse representar no Congresso, a realizar em Lausanne, nos dias 6 a 10 de Setembro.

Na Assembleia Geral da FIDIC, realizada no dia 9 de Setembro de 1987, o delegado do Brasil (Márcio Cezimbra) propôs, formalmente, a eleição da APPC como membro da FIDIC, e o delegado da Espanha (Romero-Torrent) secundou a proposta, que foi aceite, por unanimidade, pelos delegados presentes.

Então, usando da palavra, o Presidente da FIDIC (Gordon Eldridge) deu as boas vindas ao Presidente da Direcção (Araújo Coutinho) e ao Secretário-Geral (Raúl Branco) da APPC, convidando-os a tomarem os seus lugares na zona reservada aos delegados oficiais, o que os delegados portugueses fizeram, sob o aplauso dos seus pares.



Assembleia Geral da FIDIC, em Setembro de 1987, em Lausanne. Na recepção com o Presidente da FIDIC, Sr. Gordon Eldrige, e o Eng. Araújo Coutinho. A APPC acabava de ser admitida na FIDIC

E naquele momento, na pacata cidade suíça de Lausanne, findavam "os primeiros anos da APPC". O futuro seria de gente nova. Assim se iniciava novo período da vida da APPC, agora já consolidada a sua imagem.

Atenta a novos desafios e insistindo sempre na resolução de antigos anseios do Sector Autónomo de Estudos e Projectos.



PARTE II

(1988 - 2004)

Os Capítulos que se seguem referem-se ao período que vai dos finais dos anos 80 até à actualidade.

Alguns assuntos, no entanto, dada a sua complexidade ou por excederem a capacidade de intervenção das sucessivas Direcções da APPC, foram-se arrastando no tempo, vindo, portanto, de anos anteriores.

Temas há que, bem pode dizer-se, têm constituído preocupação permanente de todas as Direcções, que vêm os seus esforços perdidos nas gavetas dos Ministérios.

Mas, nesta publicação alusiva aos 30 anos da nossa Associação, as palavras são de optimismo, apoiado na mesma esperança que, desde o princípio, nunca nos deixou desistir.

E assim continuamos.

V - APOSTA INTERNACIONAL

ABERTURA AO LESTE

Foi por influência de um português que a FEACO abriu a actividade de consultoria ao mercado do Leste europeu.

O Dr. Borges de Araújo, que assumira, entretanto, a Direcção da APPC, foi eleito Presidente da FEACO - Federação Europeia das Associações de Consultores de Gestão, na sua Assembleia Geral ordinária de 2 de Junho de 1989. E é precisamente durante o seu mandato, e por sua iniciativa, que se coloca a questão da abertura do mercado da consultoria aos países do Leste europeu. O muro de Berlim ainda não fora derrubado, mas a iniciativa do Dr. Borges de Araújo, num primeiro momento recebida com reservas pelo Comité Executivo, é entusiasticamente acolhida pela Comissão Europeia.

Em Janeiro de 1989 publicou-se o "Portuguese Consultants", Directório em língua inglesa, patrocinado pelo ICEP, e dirigido à promoção da capacidade exportadora da Consultoria Nacional.

Ainda em Abril de 1989, é realizada em Lisboa a Conferência Profissional Anual da APPC, sob o tema: "A Caminho do Mercado Livre Europeu". No ano seguinte, a mesma Conferência Profissional subordinava-se ao tema geral "A Consultoria Portuguesa e a Europa Comunitária: Ameaças e Oportunidades".

A questão da internacionalização, com realce para os desafios e também novas oportunidades colocadas à Consultoria Portuguesa pelo processo da integração europeia, estava na ordem do dia, pelo que se sucediam diversas acções desde a presença no Luxemburgo do Eng. Pedro Castel'Branco na Assembleia Geral do CEDIC, à do Presidente da APPC nas reuniões, no ICEP, com o Secretário de Estado do Comércio Externo, com vista à implementação da "Campanha de Imagem em Espanha".

O Dr. Borges de Araújo abandonaria, por razões pessoais, a Presidência da APPC em Maio de 1990, deixando uma marca indelével, baseada na sua experiência profissional, não só no tempo do seu mandato como Presidente, mas sobretudo pela sua longa ligação à Associação.

ORGANIZAÇÕES EUROPEIAS DOS CONSULTORES DE ENGENHARIA

Em 1990, primeiro ano do mandato do Eng. Caldeira Rodrigues, existiam na Europa duas organizações que agrupavam consultores de engenharia: CEBI - Comité Européen des Bureaux d'Ingénierie e CEDIC - Comité Européen des Ingénieurs Conseils. Esta situação era muito inconveniente, porque impedia que, nas relações crescentemente importantes com a então Comunidade Europeia, os consultores tivessem uma única representação e uma só voz.

A APPC estava, desde 1989, filiada na Associação que agrupava os consultores independentes (CEDIC), ou seja, os que não tinham relações com quaisquer interesses que não fossem, exclusivamente, os da sua acção técnico-científica. O CEBI acolhia os que não podiam considerar-se independentes.

Reconhecendo a grande importância de que se revestiu a fusão das duas organizações, dando lugar a uma única, a APPC teve participação muito activa e empenhada nas diligências que precederam essa fusão, das quais veio a resultar a formação, em 1992, da Federação Europeia das Associações de Consultores de Engenharia - EFCA, na sigla resultante da designação inglesa para a organização única a que se chegou.

Não foram essas diligências nem fáceis nem rápidas. Vinha da origem dos consultores de engenharia - em 1840-50 nos Estados Unidos da América e no Canadá - a exigência da sua absoluta independência de quaisquer interesses não técnico-científicos, aliada ao compromisso de total e actualizada competência nas matérias da sua actividade.

Neste quadro se expandiram e prestigiaram rapidamente os consultores em todo o mundo. Tem interesse registar que a primeira Associação nacional de consultores de engenharia europeus se constituiu na Alemanha em 1903, seguindo-se outras a curtos intervalos. A APPC viria a constituir-se apenas em 1975.

A fusão das duas Associações europeias não tocou, necessariamente, no compromisso de competência permanentemente actualizada. Chocou, porém, frontalmente, com o relativo à independência dos

consultores, base principal do seu aparecimento e da rápida e progressiva aceitação que tiveram.

A criação de unidades de consultoria de engenharia por grandes empresas ou grupos de empresas, inclusivamente entre nós, ou até por serviços públicos de diversos Estados, tinha gradualmente afectado o compromisso relativo à independência dos consultores.

O obstáculo assim decorrente para a fusão das duas Associações europeias só foi removido em reunião de representantes de ambas que teve lugar em fase avançada do processo, através de proposta unanimemente aceite no sentido de o compromisso de independência vir a ser substituído pelo de imparcialidade na acção técnico-científica dos consultores.

A APPC participou activamente em todos os encontros que prepararam a fusão e conduziram à proposta que a permitiu. O seu representante, Eng. José Beja Neves, subscreveu o documento através do qual foi constituída a Federação europeia EFCA e, posteriormente, apresentou o projecto do Código Deontológico dos consultores europeus, a que se chamou Código de Conduta, unanimemente aprovado numa das primeiras Assembleias Gerais da Federação. Entre os objectivos mais importantes deste Código esteve o de combater a concorrência desleal, não saindo, necessária e infelizmente, a este respeito, do universo dos consultores.

Na constituição da Federação Europeia EFCA teve, assim, actuação de relevo, o membro da Direcção da APPC, Eng. Beja Neves, pelo seu esclarecido empenhamento.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS CONSULTORES DE ENGENHARIA. EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

Parte significativa dos maiores consultores portugueses de engenharia desenvolveu grande actividade fora de Portugal continental e insular, designadamente - mas sem continuidade - ao mesmo nível, após as respectivas independências - nos territórios que vieram a constituir os novos países originados pela descolonização portuguesa.

Esta circunstância concorreu para levar a APPC a procurar criar condições que facilitassem a exportação de serviços por parte do maior número de consultores nacionais. Além do apoio das organizações públicas portuguesas que visavam o incremento das exportações, procurou-se facilitar a presença dos consultores portugueses nos mercados internacionais através da obtenção de financiamentos para os encargos inerentes ao trabalho no exterior e, designadamente, para a permanente disponibilidade de equipamento informático actualizado.

A preocupação com o apoio ao Sector nacional da Consultoria e Projecto, visando conferir-lhe melhores condições de competitividade junto dos mercados externos, conduziu, aliás, em 1993, à definição de um programa específico que tinha em vista ser contemplado no Quadro Comunitário de Apoio que vigoraria entre 1994 e 1999.

Nesse sentido, em audiência realizada em 22 de Junho, o Ministro do Planeamento e Administração do Território, Prof. Valente de Oliveira, e o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, Prof. Fernandes Thomaz, solicitaram ao Presidente da APPC a apresentação de uma proposta. Constituiu-se então um grupo de trabalho integrando os seguintes Associados das Secções de Engenharia e Arquitectura e de Organização e Gestão: PROFABRIL, COBA, HIDROPROJECTO, HIDROTÉCNICA, PARTEX, NORMA, CETEL e CESO.

Os potenciais beneficiários do programa eram as empresas portuguesas de prestação de serviços técnicos de consultoria e projecto que, isoladas ou em agrupamentos complementares de empresas ou consórcios, demonstrassem uma estratégia coerente de internacionalização, assim como competência e experiência reconhecidas. As acções a apoiar situavam-se, fundamentalmente, nos campos da prospecção e promoção externas, instalação e operação de sistemas de informação, constituição de representações e criação ou reestruturação de empresas, execução de trabalhos, incluindo a aquisição de trabalhos de equipamentos a eles necessários, encargos com estágios e outras acções de formação proporcionadas em Portugal a técnicos oriundos de países objecto de acções de internacionalização das empresas de consultoria e projectos portugueses e a formação, visando a internacionalização das respectivas empresas.

A focagem na vertente internacional reflectia o apoio às empresas portuguesas de consultoria e projecto na conquista de mercados externos, num contexto em que se previa um significativo decréscimo no volume de obras públicas no quadro nacional e na procura de serviços na área da Organização e Gestão e assumia-se como um objectivo prioritário para a APPC.

A APPC deu sempre conta pormenorizada aos seus Sócios de toda a actividade desenvolvida. Com eles procurou dialogar em sucessivos encontros, visando obter posições de cooperação e, ao mesmo tempo, alargar o conjunto dos Associados na área da consultoria de engenharia, cujo número subiu cerca de 50%, entre 1990 e 1992. No final do mandato do Eng. Caldeira Rodrigues (1993) havia 62 Sócios da área de engenharia.

Merecem destaque os debates que tiveram lugar sobre estas matérias e, ainda, sobre a eficácia da participação dos consultores no processo de desenvolvimento sócio-económico do nosso País. Nestes últimos debates e nos relativos à exportação de serviços participaram individualidades de grande prestígio, como o Prof. Doutor Jacinto Nunes.

RELACIONAMENTO COM O ICEP

O primeiro Protocolo de Cooperação celebrado entre a APPC e o ICEP data de 8 de Junho de 1988, o qual viria a ser objecto de posteriores renovações. Os Protocolos estabelecidos entre a APPC e o ICEP foram determinantes na participação e integração internacional da Associação, permitindo o desenvolvimento de acções de internacionalização e apoiando a presença, a representação e a afirmação da Consultoria Portuguesa no plano internacional. A presença da APPC nas Assembleias Gerais das Federações Internacionais - EFCA, FEACO, FIDIC - propiciou a troca de experiências com outras Associações congéneres, permitindo assegurar uma digna representação nacional e garantir aos Associados da APPC o acesso mais rápido à informação, especialmente no que respeita à evolução da profissão e enquadramento do seu mercado.

Com efeito, a participação nos grupos de trabalho de maior envolvimento na EFCA, na FEACO e na FIDIC, globalmente, não teriam sido pos-

síveis sem o apoio traduzido pelos Protocolos celebrados com o ICEP, sobretudo no que respeita ao apoio financeiro e ao apoio concedido a algumas das missões ao estrangeiro. Foi, de igual modo, através do ICEP que muitos elementos da APPC foram integrados em visitas ministeriais ou do Presidente da República, passando-se o mesmo em relação a boa parte das intervenções de representantes da Associação no exterior.

Este apoio viria a reduzir-se, por restrições orçamentais e reconfiguração dos sistemas de apoio financeiro, pondo-se assim termo a uma parceria permanente entre as duas Instituições, muito embora, ainda recentemente, tenha sido firmada uma nova parceria com o ICEP para o Sector da Engenharia.

Em Março de 1998, a APPC, conjuntamente com o ICEP, organizaram uma Missão a Bruxelas, tendo nela participado 22 Associados, os quais tiveram oportunidade de contactar com cerca de 80 outros consultores europeus. Esta deslocação teve como principal objectivo o conhecimento, por parte das empresas, do funcionamento dos principais programas de ajuda ao desenvolvimento da UE: FED, ALA, TACIS, PHARE, MEDA e CDI.

Em Dezembro de 2001 teve lugar a primeira reunião do Conselho Consultivo do ICEP para a Área do Comércio e Internacionalização, do qual a APPC faz parte, tendo sido representada pelo Presidente da Direcção.

Ainda em 2001, o Ministro da Economia, Dr. Mário Cristina Sousa, dirigiu ao Presidente da APPC um convite para integrar o Conselho Consultivo para a área do Comércio e Internacionalização do ICEP, o qual tinha como objectivo o acompanhamento das actividades deste Instituto e a formulação, no seu âmbito, das sugestões e propostas que entendesse convenientes.

É de referir, no entanto, que mesmo antes da assinatura do primeiro Protocolo de Cooperação em 1988, já a colaboração com aquele Instituto, embora casuística, se vinha revelando de grande interesse.

Foi a APPC, enquanto representante da Consultoria nacional, convidada inúmeras vezes para participar em encontros organizados pelo ICEP podendo mesmo dizer-se que foi porta a que nunca foi necessário bater.

Dos vários quadros do ICEP que sempre colaboraram com grande compreensão e simpatia com a APPC, seria injustiça não referir, nessa

fase inicial, a Dra. Ana Paula Laginha, pelo envolvimento com que, durante largo período e de forma permanente, acompanhou e apoiou as iniciativas e preocupações da Associação.

MISSÕES EMPRESARIAIS

As Missões empresariais realizadas, ao longo dos anos, pela APPC traduzem o reconhecimento e a importância da Associação junto das instâncias oficiais e das Associações empresariais nacionais e estrangeiras. Referenciam-se, de seguida, algumas das Missões realizadas.

- Em Maio de 1990, o Eng. Vieira da Costa, da Direcção da APPC, participou, em Madrid, no XXV Congresso do aniversário da TECNIBERIA.
- Em 1998, por ocasião da visita do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, à Polónia, de 13 a 16 de Setembro, a APPC, representada pelo membro da Direcção, Eng. Victor Carneiro, teve a honra de integrar a Comitativa Empresarial, chefiada pelo Ministro da Economia, Dr. Pina Moura. Ainda no mesmo ano, nos dias 9 e 10 de Dezembro a AlPortuense, em conjunto com a Confederação de Empresários da Galiza e com o envolvimento das principais Associações Sectoriais das duas regiões organizaram o "I Encontro Empresarial Norte de Portugal/Galiza", no Europarque de Santa Maria da Feira, tendo a APPC estado representada com um stand. Estiveram presentes o Presidente da APPC, Eng. Silveira Ramos, e o membro da Direcção, Eng. Rocha Almeida, que, na oportunidade, tiveram uma reunião com membros da ACIGA - Asociación de Consultorias e Ingenierias de Galicia para troca de informações.
- No ano 2000, a convite das Associações congéneres espanholas, realizou-se, em Madrid, nos dias 6 e 7 de Julho, uma Reunião conjunta APPC-ASINCE-TECNIBERIA, para troca de impressões e colaborações futuras. A reunião concluiu pela vantagem de pas-

sarem a verificar-se encontros regulares entre as Associações presentes, para debaterem as grandes questões que se colocam ao Sector da Consultoria e Projecto.

- Em 2001, o Presidente da APPC, Eng. Silveira Ramos, integrou a Comitativa Empresarial que acompanhou a visita do Presidente da República à Federação Russa, entre 25 e 29 de Outubro.
- A 14 de Fevereiro de 2002, a APPC esteve presente, a convite do ICEP, na Sessão de divulgação do Projecto "Marca Portugal", que visava o reposicionamento de Portugal no mundo, conferindo notoriedade aos bens e serviços nacionais, reforçando a imagem de qualidade, criatividade e inovação.
- Em 11 de Abril do mesmo ano, realizou-se no ICEP, uma Reunião com o objectivo de divulgar o projecto "Semana do Leste", na qual a APPC esteve representada pelo Presidente da Direcção.
- Em 15 de Setembro de 2002 efectuou-se um encontro entre empresas britânicas e espanholas especializadas no sector dos transportes e infra-estruturas (aeroportos, caminhos de ferro, pontes, etc.) e empresas portuguesas dos mesmos sectores ligadas aos diversos projectos em curso, ou previstos para os próximos anos com vista ao estabelecimento de eventuais parcerias. A organização esteve a cargo da Embaixada Britânica, em colaboração com a APPC e o British Consultants and Contractors Bureau. A Embaixada pretendia com o apoio da APPC dar continuidade aos contactos, então, iniciados no sentido de se estabelecerem futuras parcerias. Este encontro contou com a presença das empresas associadas: AFAPLAN; COBA, CONSULMAR, FASE; PROFABRIL e TECNOPLANO.
- Em Setembro do mesmo ano, o membro da Direcção, Eng. Vítor Carneiro, integrou a delegação empresarial que acompanhou o Presidente da República na sua visita de Estado à Bulgária, onde o ICEP realizou o seminário "Bulgária-Portugal: Novos Desafios numa Nova Europa", tendo os Presidentes dos dois países estado presentes na sessão de encerramento.

- A 12 de Novembro ocorreu a visita do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, tendo o Presidente da APPC participado em alguns encontros, um dos quais sobre o relacionamento empresarial bilateral. Nesse mesmo dia, efectuou-se uma reunião entre empresários brasileiros e portugueses, na qual participaram várias empresas associadas da APPC.
- Ainda em 2002 teve lugar uma Reunião com o Primeiro-Ministro sobre as Oportunidades de Negócio com o BERD. No encontro, para o qual foi convidado o presidente da APPC, Eng. Silveira Ramos, participaram os Ministros da Economia e das Finanças, o Dr. António de Almeida, Administrador do BERD, e vários representantes do tecido empresarial e de departamentos públicos. A reunião, realizada a 6 de Novembro, serviu para abordar as possibilidades de investimento das empresas portuguesas, bem como a utilização do Programa de Incentivos ao Comércio Internacional; a participação crescente de Consultores Nacionais e a Assistência Técnico-profissional a empresas, nos países do alargamento da União Europeia.

VI - CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO NACIONAL

REVISÃO DOS ESTATUTOS

Logo no início do seu mandato, a Direcção presidida pelo Eng. Artur Ravara concluiu que o sentimento geral prevalecente entre os Sócios apontava para a dinamização da Associação nos diferentes planos.

A própria composição da APPC, na qual coexistiam empresas e associados em nome individual, era um dos aspectos prioritários em que se impunha intervir, no sentido de conferir à Associação um maior dinamismo, pois suscitava problemas de identidade e dificultava a definição de estratégias de acção dirigidas ao sector empresarial.

Quanto à duração fixada para os mandatos da Direcção, o Eng. Artur Ravara lembra que "foi muito discutido o facto de existirem países, como o caso da nossa congénere inglesa, onde o horizonte temporal dos mandatos se reduz a um ano; concluiu-se que este modelo não era o mais adequado, pois implicava que as Associações acabassem por ter de ser geridas por um "staff", encabeçado pelo secretário-geral ou equivalente, que conhecesse os processos e tomasse as decisões".

Por outro lado, a revisão estatutária encarou as diferenças claras entre a realidade profissional liberal em nome individual e a realidade empresarial, heterogeneidade que dificultava, por vezes, a formulação de orientações e a tomada de posições.

Esta característica mista dos Estatutos e a fixação do mandato dos órgãos sociais em dois anos, conduziram à revisão estatutária, assim como do Código de Conduta Profissional anexa aos Estatutos, matéria que foi preparada no primeiro mandato daquela Direcção e concretizada em 1995 e que permitiu dar uma estrutura mais homogénea, mais sólida e também mais definida à APPC. Com a alteração estatutária, a longevidade dos mandatos dos órgãos sociais passou de dois para três anos e a filiação a estar reservada às empresas.

Os novos Estatutos foram aprovados em Sessão Extraordinária da Assembleia Geral, realizada em Janeiro de 1995, assinalando, emblematicamente, os 20 anos de actividade da APPC.

Assim, "a condição de Associado efectivo da APPC passa a ser exclusivamente reservada a empresas constituídas segundo o direito português e com sede em Portugal, que satisfaçam nomeadamente os seguintes requisitos:

- a) Ter como objectivo societário principal a prestação de serviços de projecto e consultoria;
- b) Dispor permanentemente de pessoas e meios de acção qualitativa e quantitativamente adequados a assumir a prestação dos serviços que se propõe realizar;
- c) Integrar nos seus órgãos de gestão, de forma significativa, profissionais no âmbito da actividade da empresa;
- d) Justificar por referências recentes, exactas e verificáveis, a boa realização de trabalhos anteriores;
- e) Não beneficiar de subsídios ou auxílios, directos ou indirectos, susceptíveis de viciarem a igualdade das condições de concorrência no mercado;
- f) Comportar-se face aos interesses dos seus clientes com total imparcialidade relativamente a outros interesses de quaisquer terceiros;
- g) Ser remunerado pelos serviços prestados aos seus clientes, apenas segundo formas de pagamento aceites por estes".

LANÇAMENTO DO BOLETIM E DO ANUÁRIO BILINGUE

A projecção externa da APPC, a nível nacional e internacional, bem como o aprofundamento do diálogo com os Sócios, mantinham-se, em 1993, como uma das primeiras prioridades da Direcção.

Assim, em Outubro de 1993, foi lançado o 1º Boletim Informativo da APPC. Esta publicação, tem por objectivo estreitar o relacionamento com os Associados, projectar a imagem da Associação e dar conhecimento da

sua actividade, nomeadamente dos problemas que o Sector enfrenta e propondo eventuais soluções para os mesmos. A publicação assume-se como um elo de ligação entre a APPC, os seus Associados e os utentes da actividade de Consultoria e Projecto. Corresponde, assim, a uma necessidade sentida pelo sector empresarial dos serviços técnicos de Engenharia, Arquitectura, Ambiente e Organização e Gestão que a APPC representa.

Em 1995 foi lançado o Anuário 1995/96, bilingue (em português e inglês), que permitiu juntar e actualizar a informação contida no Anuário de 1992 e na publicação "Portuguese Consultants". A primeira edição do Anuário da APPC fora dada ao prelo, como já vimos, dez anos antes.

A APPC passou assim a contar com duas publicações - o Boletim e o Anuário - que constituem dois valiosos instrumentos de divulgação da actividade das empresas, facilitando o relacionamento entre estas e os seus clientes e parceiros.

Não é fácil quantificar o retorno que advém deste tipo de iniciativas. Em todo o caso, entre 1993 e 1997, período que coincide com os mandatos do Eng. Artur Ravara, a APPC teve um acréscimo de Associados muito significativo.

AQUISIÇÃO DA SEDE

O ano de 1998 foi marcado pela aquisição das instalações onde, actualmente, a APPC se encontra sediada.

A exiguidade do espaço até aí disponível levava a que reuniões que excedessem em número de participantes os elementos da Direcção fossem feitas nas instalações de algumas empresas associadas que melhores condições dispunham e das quais são de referir a COBA, HIDROPROJECTO, HIDROTÉCNICA e PROFABRIL.

A proposta de compra das instalações foi aprovada por unanimidade na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de Outubro de 1998. Dois meses depois, a 29 de Dezembro, era assinada a escritura de compra e venda do sétimo andar, sito na Av. António Augusto de Aguiar, 126.



Sede actual da APPC, na Av. António Augusto de Aguiar, 126 - 7º andar

Concretizava-se assim, um velho sonho da APPC. Mas havia agora que deitar mãos à obra e transformar o velho e desajustado espaço existente nas dignas instalações actuais.

Apesar do esforço financeiro da Associação e do grande empenhamento de alguns Associados, nada seria possível sem o apoio conseguido, através do SINAIPEDIP - Sistema de Incentivos a Serviços de Apoio à Indústria (Regime de Apoio às Estruturas Associativas).

O reconhecimento aos Sócios que mais colaboraram na definição e acompanhamento das obras de remodelação das instalações da APPC veio a ser feito, através de uma moção de agradecimento às empresas GEFEL e MAROBAL, na Assembleia Geral Ordinária de 14 de Maio de 1999.

QUALIDADE COMO PRIORIDADE

Nos anos 90, conceitos como qualidade, garantia da qualidade, certificação da qualidade e normas ISO para a qualidade, passaram a estar na ordem do dia. Conceitos e práticas em torno da qualidade, inicialmente desenvolvidos na indústria transformadora de série, depressa irradiaram para outros universos empresariais, incluindo o dos Serviços.

Acontece que não bastava uma simples transposição, pois cedo se constatou que as normas ISO, pensadas em termos da indústria transformadora, se adequavam mal a outras áreas, como os Serviços. A sua própria terminologia era dificilmente interpretável pelos serviços de consultoria.

A Direcção da APPC decidiu acompanhar de perto esta matéria. Assim, colaborou, no plano nacional e internacional, nas acções dirigidas à interpretação e adaptação das normas para o sector dos serviços, facilitou aos Sócios a sua integração no novo quadro que ia emergindo, promovendo a certificação e implementação nas empresas dos novos sistemas de qualidade.

Em 1994 foi constituído um Grupo de Trabalho para preparar um "Guia Interpretativo para a Implementação dos Sistemas de Garantia de Qualidade em Empresas de Consultoria" e foi criada, na directa dependência da Comissão Executiva do Conselho Nacional de Qualidade, a Comissão Sectorial para a Construção, presidida pelo então Presidente da APPC, Eng. Artur Ravara.

No ano seguinte, a APPC realizou um Encontro, dirigido a Associados, sobre "Sistemas de Gestão de Qualidade em Serviços de Consultoria e Projecto", uma oportunidade para reflectir e discutir a aplicação das normas e sistemas de qualidade no Sector de prestação de Serviços de Consultoria. O encontro, no qual foram apresentadas comunicações sobre os temas: "Conceitos Básicos Relativos à Qualidade"; "Apresentação da

Série de Normas ISO 9000"; "Esquemas de Reconhecimento da Qualidade"; "Aplicação da Norma NP EN 9001 em Empresas de Engenharia e Arquitectura, na Elaboração de Estudos e Projectos e na Gestão de Empreendimentos"; bem como a "Experiência da Aplicação da NP EN 9001 em duas empresas Associadas: PL e PARTEX". Contou com a presença de 65 participantes, incluindo um representante do IPQ.

No dia 25 de Setembro de 1996 realizou-se a primeira reunião com Gestores Gerais da Qualidade, no LNEC, tendo estado presentes três dezenas de empresas. O Eng. Artur Ravara fez uma intervenção em nome da APPC. As conclusões do encontro tiveram como denominador comum uma grande insatisfação geral sobre a situação do processo de certificação.

O Conselho Nacional da Qualidade reuniu no primeiro trimestre de 1997, tendo o Ministro da Economia pedido um parecer sobre a Qualidade no Sector da Construção, parecer este destinado a contribuir para o lançamento de um programa de apoio ao sector da Construção, incluindo a área da Consultoria.

Pela APPC participou na sua elaboração o Eng. Artur Ravara.

Na sequência do Despacho 35/97, de 18 de Junho, que determinava "seja concretizada pelo IPQ (Instituto Português da Qualidade) uma nova cedência de 6% do capital social da APCER à iniciativa privada, a qual deverá ser agora dirigida às Associações Empresariais do Sector da Construção", a APPC decidiu adquirir uma participação no montante de 3 mil euros.

Ao longo dos mandatos do Eng. Artur Ravara e do Eng. Silveira Ramos, a Direcção da APPC fixou como prioridade a aposta na exigência da Qualidade, associando-se assim aos esforços para que a inventariação das necessidades e o planeamento das acções que as satisfarão sejam feitas com rigor, acautelando o uso racional dos recursos.

A exigência da Qualidade configura um processo complexo em que intervêm inúmeras entidades, desempenhando papéis frequentemente complementares mas, também, não raras vezes contraditórios, o que impõe uma grande clareza de procedimentos na contratação dos serviços de consultoria, assim como uma definição muito nítida do papel e das responsabilidades dos diferentes intervenientes na concretização dos empreendimentos. A APPC mantém a aposta na qualidade incentivando as empresas associadas a avançar para os processos de certificação.

O processo conducente à certificação é bastante dispendioso, pelo que não admira que as empresas de menor dimensão sintam dificuldades em assumir os encargos daí resultantes. Em todo o caso, já existe um número considerável de empresas de consultoria que se encontram certificadas e também outras em processo de certificação.

A APPC, enquanto representante de todos os seus Associados, recusa, por ora, a ideia de exclusão nos processos de Habilitação de Concursos Públicos e recomenda, antes, a prudência numa matéria tão sensível para as empresas de pequena e média dimensão.

Ainda em matéria de Qualidade, refira-se que a APPC continua representada pelo seu Presidente, quer na Comissão Sectorial 10 para a Construção, do IPQ, quer na Comissão da Marca de Qualidade LNEC.

Em 2000 decorreu, nos dias 11 e 18 de Julho, no Auditório do Ministério do Equipamento Social, um Ciclo de Mesas Redondas, patrocinado por este Ministério e subordinado ao tema genérico "Qualidade na Construção".



Ciclo de Mesas Redondas do MES, em Junho de 2000, sob o tema "A Qualidade na Construção". 1ª Sessão, parte I - "Planeamento e Projecto". Da esquerda para a direita: Eng. Artur Ravara (GAPRES); Eng. Silveira Ramos, Presidente da APPC; Dr. Luís Parreirão, Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas; Eng. Vasco Martins Costa (DGEMN) e Eng. Mário Olivença (REFER)

Nestes encontros participaram representantes da maioria das Instituições tuteladas pelo MES e de empresas filiadas na Associação, num total de 105 pessoas.



Ciclo de Mesas Redondas do MES, em Junho de 2000, sob o tema "A Qualidade na Construção". 2ª Sessão, parte I - "Habilitação e Qualificação". Da esquerda para a direita: Eng. Garrido Baptista (HIDROPROJECTO); Prof. Doutor António Lamas (IEP); Dra. Leonor Coutinho, Secretária de Estado da Habitação; Arq. Beirão da Veiga, Director da APPC e Eng. Oliveira Pedro (LNEC)

A iniciativa foi organizada pelo Grupo de Trabalho de Engenharia e Arquitectura da APPC, coordenada pelo Eng. Victor Carneiro, e que se constituía em Maio, composto pelas empresas CESO, COBA, CONSULMAR, HIDROPROJECTO, HIDROTECNICA, PROCESL, PROFABRIL e SNEDE, com a missão de desenvolver diversas acções tendo em vista a criação de melhores condições para o exercício da actividade, de entre as quais se destaca o aperfeiçoamento do seu enquadramento legal, um tema amplamente debatido nestes encontros.

Entre 14 a 16 de Maio do mesmo ano decorreu, em Viena, a Assembleia Geral da EFCA, subordinada ao tema " Nova Qualidade para

a Europa, o desafio aos Engenheiros na salvaguarda da Qualidade de Vida", tendo a APPC sido representada pelo membro da Direcção, Eng. Victor Carneiro.

No dia 22 do mesmo mês teve lugar a 42ª Reunião da Secção de Inscrição e Qualificação da Marca de Qualidade LNEC.

Em 2002, a Associação para a Qualificação e Certificação das Empresas na Construção promoveu, nos dias 28 e 29 de Maio, no Porto e em Lisboa, um seminário sobre "Certicon e a Qualidade na Construção: Novas Soluções".

As intervenções dos representantes da APPC (Eng.ª. Manuela Ramos, em Lisboa e Eng. Luis Mata, no Porto) foram no sentido de abordar a "Certificação e Qualificação nas Empresas Projectistas e de Consultoria".

O Presidente da APPC tem participado nas reuniões da Secção de Inscrição e Qualificação da Marca de Qualidade LNEC.

Ainda em 2002, foi publicado o "Guia de Apoio à Utilização pelas Empresas de Serviços da Norma Portuguesa NP EN ISO 9001:2000 - Sistema de Gestão da Qualidade / Requisitos", preparado pelo Grupo de Trabalho da Qualidade da APPC e traduzido de um documento da EFCA/FIDIC.

JANTARES-DEBATE

A Associação sempre manteve uma forte ligação com os Associados e com o exterior através da promoção e participação em iniciativas e eventos lançados em torno de temáticas relacionadas com a actividade da consultoria. É o caso dos Jantares-Debate.

- Foi durante o mandato do Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues que a APPC promoveu o 1º Jantar-Debate, que se realizou no dia 8 de Maio de 1991, no Clube de Empresários, em Lisboa. Neste Jantar foi debatido o tema "Os Consultores e Projectistas Portugueses, face ao Mercado Único Europeu e ao Desenvolvimento Sócio-Económico dos Países Africanos Lusófonos". O convidado de honra foi o Prof. Doutor Manuel Jacinto Nunes, que introduziu o

Debate. Estiveram presentes 58 pessoas, entre elas o Director do LNEC, o Presidente do ICEP, os Presidentes das Associações Profissionais de Arquitectos, Engenheiros e Economistas, o Presidente do IPE - Investimentos e Participações Empresariais e uma jornalista do "Expresso".

- Em 1992, no dia 23 de Abril, também no Clube de Empresários, a APPC organizou o 2º Jantar-Debate, onde foi debatido o tema "Condições para uma participação eficaz do Sistema Português de Consultoria e Projecto na estratégia nacional de desenvolvimento". O convidado de honra foi o Eng. Álvaro Barreto que aludiu à sua participação em Maio de 1981 e a convite da APPC, como Ministro da Integração Europeia, no "Colóquio Internacional da FIL". Estiveram presentes 59 pessoas, entre elas o Dr. Sarsfield Cabral, representante da Comissão das Comunidades Europeias em Portugal, dois representantes do ICEP, o Dr. Ribeiro Gomes do ICE, o Eng. Torres de Campos da Ordem dos Engenheiros e duas jornalistas: uma da Agência Lusa e outra do Jornal Público.
- Em 1993, o Jantar-Debate teve como convidado de honra o Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Prof. Eng. Valente de Oliveira e foi subordinado ao tema "A Importância do Sector Nacional da Consultoria e Projecto face ao PDR - 1994-99".
- Em 1994, no mês de Novembro, já durante o mandato do Eng. Artur Ravara, o Hotel da Lapa acolheu os Associados da APPC e o seu convidado de honra, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Eng. Ferreira do Amaral para o Jantar-Debate que teve como tema "Os Consultores na Modernização das Infra-estruturas Nacionais".

- Em 1995, a APPC comemorou 25 anos e o já tradicional Jantar-Debate veio a realizar-se em 23 de Janeiro de 1996, no Hotel da Lapa, e teve como tema "Situação e Perspectivas do Sector Empresarial de Consultoria" e como convidado de honra o Ministro da Economia, Dr. Daniel Bessa.



Jantar-Debate em 1996. O Presidente da APPC, Eng. Artur Ravara (à direita), com o Ministro da Economia, Dr. Daniel Bessa. Em segundo plano, o Eng. Amorim de Sousa (CINCLUS) e o Doutor Ricardo Oliveira (COBA)

- Em 1997, o Jantar-Debate com o tema "A Participação do Sector Empresarial de Consultoria no Desenvolvimento e Modernização de Portugal", teve como convidado de honra o Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Eng. João Cravinho.



Jantar-Debate em Fevereiro de 1997. O Presidente da APPC, Eng. Artur Ravara, com o Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Eng. João Cravinho



Durante o Jantar-Debate em Fevereiro de 1997. Dois ex-dirigentes da APPC, Eng. Trindade Sá e Eng. Beja Neves

- Em 1999, o Jantar-Debate, realizado no Hotel da Lapa em 25 de Novembro, teve como tema "A Qualidade dos Serviços de Consultoria e os Critérios da Selecção". Foram convidados de honra o Ministro da Presidência e do Equipamento Social, Dr. Jorge Coelho e o Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, Dr. Luís Parreirão.



Jantar-Debate em Novembro de 1999 com o Ministro do Equipamento Social, Dr. Jorge Coelho. Da esquerda para a direita: a Presidente da Ordem dos Arquitectos, Arq. Olga Quintanilha, o Dr. Jorge Coelho, o Presidente da APPC, Eng. Silveira Ramos, o Presidente da Assembleia Geral da APPC, Eng. Almeida Rocha e o Eng. Noel Vieira, da FASE

O Jantar foi antecedido por um Seminário, organizado pela APPC e inserido no espírito do Mês da Qualidade promovido pelo IPQ e pela APQ, onde foi discutido e debatido o tema "Certificação das Empresas de Consultoria e Projecto".

Na primeira parte deste Seminário colaboraram, de forma institucional, as seguintes entidades: IPQ; APCER; SGS e ainda o Eng. Artur Ravara, na qualidade de representante da APPC na Comissão Sectorial 10 do Conselho Nacional da Qualidade. Na segunda parte entrevistaram várias empresas associadas, que relataram as suas experiências, quer como

empresas consultoras no domínio da Certificação e na implementação de Sistemas de Qualidade, quer como empresas de Consultoria e Projecto já certificadas ou em vias de certificação.

- Em 2000, o Jantar-Debate teve lugar no Hotel da Lapa a 14 de Dezembro e foi subordinado ao tema "O Enquadramento Legal e o Exercício da Actividade de Consultoria e Projecto". Os convidados de honra foram o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, Eng. José Sócrates, e o Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, Dr. Luís Parreirão.
- Em 2001, o Jantar-Debate, realizado no Hotel Tivoli, em 29 de Novembro, foi subordinado ao tema "Qualidade e Papel da Consultoria na Modernização da Economia Portuguesa". O convidado de honra foi o Ministro da Economia, Eng. Luís Braga da Cruz.



Jantar-Debate, em Novembro de 2001, com o Ministro da Economia, Eng. Braga da Cruz. Da esquerda para a direita: Eng. Rui Correia, Director do LNEC; Dr. Seixas de Aguiar, Presidente do Conselho Fiscal da APPC; Dr. Luís Neto, Presidente do ICEP; Eng. Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros; Eng. Braga da Cruz; Eng. Silveira Ramos, Presidente da APPC; Arq^a Olga Quintanilha, Presidente da Ordem dos Arquitectos; Eng. Almeida Rocha, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APPC



Durante o Jantar-Debate, em Novembro de 2001. Dois ex-dirigentes da APPC, Eng. Garrido Baptista e Eng. Caldeira Rodrigues

GRUPOS DE TRABALHO

A repartição da actividade por diferentes grupos de trabalho e a criação de novas secções constituiu-se, desde o início, como uma prática permanente da APPC.

Com efeito a actividade da Associação tem-se centrado nas temáticas desenvolvidas pelos grupos de trabalho, os quais têm vindo a aumentar a sua importância. Há grupos de trabalho que funcionam permanentemente, enquanto outros ficam a dever a sua criação à prossecução de objectivos específicos, esgotando-se e dissolvendo-se quando os mesmos são atingidos. Tal encontra justificação no facto da APPC se assumir como uma associação transversal a muitos sectores, cobrindo assim uma pluralidade de actividades, mesmo na perspectiva intra-sectorial. A APPC reúne todos os Sectores da Engenharia, da Arquitectura, da Consultoria de Gestão e de Economia, assim como da área do Ambiente,

e mesmo em cada um deles são diferenciadas as actividades, como, por exemplo, acontece com a área da Engenharia e da Arquitectura, a qual não só cobre o projecto, mas, de igual modo, a fiscalização de obras.

Procura-se, cada vez mais, como linha de força para a actividade dos Grupos de Trabalho que estes assentem os seus objectivos e unidade nas características das empresas. Um grupo de trabalho constituído para analisar, por exemplo, o enquadramento legal da fiscalização de obras interessa às empresas que intervêm ou possam estar interessadas em intervir na fiscalização de obras.

Dá que a APPC tenha como prática enraizada a criação de grupos de trabalho restritos que reúnam condições para fazer uma abordagem profissional e detalhada dos assuntos e problemáticas que tem de apreciar. É, em rigor, no seio dos grupos de trabalho que se promove a dinâmica do debate interno, da análise, do trabalho colectivo. Além da vertente técnica, os grupos de trabalho reúnem características genuinamente associativistas, sendo com base na sua actividade que a APPC constrói o seu pensamento colectivo. Face à heterogeneidade da própria Direcção, constituída por elementos com formação e valências muito diversas, os consensos gerados pelo debate desenvolvido nos grupos de trabalho, são decisivos na formação da opinião e posição colectiva sobre a pluralidade de assuntos sobre os quais a Direcção tem de se debruçar.

Referenciam-se, de seguida, alguns dos Grupos de Trabalho constituídos:

- No ano de 1990, durante o mandato do Eng. Caldeira Rodrigues, foram criadas novas secções na APPC: "Engenharia e Arquitectura"; "Projectistas e Consultores Individuais"; "Secção do Norte" e o "Grupo de Trabalho para o Estreitamento das Relações Inter-associativas Nacionais".
- Em 1994, iniciou a sua actividade um Grupo de Trabalho constituído pelos Engenheiros José Andrade e Henrique Perestrello e pelo Dr. Victor Silva com o objectivo de dinamizar iniciativas no âmbito da inovação tecnológica e organizacional das empresas do Sector. Um outro grupo foi constituído com representantes da PARTEX, G. TOURNIER e PL, para preparar um Guia Interpretativo para a

Implementação de Sistemas de Garantia de Qualidade em Empresas de Consultoria. E na directa dependência da Comissão Executiva do Conselho Nacional da Qualidade, foi criada a CS/10 - Comissão Sectorial para a Construção na qual a APPC está representada.

- Em 1996 reuniu a Secção de Engenharia e Arquitectura para discussão de dois documentos: concurso Concepção-Construção e Projecto-Construção e responsabilidades, garantias e seguros.
- Em 1998, primeiro ano do mandato do Eng. Silveira Ramos, foram criados cinco Grupos de Trabalho, contando com o apoio de dois elementos da Direcção e com o objectivo essencial de chamar a colaborar Associados com interesses afins, constituindo-se uma espécie de pelouros alargados da Direcção. Os Grupos de Trabalho criados foram os seguintes: "Internacionalização"; "Organização e Gestão"; "Garantias e Seguros"; "Registo, Qualificação e Mercados Públicos"; "Certificação, Qualidade e Credenciação".
- Em 2000 foi criado, conjuntamente pela APPC e a Ordem dos Engenheiros, um Grupo de Trabalho com a incumbência de rever as "Instruções para o Cálculo de Honorários dos Projectos de Obras Públicas". Em Setembro do mesmo ano constituiu-se um Grupo de Trabalho do Ambiente da APPC, composto pelas seguintes empresas: BIODESIGN, COBA, DOSDIN, ECOSISTEMA, ENGENHARIA DE ACÚSTICA E AMBIENTE, FBO, F. ROLIN, HIDROPROJECTO, HIDRORUMO, IMPACTE, LM, MC, PENGEST, PROCESL, PROET, e WS ATKINS. Este Grupo de Trabalho nasceu com o objectivo principal de analisar a nova legislação referente a Impactes Ambientais, tendo em vista a preparação de um Ciclo de Mesas Redondas. Para coordenar este Grupo foi destacado o Dr. José Pinho, membro da Direcção da APPC. Após várias reuniões deste Grupo de Trabalho, a APPC organizou, com o patrocínio do MAOT (Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território), nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2000, no Fórum Picoas, em Lisboa, um WORKSHOP sobre a regulamentação e aplicação da nova legislação sobre "AIA", para debater a legislação publicada em

Maio de 2000 sobre esta matéria e que contou com cerca de 180 participantes. Na tarde do dia 6 teve lugar uma sessão, aberta ao público, de apresentação do "Guia de Apoio ao Novo Regime de Avaliação do Impacte Ambiental", publicado pelo IPAMB e que foi distribuído pelos participantes. Ainda no ano 2000, em 21 de Novembro, a APPC e a Ordem dos Engenheiros entregaram ao Ministro do Equipamento Social uma Proposta de Decreto-Lei sobre "Instruções para Projectos de Obras Públicas", preparada pelo Grupo de Trabalho APPC/OE.

- No ano seguinte realizou-se, nas instalações da APPC, um Debate organizado pelo Grupo de Trabalho do Ambiente da APPC, coordenado pelo membro da Direcção, Eng. Júlio de Jesus, subordinado ao tema "Acreditação/Certificação de Responsáveis pela Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental e sobre a sua Adjudicação". Estiveram presentes na reunião, na condição de convidados, oito representantes de entidades ligadas ao Sector do Ambiente: Ordem dos Biólogos, Ordem dos Engenheiros, IEP, INAG, IA, IHERA, DGA, ICOR. Da parte da APPC estiveram presentes membros da Direcção e 15 empresas associadas. No final de 2001 constituíram-se dois novos Grupos de Trabalho na APPC: um Grupo de Trabalho de Engenharia e Arquitectura, coordenado pelo membro da Direcção, Eng. Victor Carneiro, com o objectivo de abordar os temas "Registo e Qualificação para o Exercício da Actividade", "Regras de Selecção das Empresas pela Administração Pública" e "Avaliação de Desempenho"; e um outro Grupo de Trabalho sobre Sistema de Qualidade, coordenado pelo membro da Direcção Arq. Gastão da Cunha Ferreira, ao qual foi fixado o objectivo de debater as Certificações e Normas que são exigidas às empresas de Consultoria e Projecto e as metodologias mais adequadas à implementação do sistema de qualidade nas empresas de menor dimensão.
- Em 2002, a APPC participou no projecto Segurança, Qualidade e Eficiência no Sector Rodoviário (SEQUER), que visava flexibilizar empreendimentos e acelerar o investimento em áreas reputadas

como de grande relevância para o País, de forma a mais expeditamente ladear condicionamentos à disponibilização de recursos, técnicos e financeiros, em contexto de acelerada concorrência com outros compromissos prioritários, tendo-se criado, para o efeito, um Grupo de Trabalho interno. Em Abril desse ano, o Centro Rodoviário Português convidou a APPC para participar na implementação do SEQUER, inserido no Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT 2000-2006). O Presidente da Direcção, Eng. Silveira Ramos, esteve presente na sessão de lançamento tendo a APPC sido representada nas reuniões subsequentes pelo Eng. Victor Carneiro. Ainda em 2002 teve lugar, na sede da APPC, uma reunião do Grupo de Trabalho do Ambiente, com o objectivo de apresentar e debater um documento produzido pelo Grupo de Trabalho no sentido de tornar mais transparentes as condições de contratação da elaboração de EIA's e de RECAPE's. Tendo em conta a importância que o Registo Europeu de Emissões Poluentes, (exercício EPER 2002) tem para os consultores ambientais, a Direcção da Associação, sensibilizada pelo Grupo de Trabalho dedicado às "Instruções para a Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental", tomou a iniciativa de convidar o Instituto do Ambiente a promover uma Sessão Técnica do Exercício EPER 2002 nas instalações da APPC, a qual decorreu em 6 de Maio de 2002.

VII - FUNCIONAMENTO DO MERCADO NACIONAL

ENQUADRAMENTO LEGAL

A sociedade portuguesa, e em particular o poder político parecem indiferentes à importância do enquadramento legal do exercício da actividade da consultoria, nomeadamente na área do projecto e direcção de obras, que continua a ser regulado, apesar dos sucessivos alertas da APPC, por um Decreto de 1973.

O diploma funciona como uma espécie de lei-quadro, que estabelece quem pode ser autor dos projectos e quais as suas responsabilidades, direitos e deveres.

Elaborado no início dos anos setenta, encontra-se naturalmente desajustado da realidade do Sector, não reconhecendo a autoria colectiva e principalmente a responsabilidade empresarial.

É sintomático que na legislação ligada à actividade, o legislador refira o autor, em nome individual, ignorando a prestação de serviços por entidade empresariais, isto apesar de, desde os anos 50, os maiores trabalhos no domínio da engenharia terem sido realizados por empresas.

Aliás, tudo parece resultar duma adaptação restritiva da figura "autor do projecto", que o legislador tende a ver no âmbito dos licenciamentos municipais. Todas as tentativas de lhe conferir generalidade enfermam de "remendos" que lhe fazem perder unidade, precisão e clareza, as mais das vezes levando à conclusão de que mais valia não insistir em publicar legislação que resulta em acréscimo de confusões. Simples conceitos como "autor de projecto", "técnico responsável", "director de obra", etc., outrora claros, obrigam hoje a que na legislação que é publicada se comece por um glossário, em que se definem estas entidades, sendo que por vezes nem há coincidência no seu significado, nos diferentes diplomas legais.

Desta falta de clareza resultam dificuldades, por vezes graves, na atribuição de responsabilidades, bem como outras consequências de que é típica a chamada concorrência desleal. Na verdade, só com procedimentos de excepção, e nalguns casos, até sem estes, é possível que cer-

tos "concorrentes" sejam tratados, em termos de Habilitação, sem as mesmas exigências a que os demais são obrigados. É de prever que as normas da UE criem hábitos diferentes, generalizando as suas regras à actividade dos Projectistas e Consultores.

Outra dificuldade no enquadramento legal da actividade e que vem atravessando todos os mandatos dos corpos sociais da Associação é a da necessidade premente de revisão das chamadas "Instruções para o Cálculo de Honorários de Projectos de Obras Públicas".

Trata-se de uma Portaria publicada em 1972, hoje completamente desactualizada por não contemplar actividades, ora correntes, e não existentes à data da sua publicação.

As Tabelas de Honorários constantes daquelas "Instruções" também carecem, obviamente, de revisão. Todavia, o espírito que presidiu à sua criação, enquanto guia para a elaboração dos projectos, mantém-se válido.

Às muitas críticas que têm surgido ultimamente àquelas "Instruções", crê-se que a melhor resposta é a de que, mesmo Donos de Obra que a elas não são obrigados (por serem Privados), se apoiam contratualmente nas mesmas, para o seu relacionamento com os consultores.

As várias propostas de revisão das "Instruções", quase sempre com a colaboração da APPC, têm acabado por não atingir a fase de aprovação e posterior publicação.

As preocupações da APPC, no que se refere ao enquadramento legal do Sector, têm vindo a ser uma constante, desde sempre, das várias Direcções, concretizadas quer através de iniciativas próprias, quer através de várias colaborações quando solicitadas.

Das actividades mais recentes, relacionadas com os aspectos relativos ao Enquadramento Legal do Sector, referem-se as seguintes:

- "Jornadas Profissionais da APPC", de Março de 1993, realizadas no LNEC, sob o Tema Geral "O Enquadramento Legal do Sector da Consultoria - Arquitectura, Engenharia, Organização e Gestão", em que foram amplamente discutidos os sub-temas: "Caracterização e Acesso à Actividade. Aspectos Deontológicos"; "Honorários dos Consultores" e "Seleccção dos Consultores";

- Colaboração da APPC, a pedido do Secretário de Estado das Obras Públicas, em 1999 e posteriormente do Secretário de Estado da Habitação, em 2002, para a revisão do Decreto nº 73/73, de 28 de Fevereiro;
- Preparação, em conjunto com as Ordens dos Engenheiros e dos Arquitectos, de um Projecto de Decreto-Lei com vista à alteração da Portaria de 7 de Fevereiro de 1972, que publicou as "Instruções para o Cálculo de Honorários de Projectos de Obras Públicas";
- Outra legislação que deveria integrar o Enquadramento Legal do Sector tem vindo a ser tratada pela APPC, como a contratação dos serviços de consultoria, a ter em conta no quadro geral da Contratação de Bens e Serviços do Estado, mas tendo em consideração a sua natureza de serviços intelectuais. Este assunto foi largamente abordado no "Ciclo de Mesas Redondas" patrocinado pelo Ministério do Equipamento Social, com grande envolvimento da APPC, e realizado em Julho de 2000, subordinado ao Tema Geral "Qualidade da Construção".

Outros aspectos relacionados com o Enquadramento Legal do Sector, dado não estarem previstos na legislação actual, têm sido objecto de publicações da APPC com carácter de "Guias", como é o caso do "Guia para a Utilização de Serviços dos Consultores Técnicos na Gestão de Empreendimentos", de 1994, da autoria dos Engenheiros Artur Ravara e J. Nandin de Carvalho; das "Instruções para a Verificação da Qualidade dos Projectos", de 2003, bem como a "Lista de Elementos ou Serviços não incluídos no EIA e no RECAPE", de 2003.

INICIATIVAS DE DIVULGAÇÃO E REVISÃO DO QUADRO LEGAL

A APPC tem desenvolvido múltiplos esforços e iniciativas para contrariar a actual desadequação do quadro legal e esclarecer os seus Associados, o Sector e o mercado sobre a situação.

- Em 1999, com o objectivo de informar os seus Associados sobre os procedimentos inerentes ao registo e pré-qualificação de consultores, a APPC editou uma publicação intitulada "Directivas sobre o Registo, Critérios e Procedimentos de Pré-Qualificação para Consultores de Engenharia". Esta publicação baseou-se numa tradução do original "Guidelines on Registration and Pre-qualification Criteria and Procedure for Engineering Consultants", publicada pela EFCA, em Novembro de 1997, que recomendou a sua divulgação. Estas Directivas contêm elementos para referência e organização dos processos de aquisição de serviços, integrando-se no entendimento do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho. Poderá por isso constituir um excelente apoio à preparação de propostas para a elaboração de projectos. Em meados de 1999 e na sequência da troca de impressões havida entre a Ordem dos Engenheiros e a APPC, foi constituído um Grupo de Trabalho conjunto, cujo objectivo era a elaboração de uma Proposta de Revisão das "Instruções para o Cálculo de Honorários de Projectos", aprovadas pela Portaria de 7 de Fevereiro de 1972 e parcialmente alteradas pelas Portarias de 22 de Novembro de 1974 e 27 de Janeiro de 1986. Esta proposta de Decreto-lei a que foi dada a designação de "Instruções para Projectos de Obras Públicas", veio a ser entregue ao Ministro do Equipamento Social em 21 de Novembro de 2000.
- Em Maio de 2001, a APPC, a propósito de verbas disponibilizadas pela EDIA para estudos relacionados com estudos relacionados com a problemática da Arqueologia, enviou uma carta a destacados responsáveis políticos sobre a atribuição de financiamentos públicos para a prestação de serviços de consultoria a organizações não empresariais;
- Em Setembro de 2001, a Direcção da APPC, em audiência concedida pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, Dr. José A. Vieira da Silva, teve a oportunidade de solicitar a urgente publicação do Decreto-Lei preparado pelo Grupo de Trabalho APPC e Ordem dos

Engenheiros relativa às "Instruções para Projectos de Obras Públicas"; bem como a criação de regulamentação específica para a contratação de serviços de consultoria e a implementação de um Observatório de consultoria de engenharia e arquitectura que permita a recolha de informação sobre o exercício da actividade;

- Em Julho de 2002, a APPC realizou, na sua sede, um debate no âmbito do Grupo de Trabalho de Engenharia e Arquitectura, com o objectivo de analisar a aplicação do Decreto-Lei n.º 197/99 a Concursos Públicos de Aquisição de Serviços de Arquitectura e Engenharia com base na aplicação do disposto na Portaria n.º 949/99, de 21 de Outubro. No debate em que participaram 25 Associados, foi preparada a versão final de uma Proposta, que veio a ser entregue ao Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação no final do mês de Setembro;
- Em 2002, como já foi referido, a APPC emitiu, a pedido do Secretário de Estado da Habitação, um Parecer sobre o ante-projecto de Decreto-Lei que revogaria o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro. Este ante-projecto retomava o Parecer já prestado em 1999, a pedido do Secretário de Estado das Obras Públicas, defendendo a sua articulação com a Proposta de Decreto-Lei relativa às "Instruções para Projectos de Obras Públicas";

Também as actividades correspondentes à "Fiscalização de Empreendimentos" devem ser objecto de legislação adequada. De facto, trata-se de actividades que só mais tarde foram entregues pelos Donos de Obra aos gabinetes de consultores. O Estado, enquanto Dono de Obra, tendo já prescindido da realização de muitos projectos mantinha, e nalguns casos mantém, nas suas mãos a fiscalização da execução dos seus empreendimentos.

A Direcção da APPC considera que a "Fiscalização de Empreendimentos" deve ser objecto de tratamento específico. A sua "arrumação" sumária na legislação das empreitadas, como acontece actualmente, não é por isso a solução ideal.

Outra actividade que carece do necessário enquadramento legal corresponde à "Gestão de Empreendimentos", que alguns Donos de Obra têm vindo a contratar aos gabinetes de consultores, com âmbito mais ou menos variável, conforme as carências não cobertas pelos seus próprios serviços e com reflexo nos Termos de Referência dos respectivos Concursos.

Trata-se de actividade com tradição recente, para a qual todavia a APPC dispõe, desde 1994, do Guia para a Utilização de Serviços dos Consultores Técnicos na Gestão de Empreendimentos.

Por fim, é de referir a necessidade de ser contemplada na legislação a actividade "Revisão de Projectos", que actualmente parece não ter incumbência atribuída, o que poderá ter consequências graves, principalmente no domínio dos grandes projectos. Relativamente a este tema, a APPC também elaborou um documento, intitulado "Instruções para a Verificação da Qualidade dos Projectos", por enquanto apenas de divulgação interna.

Ao enquadramento legal destas últimas actividades irá dedicar a APPC a sua melhor atenção.

CONCORRÊNCIA DESLEAL

Embora decorra, em larga medida, da desadequação do enquadramento legal, a concorrência desleal tem as suas raízes na cultura da Administração, porque, poderia não haver nenhuma alteração no enquadramento legal e bastava que a Administração Pública Central desse uma orientação clara que impedisse este tipo de prática aos seus serviços administrativos e às Empresas, Instituições, Institutos e outras Entidades sob a sua tutela. Nem era preciso proibir, bastava não fazer.

Na verdade, o que acontece é que a Administração e as diferentes instituições por si tuteladas, quer tenham ou não autonomia financeira, utilizam figuras mais ou menos criativas, como é o caso dos protocolos entre instituições, para desviarem do mercado parcelas importantes do trabalho que as empresas poderiam fazer.

Quando se entrega a uma Universidade, não através de um Contrato, mas através de um Protocolo revestido de um traje de investigação e desenvolvimento, um trabalho de pesquisa, que na prática vai levar a estudos de impacte ambiental, recolha de elementos de campo, tratamento desses elementos de campo e depois propostas de intervenção em que 90% deste trabalho nada tem de investigação, está-se, na realidade, a praticar concorrência desleal, dado que foram retiradas ao mercado partes importantes do processo.

Ora, o recurso a estes métodos, em que as intervenções específicas, que exigem maior desenvolvimento tecnológico, são retiradas do mercado, obrigando as empresas a dedicar-se apenas a tarefas correntes, configuram uma verdadeira concorrência desleal, a qual é extremamente nociva para a evolução das próprias empresas e contribui para o empobrecimento dos seus currícula.

Por exemplo, na área da organização e gestão, há, neste momento, centros tecnológicos que desenvolvem actividade que as empresas deixam de fazer, conduzindo a que estas quase desapareçam por não terem trabalho.

Ora a APPC tem chamado a atenção para o facto de que se esse trabalho tivesse de ser contratado, as empresas aumentariam as suas capacidades, tornando o tecido empresarial mais forte e, em consequência, mais capaz para concorrer no exterior, onde apresentariam uma experiência que as enriqueceria em termos curriculares.

Mas, além da concorrência desleal exercida pelos organismos públicos, as empresas de consultoria confrontam-se com outra debilidade no nosso País, a qual tem a ver com as regras de contratação que não fomentam que as empresas de maior dimensão se implantem: em Portugal, a Administração Pública é capaz de consultar uma empresa ou uma pessoa singular, entregando a um destes consultores, que factura por ano uma centena de milhares de contos, um trabalho que, sozinho, vale muitas centenas de milhares de contos. É claro que isto é uma fonte de problemas, porque a empresa pode não ter a estrutura necessária para assumir as correspondentes e diversificadas valias técnicas, socorrendo-se de técnicos avulso, com sacrifício da unidade e qualidade final do produto. Este comportamento estimula o aparecimento de muitas pequenas empresas e não de empresas de bandeira, que possam concor-

rer no exterior e que carecem de adquirir primeiro a capacidade e a especialização suficientes no mercado interno. Por isso o mercado nacional se apresenta tão atomizado no Sector da Consultoria, o que coloca grandes dificuldades à nossa capacidade concorrencial nos mercados externos.

Em 1998 a APPC participou activamente numa Mesa-Redonda, promovida pela PROFORUM, subordinada ao tema "Universidades / Empresas / Cooperação ou Concorrência?". No decurso do encontro, a APPC reafirmou o princípio que os trabalhos de Consultoria, Estudos e Projectos não devem ser efectuados por organizações que têm outros objectivos estatutários (Universidades, Institutos de Investigação e outras organizações ditas sem fins lucrativos), quando o tecido empresarial tem capacidade de resposta e está subaproveitado. Todos defenderam que a cooperação é desejável, devendo mesmo ser fomentada, nomeadamente nos aspectos técnico-científicos de que as empresas de Consultoria poderão estar, pontualmente, carentes.

VIII - REFORÇO DA PROJECCÃO EXTERNA

ASSEMBLEIA GERAL DA EFCA EM LISBOA

Em 1999 a APPC organizou um importante acontecimento: a Assembleia Geral da EFCA, que teve lugar em Lisboa entre 29 de Maio e 1 de Junho, subordinada ao tema "Modernização e Reabilitação Urbana. Casos de Lisboa e Porto".

No decurso do evento, que contou com a presença do Presidente e Vice-Presidente da FIDIC, bem como do Vice-Presidente da ACEC - Associação Americana de Engenheiros Consultores, foi eleito o novo Presidente da EFCA, Eng. J. M. Borges Rayagra, membro da Direcção da APPC, para o período 1999-2002.

A eleição de um português para Presidente de uma organização com o prestígio internacional da EFCA trouxe à Consultoria portuguesa o reconhecimento da consultoria europeia, tanto no plano empresarial como associativo.



Conferência da EFCA em Junho de 1999, em Lisboa. Mesa presidida pelo Eng. Borges Rayagra

Esta Conferência Anual da EFCA, promovida pela APPC e apoiada pelo ICEP, foi presidida pela Secretária de Estado da Habitação, Dra. Leonor Coutinho. Na reunião intervieram também, como convidados, o Arq. Filipe Mário Lopes, da Câmara Municipal de Lisboa, o Arq. Ramos Loza, da Câmara Municipal do Porto e o Arq. Vassalo Rosa, do Parque das Nações. Registe-se que a EFCA, à semelhança da APPC, se organiza em grupos de trabalho sectoriais, muito ligados à prática e à regulação do Sector na Europa. Aliás, o estabelecimento de regras de "procurement" e de regras de enquadramento da actividade das empresas no plano sectorial e da concorrência, em consonância com a Comissão Europeia, configura um dos mais importantes papéis desempenhados pela Direcção da EFCA. Ora, a partir da eleição do Eng. J. M. Borges Rayagra, a APPC passou a estar representada nesses núcleos, situação que persiste ainda hoje, com destaque para o grupo de trabalho vocacionado para a cooperação da Europa com os países em vias de desenvolvimento. Há ainda um grupo de trabalho relacionado com a procura pública de consultoria em engenharia e arquitectura, de grande importância, porque é daí que vêm as regras acordadas em Bruxelas para a actividade e onde a APPC também esteve representada.



Assembleia Geral da EFCA em Junho de 1999, em Lisboa. O Eng. Borges Rayagra com um participante

A EFCA tem um acordo e trabalha em colaboração, cada vez maior, com a FIDIC.

A APPC está representada na EFCA em quatro "Task Forces":

- "Development Cooperation"
- "Professional Liability"
- "Public Procurement"
- "Project Financing"

Na sequência da gradual, mas intensa, actividade no plano internacional que já vinha do antecedente, tem prosseguido a mesma preocupação de consolidação da imagem da APPC no exterior. Com efeito, ainda em Novembro de 1998, a APPC recebeu a visita do Sr. John Flynn, Secretário-Geral da EFCA e seu representante permanente junto da Comissão Europeia, que realizou várias reuniões de trabalho com a Direcção.

No mês seguinte, a APPC esteve representada pelos membros da Direcção, Eng. Borges Rayagra e Fernando Rolin num Seminário em Bruxelas, organizado pela EFCA e FEACO, o qual teve como objectivo incrementar o relacionamento entre a Comissão e o Sector de Consultoria e Projecto, para que o Serviço Comum para as Relações Exteriores passasse a promover a harmonização dos procedimentos para as propostas e contratos em uso nos diferentes Países da União Europeia.

Nos dias 17 e 18 de Novembro de 1999 o Eng. Fernando Rolin, membro da Direcção da APPC, representou a Associação na Conferência "Consultoria no Próximo Milénio", que se realizou em Londres, organizada pela FEACO e pela MCA, a congénere inglesa da APPC.

Em 2001, a APPC fez-se representar pelo Eng. Victor Carneiro, membro da Direcção, na reunião do Grupo de Trabalho EFCA-FIDIC sobre "Project Financing", realizada em Bruxelas, a 27 de Março. O encontro permitiu concluir o Relatório sobre "Project Financing", matéria que vinha sendo debatida em vários encontros desde 1999. No documento é evidenciado o papel de liderança que os Consultores de Engenharia deverão assumir na concepção e projecto das parcerias entre os Sectores Público e Privado, tendo em conta as suas competências técnicas.

Em Setembro e Outubro do ano seguinte, teve lugar em Acapulco a Conferência e Assembleia Geral da FIDIC, onde a APPC esteve representada pelo Presidente, Eng. Silveira Ramos e pelo Eng. Borges Rayagra, que se candidatou a membro do Comité Executivo, com vista ao processo eleitoral do ano seguinte, em que seriam preenchidas três vagas na Direcção da FIDIC. O Eng. Rayagra não viria, contudo, a formalizar a sua candidatura, uma vez que, entretanto, deixou a empresa que representava na APPC.

O Eng. Borges Rayagra tinha desempenhado de forma exemplar a função de Presidente da EFCA no período de 1999-2002, permitindo que a APPC tivesse uma visibilidade e uma intervenção que ainda hoje se mantém.

CONFERÊNCIA E ASSEMBLEIA GERAL DA FEACO EM LISBOA - 2002

Em 2002, a APPC foi incumbida da organização de mais um importante acontecimento para a consultoria internacional: a Conferência e Assembleia Geral da FEACO, que teve lugar em Lisboa nos dias 22 a 24 Maio.

A Conferência foi subordinada ao tema "A Consultoria de Gestão num Mundo em Rápida Mudança" tendo permitido tratar assuntos tão diversos como a ética na consultoria, a aplicação do marketing nas empresas do Sector e a sua adaptação a um mercado em mudança, o tele-trabalho, a revolução das tecnologias de informação e as suas implicações, a certificação de consultores, o Sector Público como cliente das empresas de consultoria e as diferenças entre a velha e a nova economia.

O evento contou com a participação de oradores de diferentes nacionalidades, reunindo experiências profissionais e habilitações académicas diversificadas.

No decurso da Conferência, o novo Presidente da FEACO, Rémi Redley, disse esperar que o mercado da consultoria viesse a "crescer na Europa acima do crescimento do conjunto da economia nos próximos anos", tendo ainda admitido que prosseguiria a tendência de concentração do mercado (as empresas multinacionais já detinham, em 2001, mais de 50% do mercado total), o que não comprometeria, no entanto,

a presença de pequenas empresas do Sector, atendendo a que estas continuariam a deter um papel muito importante na actividade da consultoria, devendo, "centrar-se mais em nichos de mercado e estabelecer redes de cooperação".

Os delegados presentes na reunião alertaram para os riscos decorrentes da "confusão entre as actividades de consultoria e auditoria", recomendando que as mesmas não fossem atribuídas à mesma empresa. "O mercado exigirá independência e segmentação das actividades", referiu, na altura, Rémi Redley.



Assembleia Geral e Conferência Anual da FEACO em Maio de 2002, em Lisboa. O novo Presidente da FEACO, Remi Redley, com o Presidente da APPC, Eng. Silveira Ramos. Em segundo plano o representante da Câmara Municipal de Lisboa

A Conferência concluiu que as tecnologias de informação são a área que na Europa lidera o recurso a empresas consultoras (33,2% do mercado total), seguindo-se a consultoria estratégica (25,8%), a gestão e management (24,8%), o "outsourcing" (12,4%) e a gestão de recursos humanos (4,5%).

De acordo com os responsáveis da FEACO presentes na Conferência de Lisboa, o recurso crescente à Internet, implicando uma redução significativa de custos operacionais, e o desenvolvimento do "outsourcing", constituirão as tendências mais marcantes no desenvolvimento do mercado da consultoria nos próximos tempos.

NA SEQUÊNCIA DE LISBOA

A APPC esteve sempre na primeira linha dos grandes eventos internacionais dedicados à actividade da consultoria, intervindo activamente ao nível dos organismos internacionais, sobretudo no que respeita às Federações europeias, como é o caso da EFCA e da FEACO.

À Conferência de Lisboa seguiu-se, no mesmo ano, a Assembleia Geral da FEACO, realizada em Bruxelas, a 21 Novembro, na qual estiveram presentes 18 representantes de Associações nacionais, entre os quais o Eng. Fernando Rolin, Director da APPC.

Esta reunião da Assembleia Geral foi a primeira a ser presidida pelo Sr. Rémi Redley, eleito na reunião de Lisboa durante a Conferência de 2002, organizada pela APPC.

Ainda em 2002 realizou-se em Helsínquia, entre 19 e 21 de Maio, a Assembleia Geral e Conferência da EFCA, organizada pela associação finlandesa, SKOL e que contou com a presença do Eng. Victor Carneiro, membro da Direcção da APPC. Esta reunião ficou marcada pela saída do Eng. Borges Rayagra como Presidente da EFCA e pela eleição de um novo Presidente, o Sr. Martin Guldner, da Associação alemã de consultoria BCW.

No ano seguinte, a APPC acolhia, a 3 de Março, a Reunião da "Task Force" da EFCA sobre Desenvolvimento e Cooperação, a qual realizava-se, pela primeira vez, fora de Bruxelas. Para além da análise dos diversos aspectos que constituíram a Agenda deste Grupo de Trabalho, pretendia-se facilitar e estreitar o contacto entre os diferentes membros que o constituem e as empresas portuguesas, em particular com interesse no mercado externo. Trocaram-se impressões entre o Grupo de Trabalho e o Presidente da APPC, que,

conjuntamente com o representante da Associação no Grupo de Trabalho, fez a apresentação da APPC e transmitiu aos presentes as especificidades dos consultores nacionais e as dificuldades experimentadas no exercício da sua actividade, tendo-se constatado que os problemas sentidos pelos consultores portugueses são em tudo similares aos dos restantes países.

Também em 2003 teve lugar em Liubliana, Eslovénia, entre 21 a 23 de Maio, a Conferência e Assembleia Geral da FEACO, onde a APPC se fez representar pelo membro da Direcção Eng. Fernando Rolin. Em análise estiveram a revisão do Código de Conduta, a realização das próximas conferências internacionais e a evolução do mercado europeu da consultoria de gestão.

A participação da APPC numa nova "Task Force" da EFCA, a nomeação do Eng. J M Vieira da Costa para representar a APPC na "Task Force" da EFCA sobre "Public Procurement" e a do Eng. Rui Furtado, membro da Direcção da APPC, para participar na "Task Force" sobre "Professional Liability", são factos relevantes na actividade da Associação no plano internacional em 2004.

Em 2004 a APPC marcou presença nas Conferências e Assembleias Gerais da EFCA, FIDIC e FEACO.



Assembleia Geral da FIDIC, em Setembro de 2004, em Copenhaga. Durante a Conferência "Consultancy - Profession or Business"

A Conferência da EFCA, realizada em Istambul entre 22 e 25 de Maio, dedicada ao tema "Gestão de Desastres", contou com a presença do Director da APPC, Eng. Victor Carneiro.

A Conferência e Assembleia Geral da FIDIC, dedicada ao tema "Consultoria - Profissão ou Negócio", tiveram lugar em Copenhaga entre 12 e 16 de Setembro.

Em Atenas, entre 21 e 22 de Outubro, teve lugar a Conferência e Assembleia Geral da FEACO, tendo a APPC sido representada pelo membro da Direcção, Dr. Luís Eduardo Cachudo Nunes.

Subordinada ao tema "A Construção de uma Economia Competitiva Baseada no Conhecimento na Europa: o papel do Consultor", a Conferência permitiu reflectir sobre as melhores formas de enfrentar os desafios colocados pela chamada "Estratégia de Lisboa" aos Consultores, às Empresas Privadas e à Administração Central.

COMUNICAÇÃO COM O EXTERIOR

A APPC tem vindo, desde o princípio da sua actividade, a produzir documentação, que sendo útil aos seus Associados e aos utentes da Consultoria, procura também divulgar a sua existência e natureza. Essa actividade reflectiu-se na publicação de documentos, como o Anuário, o Boletim e os numerosos "livros de capa amarela".

Na sequência desta actividade foi colocado online, em Agosto de 2000, o site bilingue da APPC, com informação acerca da Associação, das suas actividades e dos seus Associados, o qual viria a ser objecto de uma profunda reformulação em Agosto de 2003.

Através deste site, as empresas que exercem a actividade e as empresas e organizações que se relacionam com o Sector da Consultoria e Projecto, passaram a dispor de informações úteis e a aceder a diversas funcionalidades que procuram ir ao encontro das respectivas necessidades e expectativas.

Consideramos, no entanto, tratar-se de um "objectivo que ainda não está cumprido". Na verdade, a interligação do site da Associação com os sites das empresas ainda não foi conseguido. Pretende-se uma maior interacção entre as empresas e a Associação, habituando-se aquelas a

usar o site da APPC para obter informações e os clientes a ele recorrerem para consulta, elaborando assim "short lists" de concursos.



Apresentação do novo web site da APPC

Se, por um lado, subsistem alguns problemas para que o site possa apresentar maior interactividade, por outro, dá-se o caso de nem todas as empresas possuírem sites próprios e, muitas das que os têm, não apresentarem links ao site da Associação. Verifica-se ainda que os clientes não estão muito habituados a utilizar, talvez por falta de divulgação, o site da APPC para consultarem, nomeadamente "who's who" dentro da consultoria.

Na verdade, o site permite aos clientes saber quem são os directores das empresas, quais os trabalhos que estas já realizaram, informações sobre o quadro técnico, volume de facturação etc.

Por enquanto, o Directório tradicional, impresso, ainda é mais conhecido que o site, mas tudo aponta para que aquele tenda a constituir um meio supletivo em relação ao espaço da Associação na WEB.

No plano da comunicação com o exterior, o Directório é o documento mais importante publicado pela APPC. No início do ano 2000 foi publi-

cada uma nova edição que apresentava fichas de 106 das 114 empresas associadas. Em 2004 fez-se uma reedição da publicação.

O Directório 2004 é também uma publicação bilingue (português e inglês) que reúne informação acerca das empresas inscritas na APPC. Lançado em Julho, o Directório inclui 146 empresas de diversas áreas de actividade: Estudos e Projectos de Arquitectura e Engenharia; Gestão e Fiscalização de Obras; Consultoria Ambiental; Organização e Gestão e Formação.

Quanto ao Boletim, que cobre o conjunto de actividades da Associação, é distribuído pelos municípios e por todos os clientes institucionais, constituindo, como referimos atrás, um dos principais instrumentos de comunicação da Associação.

É esta ambição no plano da comunicação com o exterior que levou a APPC, já em 1999 a contratar um jovem licenciado em Gestão e Marketing, o Dr. Manuel Baptista, para reforçar os serviços de apoio aos Associados, que vinham desde 1981 a ser assegurados apenas pela Dra. Manuela Lourenço.

Paralelamente à construção do site e à divulgação do Boletim e do Directório, a APPC procurou sublinhar a comemoração dos seus 30 anos com a renovação da imagem da Associação: uma nova imagem para o Boletim, uma nova imagem para o logótipo, uma nova imagem para o site, uma nova imagem para o Directório.

A imagem original fora criada em 1975. O novo logotipo, da autoria de Henrique Cayatte, procurou uma maior legibilidade tipográfica e um símbolo de grande depuração formal. O ponto de partida do desenho baseou-se nos balões utilizados nas representações gráficas de raciocínio e reflexão, geralmente utilizados na BD, traduzindo o facto dos projectistas e consultores desenvolverem também um trabalho de imaginação criativa.

PARTE III

(2004 - 2005)

Esta terceira parte foi reservada apenas para relatar as Comemorações dos 30 Anos da APPC, que tiveram o seu início ainda em 2004 e o seu acontecimento mais significativo em Janeiro de 2005.

Em meados de 2003, a Direcção da APPC considerou que seria interessante iniciar e concentrar as Comemorações do 30º Aniversário da Associação, formalmente constituída em Janeiro de 1975, no ano de 2004. Esta opção foi justificada pelo facto de as iniciativas das principais empresas do Sector existentes na primeira metade da década de 70, e que levaram à constituição da Associação, terem ocorrido durante os anos de 1973 e 1974, com particular incidência neste último.

Dado que em 2004 iria ser eleita uma nova Direcção, a Direcção em exercício achou conveniente que o Plano de Acções comemorativo do Aniversário, dado a conhecer às empresas associadas, tivesse a aprovação das mesmas. Para tal, foi realizada, em 21 de Novembro de 2003, uma Assembleia Geral Extraordinária que serviu também para deliberar sobre a criação de um novo logotipo.

O Plano de Acções e a mudança do logotipo foram aprovados por unanimidade e assim a Direcção da APPC ficou legitimamente mandatada para dar início às acções de Comemoração do Aniversário.

IX - COMEMORAÇÕES DO 30º ANIVERSÁRIO DA APPC

CONFERÊNCIA E JANTAR-DEBATE DE LANÇAMENTO DAS COMEMORAÇÕES

O evento teve lugar no dia 28 de Janeiro de 2004, no Hotel Tivoli Lisboa, e contou com a presença, como convidado de honra, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Eng. António Carmona Rodrigues.



Início das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2004. Durante a Conferência a que presidiu o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Eng. António Carmona Rodrigues. Aspecto geral da assistência

CONFERÊNCIA

A Conferência foi subordinada ao tema "As Responsabilidades da Consultoria e Projecto na Economia, na Qualidade e na Segurança dos Empreendimentos", e contou com as intervenções iniciais de três con-

vidados, designadamente o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng. Francisco Sousa Soares, a Presidente da Ordem dos Arquitectos, Arq^a Helena Roseta, e a Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes, Eng^a Natércia Cabral. Seguiu-se um animado debate com os participantes da Conferência. Apresentamos, de seguida, um resumo das intervenções de cada um destes três convidados.

INTERVENÇÃO DO BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ENGENHEIROS, ENG. FRANCISCO SOUSA SOARES



O Eng. F. Sousa Soares, durante a sua intervenção

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros abordou o tema na sua vertente legal, realçando a inexistência de um enquadramento legal coerente e adaptado às novas realidades da profissão.

Os diplomas vigentes, em especial as "*Instruções para o Cálculo dos Honorários de Projectos de Obras Públicas*", que definem as regras em que deverão ser elaborados os projectos, data de 1972 e tem o valor de uma Portaria. Não é sequer um Decreto-Lei. Realçou ainda a importância do reconhecimento da existência de novos intervenientes no processo da

construção - os Gestores de Empreendimentos e os Revisores de Projecto. A existência destas funções não é reconhecida na legislação em vigor, não estando portanto regulamentada a sua actividade e responsabilidades.

Esta lacuna aplica-se, aliás, a diversas especialidades de Engenharia que foram surgindo ao longo dos últimos 30 anos, que também não estão regulamentadas.

O Eng. Francisco Sousa Soares exemplificou também as incoerências de alguma legislação existente com o caso do chamado Coordenador de Segurança, que, sendo nomeado pelo Dono da Obra, não detém os meios em matéria de segurança. Estes são controlados pela entidade executante.

Apelou finalmente ao Ministro das Obras Públicas para que desse novo impulso à revisão das "Instruções para o Cálculo dos Honorários de Projectos de Obras Públicas", de acordo com uma proposta conjunta da APPC e da Ordem dos Engenheiros e que tem vindo a ser discutida com o CSOPT desde há vários anos.

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ORDEM DOS ARQUITECTOS,
ARQ.^ª HELENA ROSETA



A Arq.^ª Helena Roseta, durante a sua intervenção

O acto próprio do Arquitecto está definido no Estatuto da Ordem, desde 1998, com uma grande amplitude, sublinhou a Arq.^a Helena Roseta, Presidente da Ordem dos Arquitectos, que referiu que, sendo a Arquitectura uma profissão jovem e com grande capacidade de atracção, é necessário saber lidar com o acesso maciço decorrente do grande número de cursos reconhecidos, de forma a garantir a necessária competência profissional. Considerou por outro lado, o problema da qualidade e responsabilidade uma questão de cidadania.

A Arq.^a Helena Roseta assinalou que, sendo a construção um Sector estratégico, cuja actuação tem que ser melhorada, é necessário investir na projecção da competência da consultoria e projecto no estrangeiro, referindo a proposta feita para utilização do Pavilhão de Portugal como fórum de divulgação da Arquitectura e da Construção Portuguesas. Foi referida ainda a criação pela Ordem dos Arquitectos de um Provedor da Arquitectura, que teria como função receber reclamações e fazer diligências em relação a terceiros, conforme a maioria das queixas recebidas pela Ordem dos Arquitectos.

O empenho numa nova visão colaborativa, em substituição da visão corporativa tradicional, foi indicada como a via de abertura a novas frentes de acção, de todos os parceiros profissionais e empresariais, devendo o investimento no Reordenamento do Território e na Reabilitação e Requalificação Urbanas tornar-se estratégico.

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES, ENG^a NATÉRCIA CABRAL

Partindo da ideia chave de que é condição necessária para que haja qualidade na oferta, a existência de qualidade na procura e, assumindo o CSOPT vocação para contribuir para a melhoria da procura no Sector Público, a oradora apresentou um conjunto de ideias sobre o tema.

Em conformidade, afirmou que o CSOPT é favorável à criação dum registo e eventual classificação de empresas, disponibilizando-se para dar passos concretos neste sentido. No diagnóstico incisivo e objectivo que fez à situação dos projectos e consultoria em Portugal, notou que os consultores devem ter a sua função bem definida e sem ambiguidades,

tendo referido, ainda, sem citar em concreto, a ocorrência recente de acidentes e incidentes resultantes dessa ambiguidade.



A Eng^a Natércia Cabral, durante a sua intervenção

Noutra parte da sua intervenção, aludiu ao efeito negativo do esmagamento dos prazos de projecto e ao facto de a revisão / verificação dos projectos ocorrer numa fase demasiado terminal dos estudos ou só após a ocorrência de sinistros. Neste campo, deveria o Conselho desenvolver competências na definição de princípios e avaliação de programas, tarefa de que tem estado arredado.

O Conselho tinha, então, cerca de 350 conflitos em análise e estava empenhado em fazer uma avaliação das suas origens, tarefa bastante complexa. Todavia, descortinava-se um denominador comum (ainda que indirecto), que se relacionava com insuficiências de projecto de vária ordem.

Terminou a Presidente do CSOPT com a constatação de que a qualidade e segurança dos empreendimentos passa pela maior responsabilidade dos projectistas no desenvolvimento do projecto e acompanhamento em obra.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CSOPT - APPC

Sistema de Informação de Projectos de Obras Públicas e Sistema de Registo e Classificação de Empresas de Consultoria e Projecto

No final da Conferência foi assinado e homologado pelo Ministro Carmona Rodrigues um Protocolo de Colaboração Técnica entre o CSOPT e a APPC. O Protocolo tinha por objectivo promover um trabalho conjunto para elaboração de um sistema de informação sobre projectos de obras públicas, como base para um eventual Sistema de Registo e Classificação de Empresas de Consultoria e Projecto, cuja validade de criação, naquele âmbito, se pretendia avaliar.



Abertura das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2004. Assinatura do Protocolo entre o CSOPT e a APPC. Na foto vemos o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Eng. Carmona Rodrigues, o Presidente da APPC, Eng. F. Silveira Ramos, a Presidente do CSOPT, Eng^a Natércia Cabral e o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Eng. Francisco Sousa Soares

O trabalho seria desenvolvido de forma faseada, prevendo-se, numa primeira fase, a elaboração de uma base documental de suporte do Sistema de Informação, e a formatação do Sistema de Registo e respec-

tivos procedimentos. Esta primeira fase de trabalho seria consubstanciada num relatório-proposta, a submeter à consideração do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

NOVO LOGOTIPO DA APPC

Esta Conferência ficou também marcada pelo lançamento da nova imagem da Associação, que veio substituir, trinta anos depois, como atrás se refere, a imagem original criada em 1975, procurando-se agora uma maior legibilidade tipográfica e um símbolo de grande depuração formal.

JANTAR



Eng. Artur Ravara, Ex-Presidente da APPC, Dr. Carlos Pereira Martins, Director da Ordem dos Economistas, Arq. Helena Roseta, Presidente da Ordem dos Arquitectos, Eng. Almeida Rocha, Presidente da Assembleia Geral da APPC, Eng. António Carmona Rodrigues, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Eng. Silveira Ramos, Presidente da Direcção da APPC, Eng^a Natércia Cabral, Presidente do CSOPT, Dr. Seixas de Aguiar, Presidente do Conselho Fiscal e Eng. Francisco Sousa Soares, Bastonário da Ordem dos Engenheiros

O tema das intervenções durante o período do Jantar foi "O Passado e o Futuro da Consultoria e Projecto em Portugal, na Europa e no Mundo". No início do Jantar interveio um dos membros da Direcção da APPC, o Eng. Victor Carneiro, que fez algumas considerações sobre o tema.

INTERVENÇÃO DO MEMBRO DA DIRECÇÃO, ENG. VICTOR CARNEIRO

O Eng. Victor Carneiro lançou um olhar sobre a importância do papel dos consultores de Engenharia e Arquitectura no processo construtivo e a necessidade de implementação de uma cultura de exigência de qualidade e responsabilização dos intervenientes, a par de uma selecção dos consultores, pelos Donos de Obra, baseada na qualidade e desincentivadora do aviltamento de preços.

Referiu ainda que a sustentabilidade das empresas nos mercados interno e internacional, cada vez mais competitivos e globalizados, depende da qualidade dos serviços prestados e da sua adequada - e atempada - remuneração, essencial para a formação de massa crítica das empresas, habilitando-as a investir na formação e desenvolvimento dos seus recursos humanos, agentes essenciais da especialização e inovação, que diferenciarão a oferta de cada empresa em relação à concorrência.

Apresentou algumas das iniciativas da APPC no sentido de contribuir para esses objectivos, em particular algumas propostas que desenvolveu, por exemplo, as "*Instruções para Projectos de Obras Públicas*", a proposta de regulamentação da contratação de Serviços de Consultoria de Engenharia e Arquitectura, as "*Instruções para Verificação da Qualidade dos Projectos*" ou a "*Definição dos Serviços não Incluídos nos EIA e RECAPE*".



O Eng. Victor Carneiro, durante a sua intervenção

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E HABITAÇÃO, ENG. ANTÓNIO CARMONA RODRIGUES

O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, Eng. António Carmona Rodrigues, começou a sua intervenção realçando a importância da actividade da Consultoria para o País e defendendo a sua dignificação. Demonstrou estar ciente das realidades do Sector, não só pela função que ocupa actualmente, mas também porque desempenhou a profissão durante anos.

Sublinhou a necessidade de serem investidas na fase de concepção dos empreendimentos as verbas que assegurem uma boa execução, para que na fase de implementação não se corram riscos relacionados com erros e omissões ou genericamente com a falta de qualidade dos projectos. Em Portugal são infelizmente muitos os exemplos de obras que, por terem sido poupadas verbas para elaboração de estudos e projectos, demoraram mais tempo e consumiram mais recursos do que era esperado, pela necessidade de serem corrigidos erros ou de serem feitos reajustamentos.



O Eng. Carmona Rodrigues, durante a sua intervenção

Relativamente ao tema central do JANTAR, o Ministro referiu que o Sector tem provas dadas no mercado nacional e por isso está apto a concorrer em mercados externos. Como mercados mais apetecíveis indicou os países africanos, não só os de expressão portuguesa mas também os da África Setentrional (Marrocos, Tunísia, etc.) e os países da Europa de Leste. Afirmou estar disposto a trabalhar em equipa com as empresas, prestando o apoio necessário ao seu reforço e internacionalização, contribuindo assim para a sua afirmação nos mercados externos.

CONFERÊNCIA E JANTAR-DEBATE DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES

No mês em que a APPC completou 30 anos de existência foi realizada, em 31 de Janeiro de 2005, no Teatro Tivoli, uma Conferência-Debate subordinada ao tema "O Sector de Consultoria e Projecto como Factor de Desenvolvimento", seguida de um Jantar comemorativo do aniversário, no Hotel Tivoli.

Nos últimos anos, a APPC tem habitualmente realizado Jantares-Debate anuais, alguns dos quais precedidos de Conferências, para os quais são convidados a participar, como Convidados de Honra, titulares de cargos políticos de relevo para o Sector de Consultoria e Projecto. Era isto que estava inicialmente previsto acontecer em Janeiro de 2005. Contudo, a inesperada dissolução da Assembleia da República em Novembro de 2004 e a convocação de eleições para o mês de Fevereiro de 2005, vieram alterar por completo os planos iniciais.

Perante este quadro, o Eng. Silveira Ramos propôs aos restantes membros da Direcção a concretização de uma ideia que desde há vários anos acalentava e que desde sempre suscitou alguns receios por parte dos mesmos: a realização de uma Conferência que tivesse por objectivo discutir as propostas eleitorais dos partidos com assento parlamentar no que diz respeito ao Sector de Consultoria e Projecto e que contasse com a presença de representantes desses partidos. Esta ideia foi implementada com êxito, tendo comparecido representantes de todos os partidos.

CONFERÊNCIA-DEBATE - "O SECTOR DE CONSULTORIA E PROJECTO COMO FACTOR DE DESENVOLVIMENTO"

Para garantir a presença de um número significativo de participantes, e assim coroar de êxito esta iniciativa, o Presidente da Direcção decidiu que a entrada fosse livre. Por esta razão não foi possível quantificar com exactidão quantas pessoas compareceram, mas estima-se que tenham estado presentes cerca de 300.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Conferência-Debate com os representantes dos partidos com assento parlamentar

O Debate foi moderado pelo Dr. Paulo Ferreira, Director-Adjunto do Jornal de Negócios, em conjunto com o Presidente da APPC, Eng. F. Silveira Ramos. Os oradores convidados foram os seguintes:

- Representantes dos partidos:
 - PSD: Dr. Duarte Pacheco
 - PS: Dr. Joel Hasse Ferreira
 - PP: Arq.: Formosinho Sanches
 - PCP: Eng. Fernando Sequeira
 - BE: Arq^a Leonor Cintra Gomes
- Arq^a Helena Roseta, Presidente da Ordem dos Arquitectos
- Eng. Fernando Santo, Bastonário da Ordem dos Engenheiros
- Dr. Helder de Oliveira, Director da Ordem dos Economistas
- Dr. André Magrinho, membro da Direcção da AIP
- Eng. Artur Ravara, Ex-Presidente da APPC
- Dr. Ricardo Oliveira, Administrador da COBA
- Arq. Gastão Cunha Ferreira, Director da APPC

O Debate dividiu-se em duas partes, as quais foram subordinadas aos seguintes temas:

1ª PARTE:

"Enquadramento Legal, Concorrência e Qualidade"

2ª PARTE:

"Oportunidades e Condicionantes nos Mercados Externos"

Dada a relevância, transversalidade e interligação entre os assuntos abordados nas duas partes, verificou-se que na 2ª parte os oradores continuaram a fazer alusão a alguns dos temas abordados na 1ª parte. De facto, e como mais à frente se concluirá, a internacionalização das empresas depende, em grande medida, da sua afirmação no mercado nacional.

Durante a apresentação dos oradores convidados, o Presidente da Direcção realçou, a propósito da presença do representante da AIP, que foi na sede desta Associação que se lançaram as bases para a constituição da APPC.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Arqª Leonor Cintra Gomes, representante do Bloco de Esquerda e Dr. André Magrinho, membro da Direcção da AIP

1ª PARTE

ENQUADRAMENTO LEGAL ANTIGO E DESAJUSTADO

Tanto os representantes partidários como os representantes das Ordens profissionais concordaram que alguns dos diplomas mais importantes para o Sector, como é o caso da Portaria de 7 de Fevereiro de 1972 que aprovou as "Instruções para o Cálculo dos Honorários referentes aos Projectos de Obras Públicas" e do Decreto n.º 73/73, são antigos e estão desajustados à realidade. Além disso, muitos dos diplomas que foram publicados depois de 1974 são confusos e denotam uma crónica falta de sistematização de conceitos e de procedimentos. O Bastonário da Ordem dos Engenheiros chegou mesmo a reconhecer que o enquadramento legal durante o Estado Novo era coerente e que desde então não foi feita uma actualização da legislação que contribuísse para uma efectiva clarificação das condições de exercício da actividade.

O Eng. Artur Ravara concluiu que o enquadramento legal deve por conseguinte mudar, salientando que, no que diz respeito ao Decreto 73/73, não há uma diferenciação entre empresas e profissionais que exercem a actividade a título individual, o que impossibilita a existência de um regime de responsabilidade empresarial.

Outro factor referido que pode contribuir para uma menor adequação do enquadramento legal às realidades do Sector é o impacto que as Directivas comunitárias têm na produção de legislação nacional. A Presidente da Ordem dos Arquitectos alertou os presentes para o facto da Directiva Comunitária sobre serviços apontar no sentido da abolição das tabelas de honorários, o que poderá conduzir a um indesejável aviltamento do factor preço.

Outro exemplo que também reflecte um certo desfasamento entre o que se passa a nível nacional e o que se passa a nível comunitário é o da diminuição do grau de exigência no acesso aos cursos superiores que a Convenção de Bolonha determina. A nível nacional, as Ordens Profissionais têm-se batido por uma elevação dos graus de exigência nos cursos, para assim evitar que continuem a entrar no mercado de tra-

balho um número excessivo de licenciados que não tiveram uma formação académica adequada às necessidades das empresas.

A propósito dos honorários, o Dr. Ricardo Oliveira afirmou que a tendência que se verifica no mercado vai no sentido do esmagamento dos preços e que não tem esperança que venha a ser publicada a Proposta de Decreto-Lei sobre as "Instruções para Projectos de Obras Públicas" (que inclui as tabelas de honorários), elaborada pela Ordem dos Engenheiros e pela APPC.

Os representantes dos dois principais partidos afirmaram que das suas propostas eleitorais fazia parte a revisão de alguns dos diplomas de enquadramento do Sector, tendo o representante do PSD revelado que o Governo (constituído pelo PSD e pelo PP) já tinha preparado o novo Código de Contratação Pública e o do PS informou que se fosse Governo a revisão do Decreto 73/73 iria avançar.

QUALIDADE DA PROCURA E DA OFERTA



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Eng. Fernando Sequeira, representante do PCP e Dr. Ricardo Oliveira, Administrador da COBA

É hoje comumente aceite que a qualidade da Oferta neste Sector está directamente relacionada com a qualidade da própria Procura. Contudo, o que tem acontecido é que a Procura tem vindo a tornar-se cada vez menos qualificada, em particular a Procura Pública. Conforme referiu o Dr. Ricardo Oliveira, quando começaram a surgir as primeiras empresas de Consultoria, nos anos 60, o Estado sabia contratar e era exigente. Com o passar dos anos começou a haver um menor rigor na selecção dos consultores e a ser cada vez mais valorizado o factor preço. Esta situação assumiu uma particular gravidade nas empresas estatais.

O Presidente da COBA chamou mesmo a atenção dos participantes para uma situação algo perversa que tem estado a acontecer nas instâncias governamentais: estas, por vezes, recorrem a consultores externos para o processo de contratação, os quais, por serem concorrentes das empresas do Sector, não fazem um trabalho isento e acabam por lesar os interesses do próprio Estado.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Dr. Duarte Pacheco, representante do PSD, Arq^a Helena Roseta, Presidente da Ordem dos Arquitectos e Eng. Artur Ravara, Ex-Presidente da APPC

Em face desta situação, o Eng. Artur Ravara concluiu que a Procura Pública deve ser mais responsável e transparente e que o júri que aprecia as propostas deve fazer uma avaliação independente do factor preço. Referiu também que a APPC tem tentado convencer o poder político a privilegiar a qualidade, tendo já apresentado uma Proposta de Portaria em que se estabelece que o factor preço não deve influenciar a apreciação da qualidade dos projectos.

O representante do PS, Dr. Joel Hasse Ferreira, afirmou que por vezes há de facto impedimentos legais que não possibilitam o primado da qualidade.

Ainda sobre este assunto, a Arq^a Helena Roseta considerou que, no caso da arquitectura, tem havido uma evolução favorável na medida em que cada vez mais se exige uma discussão do impacto público de cada projecto, dando como exemplo o projecto das torres do Arquitecto Siza Vieira, em Alcântara, que foi recusado logo no debate prévio.

CONCORRÊNCIA DESLEAL

Questionado sobre este assunto, e particularmente sobre a concorrência exercida pelas Universidades, o Arq. Gastão Cunha Ferreira referiu que estas têm um papel reconhecido e fundamental e que só questiona a sua actuação quando concorrem directamente com as empresas, ao mesmo nível destas e beneficiando de condições privilegiadas. Na sua opinião, empresas e Universidades devem desempenhar os seus papéis, sendo desejável que haja colaboração entre ambos.

O Presidente da APPC sentiu necessidade de chamar a atenção dos participantes para a gravidade que atribui a este problema, afirmando que ele é mais nefasto para o Sector do que habitualmente se pensa. Nas suas palavras, é retirado trabalho às empresas em áreas que exigem um grande avanço tecnológico, o que as impede de apostar nessas mesmas áreas.

Criticou o recurso da Administração Pública a protocolos e a acordos para, de forma encapotada, contratarem a Universidades, Centros de Investigação e Associações ambientalistas serviços que poderiam e deveriam ser executados por empresas.

Também defendeu a complementaridade entre estas e o meio académico.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Eng. Fernando Santo, Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Dr. Joel Hasse Ferreira, representante do PS e Arq. Gastão Cunha Ferreira, Director da APPC

O Dr. Ricardo Oliveira afirmou que a sua empresa tem Protocolos com vários estabelecimentos de ensino superior e ressaltou que a concorrência desleal exercida pelas Universidades se deve, em grande medida, ao seu deficiente financiamento.

OUTROS TEMAS ABORDADOS PELOS ORADORES

Para além dos assuntos que faziam parte do programa do debate, foram também abordados pelos oradores outros assuntos afins. Assim, alguns deles referiram a importância do Sector para a economia nacional, como foi o caso do Eng. Fernando Sequeira, que começou a sua intervenção fazendo esta observação e dizendo que o Sector por vezes é subestimado.

Apesar disso, disse o representante do PCP, o Sector pode dar um contributo valioso para a competitividade do País e as suas empresas

constituem um núcleo de saber fazer e funcionam como escolas de profissionais. Considerou negativo o retorno à prática da actividade por um número crescente de profissionais liberais.

O representante do PSD também realçou a importância do Sector e o Eng. Artur Ravara qualificou-o como um Sector de serviços de conhecimento avançado, cujas empresas precisam de apostar continuamente na qualificação e actualização dos seus profissionais, de investir em tecnologias de informação e de recorrer ao sistema de ciência (Universidades, Laboratórios e Centros Tecnológicos).

2ª PARTE

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

O representante da Ordem dos Economistas, Dr. Helder de Oliveira, afirmou logo no início da sua intervenção um dos princípios basilares que a APPC defende intransigentemente, desde sempre: "a internacionalização das empresas começa pela sua afirmação no mercado interno", como viria a referir mais à frente o Presidente da APPC que corroborou este ponto de vista, dizendo que o mercado interno condiciona a internacionalização das empresas e que estas começam por se formar e ganhar dimensão no mercado nacional.

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros concordou com este ponto de vista, tendo sublinhado que "a exportação tem que ser escorada no mercado interno". O Dr. Helder de Oliveira apontou como um dos principais entraves à internacionalização a falta de cooperação entre as empresas. Informou os presentes que tinha efectuado, em 1992, um estudo cujas conclusões se mantêm actuais no que diz respeito ao diagnóstico que fez sobre as principais debilidades das empresas nacionais em geral, e não apenas as deste Sector, as quais são, resumidamente, as seguintes:

- baixa percentagem de valor acrescentado dos produtos
- falta de dimensão

- ausência de imagem associada a produtos de qualidade
- posição passiva das empresas no domínio do marketing, da comercialização e do investimento
- oferta limitada de produtos com qualidade

O representante da Ordem dos Economistas afirmou, contudo, que os entraves não se limitam às empresas. Ao nível do Estado verifica-se que hoje não existe um instrumento de apoio que ajude as empresas a operar no mercado internacional e apontou a APAD como um exemplo de um instrumento que no passado funcionou bem, mas que entretanto foi substituído.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Arq. Formosinho Sanches, representante do PP e Dr. Helder de Oliveira, Director da Ordem dos Economistas

A Arq^a Helena Roseta considerou que o que é determinante para a internacionalização é a capacidade de organização e de inovação e a prevalência de uma atitude pro-activa (vontade de "irmos à luta"). Na sua opinião, falta ao país organização e uma estratégia.

O Bastonário da Ordem dos Engenheiros também concordou que não existe uma estratégia nacional e que nos falta marketing. Deu o exemplo da falta de apoio à actualização de regulamentação técnica de Angola e Moçambique, países onde a matriz técnica portuguesa persiste.

O representante do PSD, Dr. Duarte Pacheco, identificou precisamente os PALOPs e também o Leste Europeu como oportunidades de internacionalização para as empresas portuguesas. O Arq. Formosinho Sanches, do PP, considerou que a cooperação com os países lusófonos é por essa razão importantíssima.

Como anteriormente se referiu, durante esta segunda parte do debate voltaram a ser referidos os problemas que caracterizam o mercado interno, com particular incidência para a questão do enquadramento legal. Foi por isso sugerido que para impulsionar a internacionalização é necessário melhorar o funcionamento da Administração Pública, qualificar a procura (para assim qualificar também a oferta), combater a promiscuidade na acumulação de funções (foi dado o exemplo dos quadros da Administração Pública que exercem a actividade de consultoria externamente) e aumentar a transparência na selecção dos consultores.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Eng. Silveira Ramos, Presidente da APPC e Dr. Paulo Ferreira, Director-Adjunto o Jornal de Negócios (moderador do debate)

Já quase no final do debate o representante do PS, Dr. Joel Hasse Ferreira, retorquiu que a desejável mudança do enquadramento legal, muitas vezes apontada como a solução para muitos dos males do Sector, deve ser acompanhada de uma mudança das mentalidades.

No final do debate o Presidente da APPC agradeceu a presença dos participantes e afirmou que era sua vontade que o diálogo com as forças políticas se mantivesse no futuro.

JANTAR

Como aconteceu em Jantares anteriores, este Jantar contou com a presença dos Presidentes ou representantes de diversos organismos da Administração Pública e de algumas empresas contratantes.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005.

Jantar Comemorativo dos 30 Anos.

Aspecto geral das mesas.

Os convidados de honra foram o Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, Eng. Jorge Costa, que fez no final uma pequena intervenção, e a Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Dra. Graça Proença de Carvalho.



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Jantar Comemorativo dos 30 Anos. Mesa da Presidência: Eng. Fernando Sequeira, representante do PCP; Dr. Joel Hasse Ferreira, representante do PS; Dra. Graça Proença de Carvalho, Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Serviços; Eng. Silveira Ramos, Presidente da APPC; Eng. Jorge Costa, Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas; Eng. Fernando Santo, Bastonário da Ordem dos Engenheiros; Dr. Ricardo Oliveira, Administrador da COBA e Dr. André Magrinho, membro da Direcção da AIP

Este Jantar teve como momento alto a entrega dos Diplomas de Sócio às empresas inscritas na APPC há 30 anos, ou seja, aos sócios fundadores:

- COBA
- CONCEPTO
- CONSULMAR
- ELECTROCONSUL

- GAPRES
- GEFEL
- HIDROPROJECTO
- HIDROTÉCNICA
- MAROBAL
- MC Arquitectos
- PROFABRIL
- TECHNIP Portugal



Encerramento das Comemorações dos 30 Anos da APPC, em 2005. Jantar Comemorativo dos 30 Anos. Mesa da Presidência - outro ângulo, com o Dr. André Magrinho, membro da Direcção da AIP e dois ex-Presidentes da APPC, Dr. Carlos Borges de Araújo e Eng. Araújo Coutinho

PRESIDENTES DA APPC



Eng. José de Araújo Coutinho (HIDROTÉCNICA)

1975-1988



Dr. Carlos Borges de Araújo (CETEL)

1988-1989



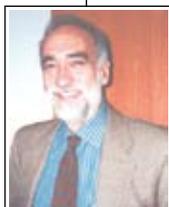
Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues (COBA)

1990-1992



Eng. Artur Pinto Ravara (GAPRES)

1993-1997



Eng. Fernando Silveira Ramos (CONSULMAR)

1998-

ANEXOS

ANEXO 1

PRIMEIROS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS

MEMBROS DA 81.ª SECÇÃO - "CONSULTORES TÉCNICOS E PROJECTISTAS" DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA (Nome e forma de sociedade à data da constituição)

- 01 - HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda., 08-05-1957
- 02 - CETEL - Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda., 29-12-1961
- 03 - COBA - Consultores de Barragens e Aproveitamentos Hidráulicos, Lda., 28-06-1962
- 04 - GEFEL - Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, Lda., 07-03-1963
- 05 - PROFABRIL - Centro de Projectos Industriais, SARL, 13-11-1963
- 06 - LUSOTECNA - Consultores Técnicos Industriais, Lda., 15-01-1965
- 07 - HIDROPROJECTO - Consultores de Hidráulica e Salubridade, Lda., 20-12-1966
- 08 - LINGARD & LOWE, Lda., 14-07-1967
- 09 - OC - Organização de Consultores para Empreendimentos Técnicos e Económicos, SARL, 11-06-1968
- 10 - CONSULMAR - Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias, Lda., 23-01-1970
- 11 - M. CAMACHO SIMÕES - Estudos de Instalações Gerais e Industriais, SARL, 31-12-1971
- 12 - Eng. LUÍS AROUCA, profissão liberal
- 13 - ALGORÍTMO - Consultores e Revisores, Lda.,
- 14 - D M.C. - Projectistas e Construtores de Máquinas, Lda.,
- 15 - ESFERA - Participações Financeiras. Lda.,
- 16 - J. F. de Azevedo e Silva & C.ª Lda.,
- 17 - SEBASTIÃO BELTRÃO - Comércio e Técnica de Máquinas, Lda.,
- 18 - SIMOPRE - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Prediais, SARL.

MEMBROS DO CTPI - CONSÓRCIO TÉCNICO PARA PROJECTOS INTERNACIONAIS

- 01 - CETEL - Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda.
- 02 - COBA - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL.
- 03 - CONSULMAR - Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias, Lda.
- 04 - EDP - Electricidade de Portugal, E.P.
- 05 - ELECTROCONSUL - Consultores de Electricidade e Mecânica, SARL.
- 06 - GPA - Gabinete de Planeamento e Arquitectura, Lda.
- 07 - HIDROPROJECTO Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL.
- 08 - LUSOTECNA - Consultores Técnicos Industriais, SARL
- 09 - NORMA - Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas, SARL
- 10 - PROFABRIL - Centro de Projectos, SARL.

A N E X O 2

I CONGRESSO NACIONAL DE PROJECTISTAS E CONSULTORES (FIL - Segunda-feira, 7, a Quinta-feira, 10 de Maio de 1973)

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Prof. Eng. A. de Campos e Matos (Presidente)
- Eng. José Myre Dores (Secretário Geral)
- Dr. Luís Palma Féria (Representante do INII)
- Dr. Pedro de Vasconcelos (Representante da AIP)
- Dr. Carlos Borges de Araújo
- Arq. Carlos Manuel Ramos
- Arq. Maurício de Vasconcelos
- Dr. Nuno Monteiro
- Eng. Viriato Morgado

TEMAS DO CONGRESSO

TEMA 1: "Situação actual da actividade de projectista e consultor"

Presidente: Dr. João Salgueiro, Presidente da JNICT.

Relator: Eng. José de Araújo Coutinho, da HIDROTÉCNICA PORTUGUESA.

Secretários: Arq.ª Helena Roseta, do SNA / Eng. Bruno Soares, da PROFABRIL.

TEMA 2: "A qualificação e a comparação da idoneidade. Os sistemas de concurso e os critérios de adjudicação."

Presidente: Eng. Rogério Martins, Vice-Governador do BNF.

Relator: Eng. Amadeu Pires, do INII.

Secretários: Eng. José Arandes, da ELECTROCONSUL / Arq.º Melo, do GPA.

TEMA 3: "Responsabilidades dos Projectistas e Consultores e o seu Seguro"

Presidente: Arq. Conceição e Silva, do Atelier Conceição e Silva.

Relator: Arq. Diogo Pimentel, profissão liberal.

Secretários: Eng. Silveira Ramos, da CONSULMAR /Dr. António Araújo, da LUSOTECNA

TEMA 4: "Relações com as entidades do Sector Público e Privado. O problema dos honorários"

Presidente: Eng. Correia Gago, Director-Geral do STPC.

Relator: Arq. Nuno Portas, profissão liberal.

Secretários: Eng. Quadros Martins, da DGAE / ATE Joaquim Mendonça, profissão liberal.

TEMA 5: "Terminologia. Tratamento da Informação. Recrutamento e Formação"

Presidente: ATE. Lopes Peixoto, Director do Centro de Ensino dos TLP.

Relator: Eng. Cansado de Carvalho, Director do CDTE, Ministério do Ultramar.

Secretários: Eng.^a Ana Maria Fernandes, do INII / Eng.^a Isabel Reis, do LNEC.

TEMA 6: "Importação e Exportação de Serviços"

Presidente: Eng. Laginha Serafim, da COBA.

Relator: Eng. Armando Lencastre, da HIDROPROJECTO.

Secretários: Eng. Mendes Espada, do STPC / Dr. Matos e Silva, profissão liberal.

TEMA 7: "Organização do Sector"

Presidente: Eng. Alves da Silva, da PROFABRIL.

Relator: Dr. Mário Baptista, Consultor.

Secretários: Eng. Rodrigues de Almeida, do LNEC / Arq.^o Vassalo Rosa, do FFH.

AUTORES DAS COMUNICAÇÕES

- ALMEIDA, José Carlos Moitinho, Juiz de Direito.
- ARANDES, José, Engenheiro.
- AROUCA, Luís, Engenheiro.
- BAPTISTA, Mário, Economista.
- BELO, A. Esteves, Economista.
- BENTO, Olívio de Sousa, Engenheiro.
- BORRALHO, Joaquim António Cardoso.
- COUTINHO, José de Araújo, Engenheiro.
- FARIA, José Miguel Pinto de, Engenheiro.

- FARIA, Luciano, Engenheiro.
- FÉRIA, Luís Palma, Economista.
- FERREIRA, José Manuel de Amorim, Engenheiro.
- FIGUEIRA, J. M. Gonçalves, Engenheiro.
- GRANATE, Carlos M. , Engenheiro.
- INGECO-COMBERT Portuguesa, Lda.
- JARDIM, A., Engenheiro.
- LEITÃO, José Lopes, Engenheiro.
- LENCASTRE, Armando, Engenheiro.
- LUCAS, Ana Ribeiro.
- MARTINS, Rui Santos.
- MATOS, Luís Diamantino de.
- MENDONÇA, Joaquim, Agente Técnico de Engenharia.
- MIGUEL, Tibúrcio P. J.
- MOREIRA, Maria Fernanda.
- NOBRE, J. Eugénio, Engenheiro.
- PEDRO, G. Engenheiro
- PEREIRA, João Martins, Engenheiro.
- PIMENTEL, Diogo, Arquitecto
- PIRES, Amadeu., Engenheiro.
- POITIER, N. R. Óscar.
- PORTAS, Nuno, Arquitecto.
- REIS, Isabel Maria, Engenheira.
- RODRIGUES, J. Caldeira, Engenheiro.
- SALEMA, Joaquim, Engenheiro.
- SILVA, F. M. Alves da, Engenheiro.
- SIMÕES, M. Camacho, Engenheiro.
- VALE, Henrique J. D. Pereira do, Engenheiro.
- VALENTE, José Pulido, Arquitecto.
- VASCONCELOS, António Manuel da Cunha e Sá de, Engenheiro.
- VIDEIRA, F. Marques, Engenheiro.
- VISEU, Joaquim C. Santos, Engenheiro.

ANEXO 3

COMISSÕES PÓS-CONGRESSO

COMISSÃO EXECUTIVA (11-05-1973 a 26-07-1973)

- Prof. Eng. A. de Campos e Matos
- Eng. José Myre Dores
- Dr. Luís Palma Féria

COMISSÃO PERMANENTE (26-07-1973 a 05-03-1974)

- Representante da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT)
- Representante do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)
- Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Representante do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho (STPC)
- Representante da Ordem dos Engenheiros
- Representante do Sindicato dos Arquitectos
- Representante do Sindicato dos Comercialistas
- Representante do Sindicato de Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores
- Representante do Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho
- Representante da Secção de Consultores da Associação Industrial Portuguesa
- Eng. Armando Lencastre
- Eng. Amorim Ferreira
- Eng. Alves da Silva
- Eng. J. Araújo Coutinho
- Prof. Eng. A. de Campos e Matos
- Eng. Camacho Simões
- Arq. J. Loureiro
- Arq. Conceição e Silva
- Arq. Nuno Portas
- Designer Daciano Costa
- Dr. Mário Baptista
- Dr. Esteves Belo
- Eng. Afonso Lopes

COMISSÃO EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE (26-07-1973 a 05-03-1974)

- Joaquim Caldeira Rodrigues, Engenheiro, representante da Secção de Consultores Técnicos e Projectistas da Associação Industrial Portuguesa.
- José de Araújo Coutinho, Engenheiro.
- Luís Nandin de Carvalho, licenciado em Direito e em Ciência Político-Económicas, representante da Junta Nacional de Investigação Científica.
- Mário Baptista, Economista.
- Nuno Portas, Arquitecto, representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

COMISSÃO INSTALADORA DA APPC (05-03-1974 a 07-03-1975)

- Carlos Manuel Ramos, Arquitecto.
- José de Araújo Coutinho, Engenheiro.
- José Myre Soares, Engenheiro.
- Luís Nandin de Carvalho, licenciado em Direito.
- Mário Baptista, Economista.

NOTAS:

Art.º 19.º dos Estatutos: "É autorizada a Comissão Instaladora, constituída pelos Senhores Eng. José de Araújo Coutinho, Arq. Carlos Manuel Ramos e Dr. Mário Martins Baptista, com sede provisória no Atelier 10 - B, Largo de Santos, Lisboa, a requer os necessários actos para a obtenção do reconhecimento legal da Associação, incluindo a outorga de actos notarias, bem como a realização dos demais actos de gestão necessários àqueles fins".

A Comissão Instaladora agregou, desde o início da sua actividade, o Dr. Nandin de Carvalho e, desde 17-05-1974, o Eng. Myre Soares, que actuaram sempre como membros da Comissão Instaladora.

A agregação do Dr. Nandin de Carvalho resultou da necessidade, que os membros da Comissão Instaladora sentiam, de adequado apoio jurídico.

A agregação do Eng. Myre Soares resultou de uma recomendação aprovada na reunião geral de 17 05 1975: "que a Comissão Instaladora passasse a integrar, como seu membro, o Eng. José Myre Soares". Recomendação esta aceite sem hesitações pela Comissão Instaladora, que bem conhecia o trabalho que o Eng. Myre Soares tinha desenvolvido como Secretário Geral da Comissão Organizadora do Congresso.

O Dr. Nandin de Carvalho esteve impossibilitado de prestar a sua colaboração entre Agosto/74 a Janeiro/75.

ANEXO 4

CORPOS SOCIAIS DA APPC

(Entre parêntesis, os nomes das pessoas que representavam as entidades eleitas)

BIÉNIO 1975/76 (Assembleia Geral de 07-03-1975)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Olívio Sousa Bento, tendo como suplente o Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Pedro da Cunha Serra / Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco)

CONSELHO FISCAL

- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Rodrigo Moctezuma) - Presidente
- INFORGESTA, Sociedade de Estudos de Investimentos e Gestão de Empresas, SARL (Dr. Joaquim da Silva)
- NORMA, Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento de Empresas, SARL

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho)
- CETAME, Centro de Estudos e Assistência em Marketing e Economia Mário Baptista, Lda. (Dr. Mário Baptista)
- GABINETE CARLOS RAMOS (Arq. Carlos Ramos)
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. José Miguel Pinto de Faria / Eng. J. Eugénio Nobre)

NOTAS:

O Dr. Mário Baptista suspendeu o mandato, quando foi chamado para o VI Governo Provisório. A NORMA não chegou a exercer as suas funções.

A Direcção teve o apoio permanente da LUSOTECNA, GEFEL e INFORGESTA, nas pessoas do Eng. Olívio Bento, Arq. Raul Branco e Dr. Joaquim da Silva, que actuaram sempre como membros efectivos da Direcção. A Direcção, actuando em colégio, não sentiu necessidade de eleger um Presidente. Razões de imagem externa levaram a que em 1983 fosse eleito Presidente o Eng. José de Araújo Coutinho, cargo que exerceu até Fevereiro de 1988.

BIÉNIO 1977/78 (Assembleia Geral de 25-03-1977)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Olívio Sousa Bento ou Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- INGECO-COMBERT PORTUGUESA, Lda. (Eng. Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Rodrigo Moctezuma) - Presidente
- INFORGESTA, Sociedade de Estudos de Investimentos e Gestão de Empresas, SARL (Dr. Joaquim da Silva)

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho)
- GABINETE CARLOS RAMOS (Arq. Carlos Ramos)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco)
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. J. Eugénio Nobre)

NOTAS:

Provisoriamente com sede oficial no Largo de Santos, 10-B, atelier, (Gabinete Carlos Ramos), a APPC continuou a utilizar graciosamente, nos primeiros anos, as instalações da AIP.

Em 1977 e até Setembro de 1978 passou a utilizar, também graciosamente, as instalações cedidas pela GEFEL. Por decisão aprovada na Assembleia Geral de 17 03 1978, a sede da APPC foi transferida para a Rua Actor Taborda, n.º 27 - 1º, Sala APPC, alugando, a partir de Setembro de 1978, esta sala à GEFEL.

Durante 1977 e 1978, a Direcção da APPC teve o apoio da GEFEL, que realizou todo o trabalho de secretariado, da HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, que fez a impressão de documentos, e da INFORGESTA, que prestou os serviços de contabilidade da APPC, uma e outras a título gratuito.

BIÉNIO 1979/80 (Assembleia Geral de 30-03-1979)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Olívio Sousa Bento ou Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- INGECO-GOMBERT PORTUGUESA, Lda. (Eng. Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Rodrigo Moctezuma /Dr. Carlos Magro Borges de Araújo) - Presidente
- INFORGESTA, Sociedade de Estudos de Investimentos e Gestão de Empresas, SARL (Dr. Joaquim da Silva) até à extinção da empresa
- CONCEPTO, Lda, (Eng. Mário Rodrigues), a partir de 30-03-1980

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco).
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. J. Eugénio Nobre / Eng. Carlos Correia Lacerda)

NOTAS:

Com vista à estruturação interna da APPC, a Direcção estudou e estabeleceu normas de organização do Secretariado, nomeadamente no que se refere às reuniões da Direcção, ao inventário permanente da situação dos Sócios, aos mapas de assuntos pendentes e aos ficheiros de relações públicas. Para além dos aspectos inerentes à movimentação e arquivo da correspondência, especial atenção foi dada ao lançamento das bases do Centro de Documentação da APPC.

No âmbito da estruturação interna, o lugar de Secretária da Direcção foi preenchido pela Dra. Manuela Lourenço.

Na Assembleia Geral de 31-03-1980, a CONCEPTO, Lda, foi eleita para preencher no Conselho Fiscal a vaga aberta pela extinção da INFORGESTA.

BIÉNIO 1981/82 (Assembleia Geral de 27-03-1981)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Olívio Sousa Bento ou Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- INGECO-GOMBERT PORTUGUESA, Lda. (Eng. Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

- CONCEPTO, Lda, (Eng. Mário Rodrigues) - Presidente
- CONSULPLANO, Estudos, Projectos e Planeamento, Lda. (Eng. Ilídio de Ayala Seródio)
- E. G. F. - Empresa Geral de Fomento

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho)
- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Carlos Magro Borges de Araújo)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco).
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. Carlos Correia Lacerda)

NOTAS:

A Direcção foi reforçada pela entrada do Dr. C. Borges de Araújo (CETEL), sendo reeleitos os restantes membros.

Para o Conselho Fiscal, dada a saída da CETEL e a necessidade de completar o número estatutário de três membros, foram eleitos a CONSULPLANO e a E.G.F., renovando-se o mandato da CONCEPTO.

Na Assembleia Geral de 26-03-1982, foi aprovada a mudança da sede da APPC para a Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 126, sétimo andar, em Lisboa.

BIÉNIO 1983/84 (Assembleia Geral de 15-04-1983)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Olívio Sousa Bento ou Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- MAROBAL, Lda. (Eng. Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

- CONCEPTO, Lda, (Eng. Mário Rodrigues) - Presidente
- CONSULMAR, Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Vasco Costa)
- CONSULPLANO, Estudos, Projectos e Planeamento, Lda. (Eng. Ilídio de Ayala Seródio)

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho) - Presidente
- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Carlos Magro Borges de Araújo)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco).
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. João Delgado Muralha / Eng. Luíz de Herédia)

NOTAS:

Na Assembleia Geral de 15-04-1983, o representante da INGECO-COMBERT PORTUGUESA (Eng. Fernando Pessoa) informou, antes da eleição dos novos Corpos Sociais, que a sua empresa, embora continuasse a existir, tinha actividade nula, pelo que propunha a sua substituição na Mesa da Assembleia Geral pela MAROBAL, Lda., que também representava.

Por sua vez, foi proposto que a CONSULMAR substituísse a E.G.F., no Conselho Fiscal. Com estas alterações, todos os restantes membros dos Corpos Gerentes foram reeleitos para o biénio 1983/84.

Por decisão da Direcção, motivada por razões de relações públicas, os seus membros passaram a ter funções identificadas, com cada membro a ter o seu pelouro, embora o funcionamento da Direcção continuasse colegial, como nos mandatos anteriores:

- Presidente: Eng. José de Araújo Coutinho
- Secretário Geral: Arq. Raul Bragança de Araújo Branco
- Vogal "Engenharia de Processo": Eng. João Delgado Muralha
- Vogal "Infraestruturas e Edificações": Eng. Alberto Garrido Baptista
- Vogal "Organização e Gestão": Dr. Carlos Magro Borges de Araújo

BIÉNIO 1985/86 (Assembleia Geral de 10-05-1985)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Jorge Paulino Pereira)
- MAROBAL, Lda. (Eng. Fernando Pessoa)

CONSELHO FISCAL

- CONCEPTO, Lda. (Eng. Mário Rodrigues) - Presidente
- CONSULMAR, Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Vasco Costa / Eng. Fernando Silveira Ramos)
- CONSULPLANO, Estudos, Projectos e Planeamento, Lda. (Eng. Ilídio de Ayala Seródio)

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho) - Presidente
- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Carlos Borges de Araújo)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SARL (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco)
- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. Luíz de Herédia)

NOTAS:

Na Assembleia Geral de 10-05-1985, a Direcção da APPC, pela voz de um dos seus membros, secundada pela do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, lembrou, na ausência de lista alternativa, a conveniência de uma maior rotatividade nos Corpos Sociais, nomeadamente dos membros da Direcção, pois dez anos passados com uma actividade intensa, era "altura de começar a pensar em gente mais jovem na Direcção".

No entanto, a Assembleia, considerando que "esta Direcção forma uma equipa bastante coerente no trabalho que tem desenvolvido", no dizer de um dos presentes, acabou por reeleger todos os Corpos Sociais, para mais um mandato.

BIÉNIO 1987/88 (Assembleia Geral de 27-03-1987)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL (Eng. Viriato Luís Ferreira Morgado) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- HIDURBE, Consultores de Hidráulica Lda.

CONSELHO FISCAL

- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SARL (Eng. Alberto Garrido Baptista) - Presidente
- CONSULMAR, Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos)
- CONSULPLANO, Estudos, Projectos e Planeamento, Lda. (Eng. Ilídio de Ayala Seródio)

DIRECÇÃO

- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. José de Araújo Coutinho) - Presidente
- CETEL, Centro de Estudos Técnico-Económicos, Lda. (Dr. Carlos Magro Borges de Araújo)
- EUROPROJECTO, Sociedade Técnica de Estudos e Projectos, Lda. (Arq. Raul Bragança de Araújo Branco) - Secretário Geral
- FASE, Estudos e Projectos, Lda (Eng. Noel Casimiro Botelho Vieira)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SARL (Eng. Luíz de Herédia e, a partir de Julho/87, Eng. José Trindade de Sá)

NOTAS:

Na Assembleia Geral de 27-03-1987, a Direcção da APPC, contra o que fora habitual nos anos anteriores, apresentou uma lista para os Corpos Sociais do biénio 1987/88: por um lado, tendo a GEFEL deixado a Direcção, havia todo o interesse em manter na futura equipa directiva o Arq. Raul Branco, pelo extraordinário papel que desempenhava no funcionamento da Associação, propondo-se, assim, substituir a GEFEL, pela EUROPROJECTO, pequeno gabinete de projectos de que o Arq. Raul Branco era gerente; por outro, nas iniciativas realizadas com vista a dinamizar o movimento associativo no Norte, foi sentido o interesse de agregar à Direcção uma empresa nortenha, tendo os Associados da região sugerido, para a efeito, a FASE. Na lista da Direcção cessante, a HIDROPROJECTO, por essa razão, passaria a Presidente do Conselho Fiscal. Em alternativa a esta lista, a PARTEX apresentou outra onde propunha aumentar, de cinco para sete, os membros da Direcção. Após discussão aberta, foi votada favoravelmente a lista proposta pela Direcção.

Em Julho/87, o Eng. Luíz de Herédia foi substituído pelo Eng. José Trindade de Sá. Por razões profissionais, mas também para facilitar o rejuvenescimento da Direcção, em Fevereiro de 1988, o Eng. José de Araújo Coutinho deixou de desempenhar funções na APPC, passando a HIDROTÉCNICA PORTUGUESA a ser representada na Direcção pelo Eng. Pedro Castel Branco.

BIÉNIO 1989/90 (Assembleia Geral de 02-06-1989)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- CONSULMAR, Consultores para Estudos e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos) - Presidente
- FASE, Estudos e Projectos, Lda. (Eng. Noel Casimiro Botelho Vieira)
- PARTEX, Companhia Portuguesa de Serviços, SARL (Eng. Rui Sequeira Lopes)

CONSELHO FISCAL

- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, Lda. (Eng. Alberto Garrido Baptista) - Presidente
- CONSULPLANO, Estudos, Projectos e Planeamento, Lda. (Eng. Ilídio de Ayala Seródio)
- DOSDIN, Sociedade de Estudos e Gestão de Investimentos (Dr. Luis Nandin de Carvalho)

DIRECÇÃO

- CETEL, Centro de Estudos Técnico Económicos, Lda. (Dr. Carlos Borges de Araújo) - Presidente
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SARL (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues)
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. Pedro Castel' Branco)
- HIDURBE, Consultores de Hidráulica, Lda. (Eng. José Manuel Vieira da Costa)
- TECNINVEST, Técnicas e Serviços para o Investimento, SARL (Eng. José A. Martins Reis)

NOTAS:

Na Assembleia Geral de 02-06-1989, o Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues propôs um voto de satisfação pela eleição do Dr. Carlos Borges de Araújo para a Presidência da FEACO - Fédération Européenne des Associations de Conseils en Organisation. Foi destacada a importância desta eleição pela valorização de Portugal numa conjuntura da integração europeia em curso.

Foi salientada a importância dos Sócios colectivos indicarem um representante que passará a ser o elo de ligação entre a APPC e a respectiva empresa.

BIÉNIO 1991/92 (Assembleia Geral de 01-02-1991)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SA (Eng. Alberto Garrido Baptista) - Presidente
- PROMAN, Centro de Estudos e Projectos, SA (Eng. Carlos Garnel)
- CESO CI, Consultores Internacionais (Dr. Rui Miguel Santos)
- FASE, Estudos e Projectos, SA (Eng. Pedro Girão de Oliveira)

CONSELHO FISCAL

- G. TOURNIER, Organização e Apoio às Empresas, SA (Eng. Gerard Tournier) - Presidente
- FBO, Consultores de Engenharia, Lda. (Eng. Manuel Faria de Bastos)
- TECNINVEST, Técnicas e Serviços para o Investimento, SA (Eng. José A. Martins Reis)

DIRECÇÃO

- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SA (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues) - Presidente
- CEGOC-TEA, Centro de Estudos de Gestão e Organização Científica, Lda. (Dr. António Menezes Rocha)
- CONSULMAR, Consultores para Estudos e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos)
- ETECLDA, Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda. (Eng. Manuel Baptista Barros)
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos Projectos, Lda. (Eng. José Beja Neves)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SA (Eng. José Gabriel Trindade de Sá)
- SISMET, Sistemas e Métodos de Organização e Informática, SA (Dr. José António Marques)

NOTAS:

Na Assembleia Geral de 01-02-91, os Sócios foram informados que as Reuniões de Direcção iriam ser um pouco mais espaçadas, possivelmente uma vez por mês, mas que paralelamente vão criar-se órgãos executivos muito fortes: Secção de Organização e Gestão, que já funciona e a Secção de Engenharia que foi recentemente constituída integrando as empresas: LUSOTECNA, FBO, PROFABRIL e PROMAN.

Foi nesta Assembleia Geral que foi decidido que as futuras Direcções da APPC passariam a ser constituídas por sete membros, ou seja mais dois elementos como o que tinha acontecido até esta altura.

BIÉNIO 1993/94 (Assembleia Geral de 26-03-1993)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- COBA, Consultores para Obra, Barragens e Planeamento, SA (Eng. Joaquim Caldeira Rodrigues) - Presidente
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. Fernando Abecasis)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SA (Eng. José Gabriel Trindade de Sá)
- ETECLDA, Escritório Técnico de Engenharia Civil, Lda. (Eng. Manuel Baptista Barros)

CONSELHO FISCAL

- HIDROPROJECTO, Consultores de Hidráulica e Salubridade, SA (Eng. Alberto Garrido Baptista) - Presidente
- CEGOC-TEA, Centro de Estudos de Gestão e Organização Científica, Lda. (Dr. António Menezes Rocha)
- PROMAN, Centro de Estudos e Projectos, SA (Eng. Carlos Garnel)

DIRECÇÃO

- GAPRES, Gabinete de Projectos, Engenharia e Serviços, SA (Eng. Artur Ravara) - Presidente
- CONSULMAR, Consultores para Estudos e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, Lda. (Arq. Caetano Beirão da Veiga)
- IBER, Projectos e Consultoria de Gestão e Organização (Cor. João Sequeira)
- IPERFORMA, Arquitectura e Engenharia, Lda. (Eng. Daniel Quintã)
- PLANEGE, Consultores de Engenharia e Gestão, Lda. (Eng. Jorge Nandin de Carvalho)
- SISMET, Sistemas e Métodos de Organização e Informática, SA (Dr. José António Marques)

BIÉNIO 1995/97 (Assembleia Geral de 28-04-1995)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SA (Dr. Ricardo Oliveira) - Presidente
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. Fernando Pereira)
- CONSULMAR, Consultores para Estudos e Instalações Portuárias, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos)
- IPERFORMA, Arquitectura e Engenharia, Lda. (Eng. Daniel Quintã)

CONSELHO FISCAL

- IBER, Projectos e Consultoria de Gestão e Organização, Lda. (Cor. João Sequeira) - Presidente
- INTERGAUP, Gabinete de Arquitectura, Urbanização e Planeamento, Lda. (Arq. Nuno Vieira da Costa)
- FASE, Estudos e Projectos, SA (Eng. A. Pereira da Costa)

DIRECÇÃO

- GAPRES, Gabinete de Projectos, Engenharia e Serviços, SA (Eng. Artur Pinto Ravara) - Presidente
- CINCLUS, Planeamento e Gestão de Projectos, SA (Eng. Amorim de Sousa)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, Lda. (Arq. Caetano Beirão da Veiga)
- G. TOURNIER, Organização e Apoio às Empresas, SA (Eng. Gerard Tournier)
- PLANEGE, Consultores de Engenharia e Gestão, Lda. (Eng. Jorge Nandin de Carvalho)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SA (Eng. José M. Borges Rayagra)
- SISMET, Sistemas e Métodos de Organização e Informática, SA (Dr. José António Marques)

BIÉNIO 1998/2000 (Assembleia Geral de 03-04-1998)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, SA (Eng. António José de Almeida Rocha) - Presidente
- HIDROTÉCNICA PORTUGUESA, Consultores para Estudos e Projectos, Lda. (Eng. Fernando Pereira)
- FERCONSULT, Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia e de Transportes, SA (Eng. Rocio Mendes)
- CENOR, Consultores, Lda. (Eng. Pedro Tavares)

CONSELHO FISCAL

- SISMET, Sistemas e Métodos de Organização e Informática, SA (Dr. José António Marques) - Presidente
- PROCESL, Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. (Eng. José M. Vieira da Costa)
- AFASSOCIADOS, Consultores de Engenharia, Lda. (Eng. Rui Furtado)

DIRECÇÃO

- CONSULMAR, Projectistas e Consultores, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos) - Presidente
- CESO CI, Consultores Internacionais, SA (Dr. José Pinho)
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SA (Eng. Victor Carneiro)
- FASE, Estudos e Projectos, SA (Eng. José António Rocha Almeida)
- F. ROLIN, Engenharia e Consultoria Industrial, SA (Eng. Fernando Rolin)
- GEFEL, Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, Lda. (Arq. Caetano Beirão da Veiga)
- PROFABRIL, Centro de Projectos, SA (Eng. José M. Borges Rayagra)

BIÉNIO 2001/2003 (Assembleia Geral de 07-03-2001)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- HIDROPROJECTO, Engenharia e Gestão, SA (Eng. António José de Almeida Rocha) - Presidente
- CENOR, Consultores, Lda. (Eng. Pedro Tavares)
- INTERGAUP, Gabinete de Arquitectura, Urbanização e Planeamento, Lda. (Eng. J. Nuno Vieira da Fonseca)
- FERBRITAS, Empreendimentos Industriais e Comerciais, SA (Eng. Luis Filipe Pardal)

CONSELHO FISCAL

- SNEDE, Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico, SA (Dr. António Seixas de Aguiar) - Presidente
- PROCESL, Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. (Eng. José Manuel Vieira da Costa)
- TECNOPOR, Consultores Técnicos, Lda. (Eng. António Dias da Costa)

DIRECÇÃO

- CONSULMAR, Projectistas e Consultores, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos) - Presidente
- AFASSOCIADOS, Projectos de Engenharia, SA (Eng. Rui Furtado)
- CESO CI, Consultores Internacionais, SA (Dr. José Pinho)
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SA (Eng. Victor Carneiro)
- ECOSSISTEMA, Consultores em Engenharia do Ambiente, Lda. (Eng. Júlio de Jesus)
- F. ROLIN, Engenharia e Consultoria Industrial, SA (Eng. Fernando Rolin)
- MC Arquitectos, Lda. (Arq. Gastão da Cunha Ferreira)

BIÉNIO 2004/2006 (Assembleia Geral de 26-03-2004)

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- NUNO LEÓNIDAS, Arquitectos Associados, Lda. (Arq. Nuno Maria Leónidas) - Presidente
- BETAR, Consultores, Lda. (Eng. José Patrício de Mendonça)
- EDP Produção, Engenharia e Manutenção, SA (Eng. Manuel Pinho de Miranda)
- PENGEST, Planeamento, Engenharia e Gestão, SA (Eng. José Luis Gil Nunes)

CONSELHO FISCAL

- CEV, Consultores de Engenharia do Valor, Lda. (Eng. Sérgio d'Espiney) - Presidente
- PROCESL, Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. (Eng. José M. Vieira da Costa)
- PLANEGE, Consultores de Engenharia e Gestão, SA (Eng. Jorge Nandin de Carvalho)

DIRECÇÃO

- CONSULMAR, Projectistas e Consultores, Lda. (Eng. Fernando Silveira Ramos) - Presidente
- AFASSOCIADOS, Projectos de Engenharia, SA (Eng. Rui Furtado)
- AGRI-PRO Ambiente, Consultores, SA (Eng. Rui Nascimento Coelho)
- CACHUDO NUNES & ASSOCIADOS, Consultores de Gestão e Investimento, Lda. (Dr. Luís Eduardo Cachudo Nunes)
- COBA, Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, SA (Eng. Victor Carneiro)
- MC Arquitectos, Lda. (Arq. Gastão da Cunha Ferreira)
- PROFICO, Projectos, Fiscalização e Consultadoria, Lda. (Eng. Jorge Gil Nunes Meneses)

ANEXO 5

PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO INTERNA

(Distribuição gratuita aos Associados)

- 1 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS (Decreto-Lei n.º 650/75, de 18 de Novembro) - APPC, 1975.
- 2 - USES OF CONSULTANTS BY THE WORLD BANK AND ITS BORROWERS. World Bank. 1974 - APPC, 1975.
- 3 - GUIDELINES FOR PROCUREMENT UNDER WORLD BANK LOANS AND IDA CREDITS. 1975 - APPC, 1975.
- 4 - COMISSÃO PORTUGUESA PARA O PROGRAMA HIDROLÓGICO INTERNACIONAL (Decreto n.º 117 B/76, de 9 de Fevereiro) - APPC, 1976.
- 5 - REGULAMENTO DE SEGURANÇA E SOLICITAÇÕES DE ESTRUTURAS DE EDIFÍCIOS E PONTES - Projecto (Dezembro-1975) - APPC, 1976.
- 6 - MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS (Decreto-Lei n.º 117-D/76, de 10 de Fevereiro) e MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO, URBANISMO E CONSTRUÇÃO (Decreto-Lei n.º 117-E/76, de 10 de Fevereiro) - APPC, 1976.
- 7 - GABINETES COORDENADORES DAS OBRAS MUNICIPAIS [GCOM], (Portaria n.º 70-A/76, de 10 de Fevereiro) - APPC, 1976.
- 8 - CÓDIGO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS (Decreto-Lei n.º 239/76, de 6 de Abril) - APPC, 1976
- 9 - ORGANIZAÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA. (Decreto-Lei n.º 358/76, de 14 de Maio) - APPC, 1976.
- 10 - PROJECTO DE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS. (Decreto-Lei n.º 229/76, de 1 de Abril) - APPC, 1976
- 11 - CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS. (Decreto-Lei n.º 275/76, de 13 de Abril) - APPC, 1976.
- 12 - INSTITUTOS PÚBLICOS IMOBILIÁRIOS. (Resolução do Conselho de Ministros de 15.4.76) - APPC, 1976.
- 13 - PROJECTO DE INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS. (Portaria n.º 401/76, de 6 de Julho) - APPC, 1976.
- 14 - A APPC E O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS - APPC, 1978.
- 15 - OVERRUNS AT CONTRACTORS' BIDS OVER CONSULTANT'S COST ESTIMATS - APPC, 1978.
- 16 - GUIDELINES FOR TERMS OF REFERENCE COVERING ESTIMATES OF COST OF CONSTRUCTION - APPC, 1979.
- 17 - NORMAS REGULAMENTARES PARA CONCURSOS PÚBLICOS DE PROJECTO. Projecto da Direcção Geral de Coordenação de Projectistas e Consultores. - APPC, Maio 1979.
- 18 - NORMAS REGULAMENTARES PARA CONCURSOS PÚBLICOS DE PROJECTO. Parecer e Proposta Alternativa da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores ao Projecto da Direcção Geral Coordenadora de Projectistas e Consultores. - APPC, Junho, 1979.

- 19 - NORMAS REGULAMENTARES PARA A SELECÇÃO DE CONSULTORES TÉCNICOS E CONTRATAÇÃO DOS SEUS SERVIÇOS NO DOMÍNIO DAS EDIFICAÇÕES. Proposta da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores. - APPC, Junho, 1979..
- 20 - DECRETO-LEI N.º 211/79, DE 12 DE JULHO. Proposta da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores para a promulgação de um novo decreto que o complementa nos aspectos específicos da actividade dos Consultores Técnicos. Notas justificativas e projecto de Decreto-Lei. APPC, Julho, 1979.
- 21 - COMISSÃO DE TRABALHADORES. LEI N.º 46/79, de 12 de Setembro. - APPC, 1979.
- 22 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (I) - O TRATADO DA COMUNIDADE EUROPEIA. - APPC, 1980
- 23 - INTERNATIONAL GENERAL RULES OF AGREEMENT BETWEEN CLIENT & CONSULTING ENGINEER FOR DESIGN AND SUPERVISION OF CONSTRUCTION OF WORKS - APPC,
- 24 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (I) - O TRATADO DA COMUNIDADE EUROPEIA. - APPC, 1980
- 25 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (II) - AS INSTITUIÇÕES DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. - APPC, 1980.
- 26 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (III) - UMA OPINIÃO PESSOAL. - APPC, 1980
- 27 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (IV) - O DECRETO-LEI N.º 185/79. - APPC, 1980
- 28 - PROJECTO DE LEI ORGÂNICA DO INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO. PARECER DA APPC - APPC, 1980.
- 29 - PORTUGAL E A CEE. REFLEXOS NO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. (V) - SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NOS PAÍSES DA CEE. - APPC, 1980
- 30 - GUIA PARA A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CONSULTORES TÉCNICOS (Projecto). - APPC, 1980.
- 31 - O SECTOR DE ESTUDOS E PROJECTOS E A INTEGRAÇÃO NA CEE. RELATÓRIO PRELIMINAR. - APPC, 1980.
- 32 - CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORES TÉCNICOS (1.ª Minuta) - APPC, 1981.
- 33 - ATRASOS NOS PAGAMENTOS CONTRATUAIS. SITUAÇÃO EM 31 DE OUTUBRO DE 1981. - APPC, 1981.
- 34 - CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORES TÉCNICOS (2.ª Minuta) - APPC, 1981.
- 35 - APLICAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA) AO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. - APPC, 1985.
- 36 - INSTRUÇÕES PARA O CÁLCULO DE HONORÁRIOS DE PROJECTOS DE OBRAS PÚBLICAS. - APPC, 1986.
- 37 - SISTEMA NACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ELABORAÇÃO DE PROJECTOS. Bases para o seu Desenvolvimento. APPC, 1986.
- 38 - DISPOSIÇÕES LEGAIS A OBSERVAR PELOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS. - APPC, 1987.
- 39 - REGULAMENTO PARA LANÇAMENTO, ADJUDICAÇÃO, ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJECTOS EXTERNOS PARA OBRAS E PLANOS A EFECTUAR PELA CML. - APPC, 1987.

ANEXO 6

PUBLICAÇÕES PARA DIFUSÃO PÚBLICA

- 1 - ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PROJECTISTAS E CONSULTORES (Abril/1975).
- 2 - CAPACIDADE TÉCNICA DO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. RELATÓRIO PRELIMINAR (Março/1976).
- 3 - CÓDIGO DEONTOLÓGICO (Julho/1976).
- 4 - O PAPEL DOS PROJECTISTAS E CONSULTORES NA REALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS. Edição autorizada pela FIDIC (Março/1977).
- 5 - A APPC E O PROJECTO DE LEI N.º 65/1 SOBRE CONTRATOS DE IMPORTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDOS, PROJECTOS E CONSULTADORIA. (Agosto/1977).
- 6 - CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DE SÓCIOS (Dezembro/1977).
- 7 - A REALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS. CONCEITOS FUNDAMENTAIS (Janeiro/1978).
- 8 - INQUÉRITO PARA "CURRICULA" (Maio/1978).
- 9 - O SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. NOÇÃO DE PROJECTISTA E CONSULTOR. (Novembro/1978).
- 10 - ESTUDOS TÉCNICOS E ECONÓMICOS EM PORTUGAL. QUEM EXERCE A ACTIVIDADE? RESULTADOS DO INQUÉRITO DE 1977. PESSOAS SINGULARES. (1979)
- 11 - O SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. NATUREZA E ÂMBITO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS. (Julho/1979).
- 12 - O SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS E A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. (Outubro/1979).
- 13 - INQUÉRITO ÀS ORGANIZAÇÕES DE ESTUDOS E PROJECTOS. 1978 (Novembro/1979).
- 14 - A SELECÇÃO DE CONSULTORES TÉCNICOS [SELECTION BY ABILITY] (Dezembro/1979)
- 15 - O SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS. SELECÇÃO E REMUNERAÇÃO DE CONSULTORES TÉCNICOS. (Dezembro/1979)
- 16 - COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DOS INTERVENIENTES NO ACTO DE CONSTRUIR. PONTO DE VISTA DO CONSULTOR TÉCNICO. (Julho/1980).
- 17 - COLÓQUIO INTERNACIONAL APPC - FIL81. SINOPSE E CONCLUSÕES GERAIS. (Maio/1981).
- 18 - GUIA PARA A ELABORAÇÃO DE ESTIMATIVAS DE CUSTO DE EMPREENDIMENTOS. (Setembro/1981).
- 19 - CONDIÇÕES GERAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORES TÉCNICOS (Junho/1982).
- 20 - COMO OBTER OS MELHORES RESULTADOS DOS CONSULTORES DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO (Março/1984).
- 21 - OS CONSULTORES E PROJECTISTAS PORTUGUESES, FACE AO MERCADO ÚNICO EUROPEU E AO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO DOS PAÍSES AFRICANOS LUSÓFONOS (Maio/1991).
- 22 - CONDIÇÕES PARA UMA PARTICIPAÇÃO EFICAZ DO SISTEMA PORTUGUÊS DE CONSULTORIA E PROJECTOS NA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (Abril/1992).

EXTRA COLECÇÃO

- PLANO DE CONTAS DO SECTOR AUTÓNOMO DE ESTUDOS E PROJECTOS (POC) (Março/1980).
- O SECTOR DE ESTUDOS E PROJECTOS E A INTEGRAÇÃO NA CEE (Maio/1981).
- O FUTURO DOS CONSULTORES TÉCNICOS EM PORTUGAL. Relatos do Colóquio Internacional realizado na FIL/81. (Maio/1981).
- GUIA PARA A UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CONSULTORES TÉCNICOS (Outubro/82).
- GUIA PARA A UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS CONSULTORES TÉCNICOS NA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS (1994).
- ESTATUTOS E CÓDIGO DE CONDUTA PROFISSIONAL (1995).
- ESTUDO DO SECTOR DA CONSULTORIA E PROJECTOS EM PORTUGAL (2000).
- TABELAS DE HONORÁRIOS DE 2003.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

APPC - Actas das Reuniões de Direcção

APPC - Circulares e Notícias

APPC - Livro de Actas da Assembleia Geral

APPC - Relatório da Comissão Instaladora, 1975, Lisboa

APPC - Relatórios Anuais de Actividades (desde 1976 a 2004)

APPC - Boletins (n.ºs 1 a 26)

BENTO, Olívio de Sousa, 1979 - Congresso Anual e Assembleia Geral da FIDIC de 1979/ Representação da APPC / Relatório, APPC, Lisboa

BENTO, Olívio de Sousa, 1981 - Bosquejo da História da Constituição da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores. Colóquio Internacional APPC-FIL81, Lisboa

COUTINHO, José de Araújo, 1973 - O Sector Quaternário. Bases para a sua Organização. Comunicação n.º 3 ao I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, Lisboa

GRANATE, Carlos M., 1973 - Relações com as entidades dos sectores público e privado. A qualificação e a comprovação da idoneidade. Os sistemas de concurso e os critérios de adjudicação . Comunicação n.º 2 ao I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, Lisboa

RELATÓRIO DO CONGRESSO, 1973 - Relatório / 1.º Congresso Nacional de Projectistas e Consultores, Lisboa/Maio/1973

WIDEGREN, Ragnar, 1988 - Consulting Engineers 1913-1988. FIDC over 75 years, Stockholm

EXPRESSO, Jornal - 03.06.2000 - Encarte APPC "Quem Faz O Quê no Projecto e na Consultoria"

ENTREVISTAS - 03.11.2004, Eng. José de Araújo Coutinho; 08.11.2004, Dr. Carlos Borges de Araújo; 16.11.2004, Eng. Artur Pinto Ravara; 07.12.2004, Eng. Fernando Silveira Ramos



APPC
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
PROJECTISTAS E CONSULTORES

Av. António Augusto de Aguiar 126, 7.º – 1050-020 Lisboa • Portugal

Tel: +351 21 358 0785/6 • Fax: +351 21 315 0413

E-mail: info@appconsultores.org.pt • www.appconsultores.org.pt